



Márcia Moraes Davidovich

Psicanálise e Neurociência: um mapa dos debates

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Dra. Monah Winograd

Rio de Janeiro
Janeiro de 2009



Márcia Moraes Davidovich

Psicanálise e Neurociência: um mapa dos debates

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Monah Winograd
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Flávia Sollero de Campos

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^o. Benilton Carlos Bezerra Junior

Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, ____/____/200__

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Marcia Moraes Davidovich

Graduou-se em Psicologia na PUC-Rio em 2005.1. Realizou curso de extensão no 2º semestre de 2005 em Neurociência aplicada à Psiquiatria e à Psicoterapia, na Santa Casa de Misericórdia; e curso de extensão em Psicanálise e Neurociência no CCE/PUC-Rio em 2006. Cursou as disciplinas do curso de Mestrado em Saúde Mental no IPUB-UFRJ durante o ano de 2006. Participou do Congresso Internacional de Psicanálise da IPA em 2006 e é candidata em formação na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Davidovich, Marcia Moraes

Psicanálise e neurociência: um mapa dos debates / Marcia Moraes Davidovich ; orientadora: Monah Winograd. – 2009.

178 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise. 3. Neurociência. 4. Neuro-psicanálise. 5. Ciência. 6. Mapa dos debates. 7. Hibridação. 8. Isolamento. 9. Interlocução. I. Winograd, Monah. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Aos meus pais, Eugenio e Conceição,
por terem me desejado, por terem me
concebido, por acreditarem em mim,
por respeitarem minhas escolhas e por
investirem no meu futuro.

Agradecimentos

À minha orientadora Prfa Dra. Monah Winograd, pela dedicada e cuidadosa orientação através da exímia correção do meu texto, sempre visando um trabalho de qualidade e excelência.

A CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À minha mãe, que me apoiou durante todo o percurso na elaboração deste trabalho.

Ao meu pai, que me influenciou na escolha do tema a ser pesquisado.

Ao meu irmão Mauricio e à minha avó Hilda, pelo imponderável afeto.

À minha irmã Monica e ao meu cunhado Philip, pela ajuda na tradução do resumo e o apoio de sempre.

Ao professor Benilton Bezerra Junior, pela inspiração no tema específico que foi circunscrito nessa pesquisa.

Aos professores Landeira-Fernandez, Flavia Sollero-de-Campos, Carolina Lampreia, Claudia Garcia e Elizabeth Ribeiro dos Santos pelos ensinamentos e pelo incentivo.

Aos meus pacientes, que enriquecem o meu trabalho, e despertam em mim o interesse em buscar um conhecimento profundo e abrangente sobre o ser humano.

À minha analista, que com sua dedicação a mim e amor à Psicanálise, proporcionou que formássemos uma dupla eficaz capaz de gerar frutos, não apenas no sentido de produzir essa dissertação de mestrado, mas principalmente no sentido de eu poder usufruir dessa conquista de forma plena e feliz.

Resumo

Davidovich, Márcia Moraes; Winograd, Monah (Orientadora). **Psicanálise e Neurociência: um mapa dos debates**. Rio de Janeiro, 2009. 178p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Na presente dissertação elaboramos um mapa dos debates sobre a possibilidade de se articular Psicanálise e Neurociência, em que identificamos três grupos principais, cada um com seus próprios pressupostos, em função dos quais lhes atribuímos diferentes designações: *hibridação*, *isolamento* e *interlocução*. Posicionamo-nos a favor do terceiro grupo – *interlocução* – e contrariamente aos demais, deixando explícito, ao longo da dissertação, o motivo do nosso posicionamento. Na medida em que os debates sobre Psicanálise e Neurociência tendem a abarcar a questão da (a)cientificidade da Psicanálise, decidimos, a fim de oferecer consistência ao nosso trabalho, investigar esta questão. Deve-se notar que o início da nossa investigação apresenta a transição do Freud neurologista para o Freud psicanalista no intuito de mostrar que ele seria o principal representante do grupo, cujos pressupostos e propostas pretendemos defender. Defendemos, em última análise, uma *interlocução* entre Psicanálise e Neurociência desde que se respeitem os limites epistemológicos de cada campo.

Palavras-chave

Psicanálise; Neurociência; Neuro-psicanálise, Ciência, mapa dos debates; *hibridação*; *isolamento*; *interlocução*.

Abstract

Davidovich, Márcia Moraes; Winograd, Monah (Advisor). **Psychoanalysis and Neuroscience: a map of the debates**. Rio de Janeiro, 2009. 178p. MSc Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this dissertation we develop a map of the debates about whether we can articulate Psychoanalysis and Neuroscience, in which we identify three main groups, each with its own assumptions, which we designate as: *hybridisation*, *isolation*, and *interlocution*. We favour the position of the third group – interlocution –and oppose the others, setting out during the dissertation the reasons for our position. To the extent that the debates about Psychoanalysis and Neuroscience cover the question of the scientific nature of psychoanalysis, we decide to explore this topic with the aim of providing consistency. It should be noted that we start our investigation with the transition from Freud the neurologist to Freud the psychoanalyst, to show that he is the leading member of the group whose assumptions and theories we intend to support. We argue, in the last analysis, in favour of an interlocution between Psychoanalysis and Neuroscience as long as the epistemological limits of each camp are respected.

Keywords

Psychoanalysis; Neuroscience; Neuro-psychoanalysis; Science; map of the debates; *hybridisation*; *isolation*; *interlocution*.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. FREUD E A NEUROLOGIA	15
1.1 - Freud neurologista	15
1.2 - A interpretação das afasias: a crítica ao localizacionismo	19
1.3 - Contexto do nascimento da Psicanálise	46
1.4 - O projeto de 1895 e a invenção da Psicanálise	49
2.A (A)CIENTIFICIDADE DA PSICANÁLISE	61
2.1 - A cientificidade da Psicanálise em Freud	61
2.2 - Por uma epistemologia freudiana	73
2.3 - A Psicanálise é ciência?	88
2.4 - Que tipo de ciência é a Psicanálise?	93
2.5 - A Psicanálise e a Ciência como rede	102
3. PSICANÁLISE E NEUROCIÊNCIA: O ESTADO DA ARTE	113
3.1 - A Neuro-psicanálise: elogio ao método experimental	113
3.2 - O lacanismo: a recusa ao diálogo	141
3.3 - Psicanálise e Neurociência: a manutenção dos limites epistemológicos	150
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

INTRODUÇÃO

Ultimamente tem se discutido sobre a possibilidade de uma articulação entre a Psicanálise e a Neurociência. A Neurociência surgiu em meados do século XX, a partir da confluência de várias disciplinas, desde as mais básicas – como a Neuroanatomia, a Histologia do sistema nervoso, a Bioquímica neural e a Neurobiologia molecular – até as mais clínicas, como a Neurologia, a Neuropatologia, a Neuropsicologia e a Psiquiatria. Além destas disciplinas, outras também aderiram ao movimento, como a Inteligência Artificial, a Informática Robótica, vários ramos da Matemática e da Física. A partir da unificação deste campo e de seu desenvolvimento, graças a sofisticadas técnicas de neuro-imagem, tem se apontado para uma articulação com a Psicanálise. Para se admitir, no entanto, que uma articulação seja possível, faz-se necessária a retomada da própria história da Psicanálise. Sabemos que a Psicanálise é filha da Neurologia e que seu inventor, Sigmund Freud, era médico neurologista. Ao escrever o *Projeto para uma psicologia científica* (1895), Freud pretendia, como o título original sugere, elaborar uma *Psicologia para neurologistas*, reunindo a emergente disciplina – a Psicanálise – com as ciências do cérebro.

É interessante notar que embora o *Projeto* tenha sido a obra de Freud mais consultada, no sentido de auxiliar a busca de uma ponte entre a Psicanálise e a Neurociência, Solms, M. & Saling, M. (1986) sugerem que este caminho foi o responsável por inúmeras controvérsias observadas nessa tentativa de diálogo, fazendo com que muitos autores (Kris, 1950,1954; Jones, 1953; Strachey, 1966; Gill, 1976; Peterfreund, 1971) apontassem para a impossibilidade do diálogo, defendendo uma fragilidade nesse elo e considerando a Psicanálise como uma psicologia pura. Solms, M. & Saling, M. (1986) argumentam que há uma má compreensão da importância do *Projeto*, uma vez que seu lugar na história da Psicanálise foi mal representado, e acrescentam que a monografia de Freud sobre as afasias, de 1891¹, é mais apropriada para se buscar *insights* sobre a relação entre a Psicanálise e a Neurociência.

¹ Zur Auffassung der Aphasien. Eine Kritische Studie (dedicado a Joseph Breuer). N do E (1953/1977).

Nesse sentido, Solms, M. & Saling, M. (1986) argumentam que o que Freud pretendia ao escrever o *Projeto* de 1895 não estaria voltado especificamente para o aspecto neurológico, mas fundamentalmente para a sua experiência na clínica da neurose, e consistia em analisar de que modo a teoria do funcionamento psíquico se estruturaria em termos quantitativos, uma espécie de economia nervosa. Pode-se considerar esta uma tentativa frustrada, uma vez que o próprio Freud se referiu ao *Projeto* como uma aberração², o que o fez abandoná-lo posteriormente. Na verdade, o último modelo³ do *Projeto* foi renomeado de *Metapsicologia*, apresentando as formulações básicas que serão encontradas na *Interpretação dos Sonhos*. Evidência a esse respeito pode ser encontrada em *A História do Movimento Psicanalítico*, em que Freud afirma que “a interpretação dos sonhos foi concluída em todas as suas essências no início de 1896” (1914b, p.22).

Solms, M. & Saling, M. (1986) sugerem, portanto, que é na *Interpretação das Afasias* (1891) que podemos encontrar o elo perdido entre o Freud neurologista e o Freud psicanalista. Freud rompe com a tradição da Neurologia alemã – localizacionista – e sugere um novo modelo de articulação cérebro-psiquismo, não mais baseado na teoria mecanicista córtico-cêntrica de Meynert, mas nas influências que recebeu de seu orientador Hughlings Jackson. Dessa forma, em vez de conceber que o psíquico estaria localizado em uma área específica do córtex, mantendo uma relação de causa e efeito com os processos sub-corticais, Freud passa a adotar a premissa do paralelismo psico-físico, o que permite investigar o psíquico em seus próprios termos, sendo que não se deve negar, entretanto, a concomitância existente entre esses dois processos. De acordo com Solms & Saling (1986), *A Interpretação das Afasias* é a primeira investigação de Freud sobre a dinâmica do processo psíquico, que contém um detalhado modelo de *aparelho de linguagem*, sendo o aparelho central envolvido na *cura pela fala*⁴.

Jones (1953) argumenta que *A Interpretação das Afasias* consiste essencialmente em uma crítica radical e revolucionária à doutrina sobre a afasia

² *The origins of Psycho-Analysis, letters to Wilhelm Fliess, Drafts, Notes:1887-1902*. New York. Basic Books.

³ O último modelo do *Projeto* foi apresentado a Wilhelm Fliess em janeiro de 1896.

⁴ A paciente de Freud e Breuer, Ana O – cujo verdadeiro nome é Bertha Pappenheim – designou a seu tratamento psicanalítico o nome de *Talking Cure* – “Cura pela fala” (Freud, 1910).

de Wernicke-Lichtheim, então quase universalmente aceita, tendo sido a primeira crítica formulada à mesma. Depois que Broca descobriu uma área no lobo frontal cuja lesão origina a afasia motora (perturbação da função de execução da fala), e Wernicke, em 1874, localizou uma área do lobo temporal responsável pela afasia sensorial (perturbação da compreensão da fala), os neurologistas se viram diante da necessidade de explicar as numerosas variedades de perturbações da linguagem. A partir daí, Wernicke e Lichtheim esboçaram esquemas ilustrativos das supostas conexões dos centros de linguagem e indicaram diversas áreas cuja lesão respectiva explicaria tal ou qual combinação de perturbações afásicas. Quanto maior era o número de perturbações observadas, mais complicados eram os diagramas. Uma análise detalhada dos casos publicados demonstrou que os esquemas apresentavam contradições internas. Freud, então, colocou em questão a própria base da doutrina localizacionista, apoiando-se, assim, na doutrina da “desinvolução” de Hughlings Jackson (1878), calcada na noção de que as aptidões mais recentemente adquiridas são afetadas antes, o que supunha uma explicação de ordem *funcional*. Então, no lugar desses esquemas de localizações específicas, Freud propôs uma perspectiva holista para a compreensão do funcionamento do sistema nervoso enquanto substrato dos processos psíquicos. Isso representava para Freud uma primeira etapa no processo de emancipação dos aspectos mais mecânicos da escola de Helmholtz em que havia se formado. Assim, desafiou os ensinamentos de Meynert, segundo os quais devemos imaginar as idéias e as lembranças como localizadas em diversas células do cérebro (Jones, 1953).

Após a morte de Freud, foi desenvolvida a moderna disciplina da Neuropsicologia sob a liderança de Aleksandr Romanovich Luria⁵. Em seu livro *The Working Brain*, Luria (1973) sintetizou as teorias e métodos desse novo campo, caracterizando-o como neuro-dinâmico. Da mesma forma que Freud, Luria concebia que funções psicológicas não poderiam ser localizadas em áreas estáticas do córtex, e admitia um paralelismo de modo que o psíquico e o físico deveriam ser compreendidos em diferentes perspectivas.

Solms, M. & Saling, M. (1986) sugerem, nesse sentido, que a possibilidade de uma interface entre a Psicanálise e a Neurociência poderia

⁵ A. R. Luria (1902-1977) dedicou-se durante quarenta anos ao estudo psicológico de pacientes com lesões cerebrais (Introdução feita por Oliver Sacks em *The Working Brain: An Introduction to Neuropsychology*, Basic Books).

ocorrer fundamentalmente através do diálogo com o terreno da Neuropsicologia. Esses autores argumentam que a Neuropsicologia clínica está atualmente se atendo mais profundamente às mudanças de personalidade e aos distúrbios emocionais observados em pacientes com lesão cerebral, encontrando uma lacuna em termos de uma base conceitual sólida, por onde a Psicanálise teria algo a contribuir. A Psicanálise, por sua vez, poderia se beneficiar das descobertas da Neuropsicologia relativas à organização cerebral subjacente ao funcionamento psicológico. De acordo com Solms, M. & Saling, M. (1986), é possível que possamos identificar, por exemplo, sistemas cerebrais relacionados com as várias funções do ego, havendo, portanto, uma chance de aprimorarem nossa compreensão a respeito da agência egóica.

Em 1992, alguns anos após Solms, M. & Saling, M. (1986) proporem uma colaboração entre a Psicanálise e a Neuropsicologia, foi fundada uma sociedade de Neuro-psicanálise pelo psicanalista e neurocientista Mark Solms e por sua esposa, Karen Kaplan-Solms, fonoaudióloga, neuropsicóloga e também psicanalista (Solms, M & Kaplan-Solms, K., 2000). O método de pesquisa usado por esses pesquisadores baseia-se na tradição clínica do neuropsicólogo Luria, e consiste na correlação de lesões cerebrais localizadas – tais como tumores, acidentes vasculares cerebrais e ressecções cirúrgicas – com os resultados de uma ampla investigação psicanalítica para discernir modificações na psicologia profunda. Encontramos, no entanto, posições divergentes a respeito da proposta de se articular Psicanálise e Neurociência. Há autores que discordam terminantemente de qualquer aproximação entre a Psicanálise e a Neurociência, e há ainda aqueles que são a favor de um diálogo, mas não de uma fusão como pretendem alguns neuropsicanalistas.

No intuito de mapear os debates a respeito da possibilidade de uma articulação entre esses dois campos – Psicanálise e Neurociência – encontramos diferentes posicionamentos. Podemos separá-los em três grupos principais. O primeiro grupo denominaremos de grupo da *hibridação*. O segundo será designado como grupo do *isolamento*. E o terceiro será caracterizado como grupo da *interlocação*. Deve-se frisar que essas três denominações servem para facilitar a distinção de cada grupo, na medida em que auxilia na compreensão das premissas presentes em cada um deles. As diferentes premissas e os argumentos

para fundamentá-las serão apresentados no 3º capítulo. Esta divisão em três grupos foi inspirada na fala de Benilton Bezerra Jr. no 1º Congresso Internacional de Neurociência e Sociedade Contemporânea, cujo tema foi denominado “Em busca do cérebro de Freud”, realizado no Rio de Janeiro de 2 a 4 de agosto de 2006.

Iniciaremos, portanto, nossa investigação apresentando um breve histórico sobre a carreira de Freud no campo da Neurologia. Serão demonstrados, em seguida, alguns aspectos da frenologia, precursora da doutrina localizacionista. Discutiremos, então, as críticas de Freud à doutrina localizacionista, quando adere ao modelo holista de cérebro, inspirado na concepção teórica do neurologista inglês John Hughlings-Jackson.

Freud tenta, em seguida, através do *Projeto para uma psicologia científica* (1895), criar um modelo com bases neurológicas para teorizar seus achados clínicos, e ao notar a inviabilidade de tal pretensão – inclusive porque os conhecimentos neurológicos da época eram insuficientes⁶ – ele desiste especificamente da base neurológica dando um outro rumo ao texto do *Projeto*. Deve-se frisar, como sugere Panhuysen (1998), que no *Projeto* não havia um reducionismo do funcionamento psíquico, mas apenas uma tentativa de construir um *modelo* das bases neurológicas. Em outras palavras, não se trata do psiquismo propriamente dito. A partir desse momento, Freud passa a elaborar a sua metapsicologia – modelo teórico do aparelho psíquico – apoiado em observações clínicas, e publica, alguns anos depois, *A Interpretação dos Sonhos* (1900). Essa obra apenas rendeu-lhe prêmio de literatura, não sendo prontamente reconhecida pela comunidade científica, como Freud expressa no prefácio da 2ª edição de *Die Traumdeutung*, de 1909.

A não aceitação da Psicanálise como uma ciência pela “comunidade científica” que dura até os dias atuais, suscitou-nos o interesse em investigarmos diferentes concepções sobre a cientificidade da Psicanálise, o que será feito no 2º capítulo. Apresentaremos, portanto, diferentes concepções sobre o estatuto epistemológico da Psicanálise, inclusive visões do próprio Freud a esse respeito. Serão discutidas questões sobre ciências naturais e ciências humanas, além da

⁶ Apenas em 1891 passa-se a usar o termo neurônio, cunhado por Wilhelm Waldeyer (Referência: Curso de Tópicos em Neurociência, oferecido por Landeira-Fernandez, PUC-Rio, 2007).

imposição da adoção do método das ciências naturais às ciências humanas. Notamos que os critérios de cientificidade envolvem interesses político-econômicos e refletem um jogo de poder. É nesse sentido que decidimos articular os aspectos epistemológicos com questões sociológicas e antropológicas que influenciam, e até mesmo determinam, os percursos e percalços dos empreendimentos científicos. O nosso interesse nessa discussão é pensarmos de que forma a ausência de um estatuto de ciência para a Psicanálise pode interferir no debate entre a Psicanálise e a Neurociência, uma vez que alguns neurocientistas desqualificam toda uma produção teórico-conceitual que, por mais de cem anos, vem sendo construída e integrada às demandas da sociedade ocidental no tratamento psicológico. Utilizaremos nesse 2º capítulo as contribuições de Bruno Latour, que, inaugurando um campo denominado Antropologia da Ciência, oferece um enfoque original e um esclarecimento sobre o trânsito conturbado das vias que ligam Ciência e Sociedade.

1

FREUD E A NEUROLOGIA

1.1

Freud neurologista

Sigmund Freud (1856-1939) iniciou sua prática no campo da Neurologia em 1883, quando começou a trabalhar no laboratório de neurologia de Meynert, seu professor e integrante da escola alemã de Helmholtz. Correspondem a este período as primeiras manifestações do interesse de Freud pela psicopatologia. Ao fim do período em que trabalhou sob a supervisão de Meynert, Freud solicitou o seu ingresso no departamento de doenças do sistema nervoso, tendo sido transferido para a área de doentes de sífilis. Teve, nesse período, grandes oportunidades de estudar doenças orgânicas relacionadas ao sistema nervoso, através de exames de patologia, e acabou sendo considerado um exímio especialista em diagnosticar os locais da lesão cerebral (Jones, 1953). O próprio Freud afirmava, a esse respeito, ser capaz de identificar o ponto de localização de uma lesão no bulbo raquídeo de forma tão exata que o patologista nada tinha a acrescentar ao diagnóstico e reconhece que a fama de seus diagnósticos e de sua confirmação *post-mortem*, trouxe-lhe uma afluência de médicos norte-americanos, para os quais lecionava sobre os pacientes do seu departamento (Freud, 1925).

Ainda em 1883, Freud fez uma nova e infrutífera incursão à fisiologia experimental, e após esse fracasso – que seguiu ao instituto de química – limitou seu trabalho de laboratório à histologia do sistema nervoso. Como qualquer cientista, ele sabia a importância da técnica. Estava empenhado, portanto, em descobrir novas possibilidades de exames do tecido nervoso. Descobriu, então, um novo método que causou grande entusiasmo na comunidade científica, através do qual era possível atingir um quadro muito claro e preciso das células nervosas. Este novo método foi publicado em diferentes idiomas. Os resultados com outros pesquisadores, todavia, foram variados, e muitas vezes insatisfatórios. Brücke, outro renomado professor da escola alemã de Helmholtz, sugeriu alguns ajustes ao

método de Freud, para que o mesmo não apresentasse mais problemas (Jones, 1953).

Sob a orientação de Brücke, Freud havia estudado as células da medula espinhal, a parte do sistema nervoso que ainda consistia em seu principal interesse, mas para chegar a ser um neuropatologista completo teria que seguir mais adiante. Começou a investigar, então, a porção imediata do sistema nervoso central – o bulbo raquídeo.

Freud publicou apenas dois trabalhos sobre o bulbo, tendo seu interesse se deslocado para temas de caráter mais clínico. No primeiro trabalho investigou as raízes e conexões do nervo acústico. O material utilizado na pesquisa eram bulbos raquídeos de fetos de cinco a seis meses, quando as fibras acústicas já estão mielinizadas. Freud descreve, nesse artigo, a neuroanatomia de forma detalhada e precisa. Em seu segundo artigo publicado, propôs-se a investigar as raízes inferiores do pedúnculo inferior do cérebro, também oferecendo aí uma boa descrição (Jones, 1953).

Em 1885, Freud foi visitar Charcot, permanecendo em Paris por quatro meses, no hospital La Salpêtrière. Nesse período, Freud ofereceu-se para traduzir as conferências de Charcot, e assim teve contato com tudo o que ocorria na clínica. Quando Freud foi a Paris, ainda se interessava mais pelas investigações anatômicas do que pelos temas de clínica, e a princípio tratou de prosseguir-las no laboratório de Salpêtrière. Não se pode negar, portanto, que a influência de Charcot despertou em Freud um interesse pela psicopatologia (Jones, 1953).

Em 1887 e 1888, Freud escreveu uma monografia – talvez destinada a converter-se em um livro – sobre a anatomia do cérebro, tema que dominava. Esse trabalho, entretanto, nunca foi concluído, uma vez que seu interesse já estava se deslocando para a psicopatologia (Jones, 1953).

A publicação seguinte foi o primeiro livro sobre as *afasias*, de 1891, que pretendemos investigar profundamente na presente dissertação, de modo a compreender o seu contexto e o teor de suas críticas, uma vez que Solms & Saling (1986) apontam para a relevância dessa obra quando se tenta estabelecer um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência. Ao nosso ver, entretanto, é a partir de *Afasias* (1891) que Freud começa a romper com as ciências do cérebro, pelo menos em termos metodológicos, para se preocupar basicamente com o psíquico,

aprofundando o seu empreendimento no *Projeto* (1895), que, como aponta Pribram (1998), se trata muito mais de um texto sobre o psíquico do que sobre o neurológico, ainda que muito da terminologia utilizada suponha o contrário.

A título de esclarecimento apresentaremos a seguir algumas definições sobre o conceito de afasia, que será amplamente explorado aqui, oferecendo dessa forma, um panorama sobre as definições atuais. A fim de oferecermos tais definições, foi consultado o *Manual de Psicopatologia* de Elie Cheniaux (2002a).

As afasias, como se concebe atualmente, são distúrbios adquiridos da capacidade lingüística – na compreensão ou na expressão –, que ocorrem na ausência de déficit auditivo ou de incapacidade motora do órgão fonador. Estão relacionadas a lesões corticais – causadas principalmente por distúrbios vasculares, tumores e processos degenerativos, como a doença de Alzheimer. As afasias podem ser classificadas como: motora (expressiva, ou de Broca), sensorial (receptiva, ou de Wernicke), de condução, global, transcortical e anatômica (semântica, amnésica). Definiremos a seguir cada uma delas, apresentando o local da lesão correspondente e os respectivos sintomas:

1 - Afasia Motora:

Trata-se de uma forma de afasia não-fluente. O discurso, emitido com grande dificuldade, caracteriza-se por frases curtas ou simplesmente fragmentos de palavras, e pela perda da estrutura gramatical (agramatismo: ausência de artigos, preposições, conjunções, advérbios de lugar e verbos auxiliares). Os pacientes, além disso, cometem erros parafásicos literais, e há perda de prosódia. A compreensão da linguagem, assim como a capacidade de nomeação, está preservada, mas a capacidade de repetição (do que o examinador fala) está comprometida. A afasia motora está relacionada a lesões na região póstero-inferior do lobo frontal esquerdo.

2 - Afasia Sensorial:

Há perda da capacidade de compreender a linguagem, mas a audição, por definição, não está prejudicada. É uma afasia fluente, mas o paciente tem dificuldade em compreender a própria fala. As palavras são pronunciadas de forma defeituosa e a sintaxe pode estar bastante alterada (paragramatismo). As capacidades de repetição e de nomeação também estão comprometidas. Na afasia

sensorial, há lesão na região pósterio-superior do lobo temporal esquerdo (área de Wernicke).

3 - Afasia de Condução:

Há fluência, a compreensão é normal, mas a capacidade de repetição e a de nomeação estão comprometidas. Esse tipo de afasia está relacionado a lesões no fascículo arqueado, que conecta a área de Wernicke com a área de Broca.

4 - Afasia Global:

Está relacionada a lesões nas áreas de Wernicke e de Broca, de forma que a expressão, a compreensão e a repetição estão comprometidas.

5 - Afasia Transcortical:

A principal característica é a preservação da capacidade de repetição. Trata-se de uma afasia não-fluente, podendo a capacidade de compreensão estar comprometida ou não. É relacionada à área cerebral anterior esquerda, envolvendo a área motora suplementar.

6 - Afasia Anômica:

Há dificuldade em nomear objetos. A expressão, a compreensão e a repetição são normais. Envolve o córtex temporal anterior esquerdo.

Estão associadas às afasias a Agrafia e a Alexia. A primeira caracteriza-se pela incapacidade para escrever; a segunda pela perda da capacidade para a leitura. Deve-se acrescentar que na Aprosódia, ou Hipoprosódia, há respectivamente perda ou diminuição da modulação afetiva da fala, que se torna monocórdia, monótona. Pode haver também perda ou diminuição da compreensão da prosódia da fala das outras pessoas. Esse distúrbio relaciona-se a lesões no hemisfério direito (Cheniaux, 2002a).

Após essa breve definição das afasias que é atualmente aceita no campo da Neurologia, voltemos ao final do século XIX, quando Freud rompe com a tradição neurológica de sua época – o localizacionismo – e propõe uma teoria alternativa para a compreensão do quadro clínico de uma forma mais abrangente, considerando não apenas o aspecto neurológico, ou físico, mas questões emocionais, ou psíquicas.

1.2

A interpretação das afasias: a crítica ao localizacionismo

Para se compreender as críticas de Freud à doutrina da localização, faz-se necessário uma breve descrição sobre uma importante teoria precursora dessa doutrina, a chamada frenologia⁷. A frenologia consistia em um método de avaliar traços de personalidade e capacidades mentais através da medida das saliências do crânio (Gazzaniga & Heatherton, 2003). Esse método foi criado por Franz Joseph Gall (1758-1828) e Johan Spurtzheim (1776-1832), que sustentavam a crença de que as diversas funções mentais se expressavam na anatomia externa do crânio, permitindo a elaboração de mapas bastante detalhados da localização das funções mentais a partir da superfície do crânio. Eles indicaram, como exemplo, a localização de funções tais como a “destrutividade”, a “ganância” e a “veneração”.

Mas, se de um lado a frenologia marcou o campo de estudos sobre o cérebro de modo indelével, ela também foi acusada de charlatanismo, não tanto pelas idéias que defendia, mas em função da relutância em submeter essas idéias à verificação experimental (Gazzaniga & Heatherton, 2003). Surgiu então, nesse cenário, uma das maiores lideranças na crítica à frenologia: o importante cientista francês Marie-Jean-Pierre Flourens (1794-1867). Flourens cunhou o termo *equipotencialidade* para designar, ao contrário do que supunha a frenologia, a concepção de que todas as partes do córtex cerebral contribuíam igualmente para todas as capacidades mentais. Seus métodos eram mais científicos do que os de Gall uma vez que este pesquisador removia sistematicamente partes do cérebro de animais e observava seu comportamento subsequente. Entretanto, suas pesquisas o levaram a conclusões errôneas, e dessa forma, utilizando as técnicas que o próprio Flourens defendia, a idéia dos frenologistas da *localização funcional* foi aceita como essencialmente correta (Gazzaniga & Heatherton, 2003).

O localizacionismo, nome atribuído ao método de localização das funções mentais em áreas do cérebro, pode ser caracterizado a partir de quatro argumentos básicos, os quais serão desenvolvidos posteriormente. O primeiro refere-se à

⁷ Deve-se acrescentar que, já no século IV a. C., o médico grego Hipócrates (460-377 a. C.) descreve o cérebro como a localização da mente (Gazzaniga & Heatherton, 2003).

presença de uma reação ponto a ponto entre os estímulos provenientes do mundo externo e representações localizadas em determinados pontos do córtex cerebral; o segundo consiste na concepção de que as fibras nervosas permanecem imutáveis com a passagem da excitação; o terceiro refere-se à presença de uma relação mecânica entre elementos sensoriais (impressões) e elementos psíquicos (representações); e o quarto aspecto refere-se à concepção de que o processo psicológico é um epifenômeno do processo fisiológico. Freud pretendia se contrapor a esses argumentos.

Embora continuasse a controvérsia entre os frenologistas e aqueles que defendiam a equipotencialidade do cérebro, foi realizado, em 1861, um dos mais famosos estudos de caso da Neurologia pelo célebre neurologista Paul Broca, o que forneceu ao localizacionismo a primazia no campo da Neurologia da época. Curiosamente, embora Broca sugerisse que nem todas as lembranças eram necessariamente fixas, foi ele quem convenceu o mundo médico de que a função mental era localizada, tendo sido a primeira contestação séria a Flourens e à escola holista (Rosenfield, 1988).

Broca examinou o cérebro de um paciente, Monsieur Laborgne, incapaz de dizer qualquer coisa além da palavra “tan”. Broca encontrou uma grande lesão causada por um acidente vascular cerebral – vaso sanguíneo bloqueado – localizada no lobo frontal, na parte inferior da terceira circunvolução do hemisfério esquerdo. Essa região passou a ser conhecida como área de Broca, e desde então foi repetidamente confirmada como crucial para a produção da linguagem (Gazzaniga & Heatherton, 2003). De acordo com Broca (1861, apud Rosenfield, 1988):

“Tan certamente compreendia quase tudo o que lhe era dito, mas, como só conseguia expressar suas idéias e desejos com movimentos da mão esquerda, tinha maior dificuldade de se fazer entender do que entender os outros (...). Quem estuda esses casos pela primeira vez pode pensar (...) que a faculdade da linguagem se perdeu. Mas ela continua íntegra uma vez que os pacientes têm perfeita compreensão da língua escrita e falada. (...) mas eles são incapazes de executar os movimentos (...) coordenados que correspondem às sílabas requeridas. O que eles perderam, portanto, não foi a faculdade da linguagem, nem a lembrança das palavras, nem as ações dos nervos e músculos necessários à articulação dos sons, mas a (...) *faculdade de coordenar os movimentos exigidos pela linguagem articulada*” (Rosenfield, 1988, p. 19/20).

Em 1874, o neurologista alemão Carl Wernicke consolidou a doutrina da localização ao demonstrar que as imagens auditivas das palavras pareciam localizar-se num banco de memória distinto que continha as imagens dos movimentos articulatórios das palavras. Wernicke, portanto, observou um segundo centro da linguagem, no giro superior do lobo temporal do hemisfério esquerdo, hoje conhecida como área de Wernicke, que continha as representações auditivas das palavras, ou seja, o registro de cada palavra isolada. Wernicke acrescentou, de acordo com Rosenfield (1988), que essas duas áreas, a de Broca e de Wernicke, eram ligadas por um feixe de fibras, e dessa forma passou a explicar as diferentes síndromes clínicas em função de lesões em uma dessas duas áreas, ou das fibras que as ligavam (Rosenfield, 1988).

Uma afirmação de Wernicke pode ilustrar sua defesa do localizacionismo: “O córtex cerebral com seus 600 milhões de células, segundo estimativa de Meynert⁸ oferece um número suficientemente grande de locais de armazenagem, onde as inúmeras impressões sensoriais proporcionadas pelo mundo externo podem ser armazenadas uma a uma, sem interferência. O córtex cerebral é povoado de resíduos de estímulos passados, que propomos denominar imagens mnemônicas⁹”. Aqui se observa claramente a aplicação das premissas da doutrina localizacionista, no que se refere à presença de uma reação ponto a ponto entre os estímulos provenientes do mundo externo e representações localizadas em determinados pontos do córtex cerebral e, ainda, a assunção de uma relação mecânica entre elementos sensoriais (impressões) e elementos psíquicos (representações).

Para compreendermos as críticas de Freud à doutrina localizacionista, faz-se necessária uma retrospectiva de seu percurso acadêmico. Freud foi influenciado pelas duas principais escolas de neurologia da Europa, a escola alemã de Helmholtz, na qual se formou, e a escola francesa de Charcot. Essas duas escolas utilizavam o mesmo método de investigação de pacientes neurológicos, qual seja, a localização anátomo-clínica. Na escola alemã, entretanto, a ênfase pendia para o lado anatômico da equação anátomo-clínica. O material clínico servia ao propósito secundário de demonstrar e confirmar a teoria anatômica e fisiológica

⁸ Theodor Meynert (1833-1892) foi professor de neuropsiquiatria da Universidade de Viena e orientador de Freud durante a sua formação médica (Freud, 1895).

⁹ Retirado de Rosenfield (1988, p. 27/28).

existente. Mais ainda, os fatos clínicos estavam subordinados às teorias anatômica e fisiológica. Na escola francesa, a ênfase recaía sobre o lado clínico da equação. Portanto, de acordo com a escola que girava em torno da personalidade inovadora de Charcot, no hospital Salpêtrière, a tarefa primordial da ciência neurológica era estabelecer novos fatos clínicos, independentemente da teoria anatômica e fisiológica. O objetivo da Neurologia francesa era não tanto explicar casos clínicos embasados nas teorias existentes, mas sim identificá-los, classificá-los e descrevê-los. Enquanto na escola francesa a falta de uma lesão demonstrável não criava sérios problemas – como era o caso da neurose, em particular a histeria e a neurastenia –, para os neurologistas alemães o caso era quase insolúvel. Dessa forma, declararam que as neuroses não eram temas que merecessem atenção científica séria, já que, se não havia lesão anatômica, não havia doença. Freud então se tornou um devotado aluno de Charcot, e quando retornou à Viena, expôs seu ponto de vista amplamente. Com o aumento da experiência clínica, e sob a influência teórica de John Hughlings Jackson, Freud começou a se afastar de Charcot e a desenvolver seu ponto de vista próprio (Solms & Kaplan-Solms, 2000).

Jones (1953) sublinha a importância da influência de Charcot sobre Freud, quando este o visitou em 1885. Tal influência despertou em Freud um profundo interesse pela psicopatologia, representando uma emancipação dos aspectos mais mecânicos da escola de Helmholtz em que havia se formado (Jones, 1953).

É interessante notar, entretanto, como nos apontam Solms, M. & Saling, M. (1986) a respeito de Charcot, que embora o seu trabalho clínico e nosográfico da histeria seja bem conhecido, há algo nesse pesquisador que permanece obscuro quanto a suas premissas teóricas. Ou seja, o que não ficou muito evidente é que Charcot, de fato, se apoiava numa explicação fisiológica para a sintomatologia histérica. Charcot (1886 apud Solms, M. & Saling, M., 1986) acreditava que na paralisia histérica a lesão *état dynamique* (estado dinâmico) ocorria na mesma região anatômica na qual uma lesão estrutural produziria uma semelhante paralisia orgânica. Para Charcot uma lesão *état dynamique* é um tipo de lesão fisiológica em oposição a uma lesão *état statique* (estado estático), que se refere a uma lesão anatômica ou estrutural. Embora essas pretensas lesões *état dynamique* fossem invisíveis, Charcot acreditava que no futuro seria possível identificá-las e localizá-

las por métodos então desconhecidos. Em sua crítica mais explícita à teoria localizacionista de Charcot em 1893¹⁰, Freud afirmou que a lesão na paralisia histerica deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, na medida em que a histeria, ao se manifestar na paralisia e de outras formas, se comporta como se o anatômico não existisse, ou como se não tivesse conhecimento do mesmo. Portanto, embora Freud tenha mudado sua concepção metodológica, transferindo-se de Meynert para Charcot, deve-se admitir que ambos – Meynert e Charcot – acreditavam que era ao menos teoricamente possível localizar patologias psiquiátricas em regiões neuro-anatômicas circunscritas (Solms, M. & Saling, M., 1986).

Embora Freud fosse contrário a essa doutrina, ele ainda não se sentia seguro para formular sua crítica à mesma. Graças à influência da Neurologia dinâmica de Hughlings Jackson, no entanto, e das noções de hierarquia funcional e dependência concomitante entre os processos físicos e psíquicos, Freud pôde conceituar processos psíquicos separadamente de processos neurofisiológicos. Deve-se, portanto, investigar anteriormente as concepções teóricas de Hughlings Jackson, cujo percurso teórico serviu como base para a crítica de Freud dirigida à doutrina localizacionista.

Jackson¹¹ (1878 apud Solms, M. & Saling, M., 1986) pretendia se contrapor à concepção de que aquilo que era físico e que pertencia aos centros inferiores expressava-se em estados psicológicos localizados nos centros superiores. Para ele tal concepção era uma falácia. Ele propôs, então, que os processos físico e psíquico deveriam ser conceituados separadamente, ainda que concomitantes entre si. No que se refere à afasia, Jackson considerava em determinado momento o fator psíquico – a fala –, e em outro momento a base anatômica da fala. Ao separar cuidadosamente a fala de sua base anatômica, Jackson inseriu o psicológico na medicina. Com a sua concepção, ele estaria apto a analisar os discursos individuais de pacientes afásicos (Solms, M. & Saling, M., 1986).

¹⁰ FREUD (1893). *Some points for a comparative study of organic and hysterical motor paralyses*. S. E.

¹¹ JACKSON, H. *On affectations of speech from disease of the brain*. Publicada em três fascículos In: *Brain* 1: 304-30 (1878/9), 2: 203-22 e 323-56 (1879/80). O artigo citado refere-se a uma reimpressão de 1931.

Jackson (1878) então introduziu um modelo de aparelho psíquico que se constituía por diferentes *níveis funcionais*. Esses níveis se estabelecem a partir de dois contínuos, em que no nível mais alto as funções são mais voluntárias e menos organizadas, e nos níveis mais baixos as funções são mais automáticas e mais organizadas, traduzindo-se em uma hierarquia funcional. Jackson (1878) propôs que na doença ocorria o contrário da evolução, e introduziu o conceito de “dissolução” (regressão, ou desinvolução), de modo que, sob condições patológicas, a função da fala *regride* para um modo de organização hierarquicamente mais baixo, menos voluntário e mais organizado.

Fascinado com os fragmentos do discurso afásico que apareciam de forma recorrente, Jackson percebeu que se deveria prestar atenção a ambas as sintomatologias, fossem as positivas ou negativas. Ou seja, aquilo que o paciente *é capaz* de falar é tão importante quanto aquilo que ele *não é capaz* de falar. Ele concluiu, baseado em seu modelo de aparelho psíquico, que os *sintomas positivos* surgem durante a atividade de centros inferiores. Nesse sentido, Jackson identificou que frases como por exemplo “Meu Deus do Céu!”, que embora possam apresentar uma estrutura proposicional correta, não têm valor proposicional. Frases como esta poderão ter sido utilizadas constantemente pelo paciente ao longo de sua vida, e assim terem adquirido uma característica automática e altamente organizada, sendo codificadas em um nível funcional inferior, para onde o paciente *regride*.

Jackson (1878) acrescenta que o paciente não retém somente as proposições mais automatizadas, mas também a última proposição que ele falou ou pensou no momento do trauma. Discursos desse tipo, que são de natureza voluntária, tornam-se fixados e dissociados, e são fadados à repetição no aparelho patológico. Esses sintomas positivos só podem ser compreendidos, segundo Jackson, quando observados no contexto traumático original. Ele admitia que, por trás dos sintomas positivos, poder-se-ia encontrar significados. De acordo com Forrester (1980 apud Solms, M. & Saling, M., 1986), o interesse de Jackson a respeito dos sintomas positivos dos afásicos antecipou a Teoria do Trauma de Freud, quando este postulou que os sintomas histéricos não eram aleatórios, mas, ao contrário, possuíam um significado que deveria ser associado ao momento do

trauma. As considerações anteriores estão sintetizadas nas palavras de Freud (1891):

“Hughlings Jackson (...) para refutar na sua base a teoria da localização (...) discute acerca do caso não raro em que quem é afetado pela afasia motora dispõe, para além do ‘sim’ e do ‘não’, também de um outro resto de linguagem que em outros casos corresponderia a uma capacidade lingüística de relevo. Esse resto de linguagem não raramente consiste numa forte blasfêmia (Sacramento, Bom Deus, etc.) (...) pertencia não à linguagem intelectual, mas à emocional. (...) Alguns desses casos permitem, no entanto, uma *interpretação*¹² muito plausível. Por exemplo, um homem que apenas sabia dizer “*I want protection*” (preciso de ajuda) (...) devia a sua afasia à uma briga (...) [em que sofreu] uma pancada na cabeça. (...) Um outro apresentava o curioso resto de linguagem “*List complete*” (a lista está completa); tratava-se de um escrivão que tinha sido atingido pela doença à força de trabalhar na redação de um catálogo” (p. 61/62).

De acordo com a socióloga da Ciência Star (1989), Hughlings Jackson ampliou as fronteiras da doutrina da localização impedindo que a mesma fosse desmoralizada no campo científico em função dos impasses encontrados. É válido lembrar, como apresentamos anteriormente, que a frenologia (que originou o localizacionismo) acabou sendo considerada como charlatanismo, talvez por não adequar seus princípios a novas formulações que apresentassem preceitos mais coerentes. Nesse sentido, Star (1989) concebe que foi esse o papel de Hughlings Jackson ao incluir na Neurologia de sua época o fator psicológico na investigação neurológica, ampliando assim o campo de investigação da Neurologia do século XIX.

Deve-se frisar que quando Freud adotou o postulado de Jackson – de que na afasia o psíquico é um processo paralelo ao fisiológico –, ele não estava afirmando que o fisiológico não tem nada a oferecer para a compreensão dos processos psíquicos. Freud estava apenas defendendo que os processos psicológicos devem ser abordados a partir de um ponto de vista psicológico e que as *estruturas internas* a esse processo eram independentes de estruturas anatômicas e fisiológicas. Ele concebia que esses dois aspectos deveriam ser teorizados em seus próprios termos, se houvesse o intuito de compreender a sua total natureza.

A fim de levar adiante o seu propósito, Freud analisa sistematicamente, nas *Afásias*, os dados e teorias de seus contemporâneos, de modo que um após o

¹² Grifo nosso.

outro – Wernicke, Lichtheim, Watteville, Heubner, Magnan, Hammond, Bastian, Grashey, Meynert, Gireaudau e Charcot – são colocados à prova (Rizzuto, 1989).

A teoria da localização sustentava-se em quatro argumentos básicos, como citado anteriormente, contrário aos quais Freud pretendia se declarar:

1) A presença de uma reação ponto a ponto entre os estímulos provenientes do mundo externo e representações localizadas em determinados pontos do córtex cerebral.

2) As fibras nervosas permanecem imutáveis com a passagem da excitação.

3) Relação mecânica entre elementos sensoriais (impressões) e elementos psíquicos (representações).

4) O processo psicológico é um epifenômeno do processo fisiológico.

Freud, então, contra-argumentou cada concepção:

1) Há uma tradução entre excitações externas e o receptor do tecido cortical. A transmissão de uma impressão não se faz de forma linear, há um paralelismo entre duas ordens de processos – fisiológicos e psíquicos.

2) As fibras nervosas passam por estágios distintos que diminuem sua intensidade¹³. A modificação no córtex tornará possível a recordação, ou seja, essas mesmas vias podem ser novamente percorridas quando a mesma área cortical for novamente excitada.

3) Freud rejeita que as associações entre representações sejam feitas por áreas subcorticais, de forma mecânica, e introduz a noção de intencionalidade nos processos psíquicos. Mais ainda, os processos fisiológicos no sistema nervoso não se encontram numa relação de causalidade com os processos psíquicos, ou seja, os primeiros não cessam ao se iniciarem os segundos, como se poderia supor a partir de um efeito mecânico. Freud defende o paralelismo psico-físico.

4) O processo psíquico é paralelo ao processo fisiológico e há concomitância entre os dois processos. Diferente de pensar o psíquico como um epifenômeno do fisiológico, concebe-se que cada fenômeno tem sua própria natureza e obedece a leis próprias de funcionamento.

¹³ Essa idéia será formulada posteriormente no *Projeto* quando Freud concebe os diferentes sistemas de neurônio, em que os mais periféricos recebem estímulos em quantidades maiores, e a intensidade do estímulo vai se enfraquecendo na medida em que percorre camadas mais internas, graças às *barreiras de contato* que oferecem cada vez mais resistência.

Segundo o comentário de Garcia-Roza (1991), Freud, ao escrever *A Interpretação das Afasias* em 1891, se propõe a refutar, fundamentalmente, duas hipóteses formuladas por Wernicke: a primeira hipótese refere-se a uma distinção entre a afasia causada especificamente pela destruição de centros – afasias sensorial e motora – e a afasia causada pela destruição das vias de condução – afasia de condução. Freud aponta para uma incorreção dessa concepção, já que Wernicke não estaria considerando a linguagem em relação ao resto da atividade cerebral. A segunda hipótese de Wernicke criticada por Freud refere-se às correlações entre os diferentes centros responsáveis pela linguagem. Freud contesta, aí, a própria noção de centros específicos isolados. E argumenta, como nos aponta Rizzuto (1993), que Wernicke e Lichtheim (1884) basearam-se em interpretações errôneas dos dados obtidos na clínica, e em argumentos deficientes a respeito das estruturas anatômicas. Após analisar esses casos, Freud concluiu que não havia fibras associativas entre os centros de linguagem e que os centros propriamente ditos eram apenas estruturas anatômicas hipotéticas. Deve-se notar que enquanto Lichtheim concebia a existência de fibras brancas intracorticais conectando os centros, Freud postulava a presença de associações funcionais.

“Dever-se-ão pressupor processos funcionais semelhantes em correspondência de cada área cortical que serve para a função da linguagem, e não temos qualquer necessidade de fazer apelo às massas fibrosas brancas para ser transmitida a associação das representações que se encontram no córtex” (Freud, 1891, p. 58).

Enquanto os localizacionistas admitiam a existência das afasias de condução, relacionadas à destruição das vias de conexão entre o centro motor e o sensorial, Freud denominou esse caso de parafasia, caracterizando-o como um sintoma puramente funcional, um índice de uma menor eficiência funcional do aparelho da linguagem considerado como um todo:

“Por parafasia devemos entender uma perturbação da linguagem em que a palavra apropriada é substituída por uma outra não apropriada que tem, no entanto, uma certa relação com a palavra exata” (...) “a parafasia observada em alguns doentes não se distingue em nada daquela troca de palavras que quem é saudável pode encontrar em si próprio em caso de cansaço ou de atenção distraída ou sob a influência de estados afetivos que o perturbam. (...) é óbvio considerar a parafasia (...) como um sintoma puramente funcional, como sinal de funcionalidade reduzida do aparelho associativo da linguagem” (Freud, 1891/1977, p. 35).

Freud, nesse sentido, aproxima o normal do patológico. Ele exemplifica que a troca de palavras pode se dar por terem sons semelhantes, ou quando há um sentido semelhante entre elas, e acrescenta que “trata-se também de parafasia quando duas intenções verbais são fundidas” (Freud, 1891, p. 35). Um exemplo dessa idéia de fusão de duas intenções poderia ser o termo “pãe”, para designar uma possível fusão das palavras pai e mãe.

Enquanto os neurologistas da época tentavam localizar uma área cerebral responsável pela afasia sensorial, Freud relativizava a classificação:

“(...) a perturbação da afasia sensorial vai muito além desses caracteres parafásicos. Há casos em que os afásicos sensoriais não dizem nem sequer uma palavra compreensível (...) em outros casos como o de Wernicke (...) [observa-se] a superabundância de partículas, interjeições e outros acessórios da linguagem, a repetição freqüente de substantivos e verbos já pronunciados uma vez” (Freud, 1891, p. 36).

Com essa afirmação, Freud aponta a dificuldade de se identificar uma causa em uma área cerebral específica, uma vez que a própria sintomatologia se mostra inespecífica, sugerindo que atribuir correlações entre centros anatômicos específicos e certas funções da linguagem seria uma arbitrariedade.

Freud sugere uma nova compreensão para a explicação de Lichtheim sobre um caso publicado por Heubner em 1889, de *afasia motora transcortical*. Lichtheim defende, baseado em um esquema que criou sobre o aparelho de linguagem (figura 1), que a afasia motora transcortical está relacionada exclusivamente com a via BM, que seria responsável pelo “falar espontâneo”. Freud o contradiz, afirmando que o paciente perdera a capacidade de falar espontaneamente, mas mantinha a capacidade de repetir e ler em voz alta, repetir caracteres. Contrário ao esquema de Lichtheim, a lesão na zona motora é limitada e insignificante para ser atribuída à profunda perturbação da linguagem. No que se refere à afasia motora transcortical, sua existência não constitui, segundo Freud (1891), nenhuma prova da existência de uma via BM para o falar espontâneo. Esta forma de perturbação da linguagem provém ou de lesões das zonas sensoriais da linguagem ou de particulares condições patológicas da motilidade pelas quais o centro motor da linguagem é levado a um estado funcional reduzido em relação ao normal (Freud, 1891, p. 37). A seguir, apresentamos o esquema de Lichtheim:

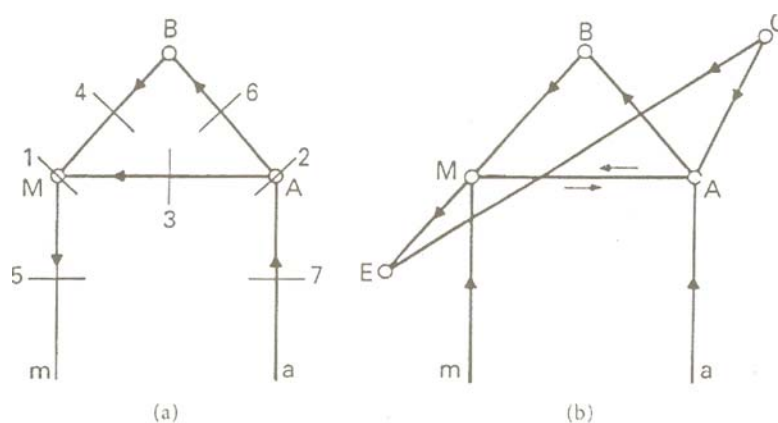


Figura 1: Figura a: Esquema de Lichtheim sobre o aparelho da fala. M representa o centro motor da fala (área de Broca). A destruição desse centro, indicada por 1, causa a afasia de Broca. A representa o centro auditivo da fala, e sua destruição, 2, acarreta a afasia de Wernicke. Os números 3, 4, 5, 6 e 7 representam a lesão das fibras nervosas que ligam os diferentes centros, causando o que se conhece como afasias de condução. B, que Lichtheim chamava de centro dos conceitos, não representa uma região específica do cérebro, como M e A, mas várias regiões a partir das quais o aparelho da fala pode ser ativado. Lichtheim afirmava que a maioria dos sintomas constatados nos diferentes tipos de afasias podia ser explicada por seu diagrama.

Figura b: modo como um centro das representações visuais de palavra, O, seria ligado a um centro motor que inervaria “os órgãos da escrita”.

Fonte: Citado por Rosenfield (1988, p. 26) e retirado de: Ludwig Lichtheim, “On aphasia, *Brain*, 7, janeiro de 1885, p. 436”.

Freud reforça sua argumentação citando casos em que, embora houvesse uma sintomatologia semelhante aos casos de Lichtheim, diferentes áreas tinham sido atingidas. E acrescenta casos em que sequer observou-se lesão orgânica apesar da presença dos sintomas. Freud, então, sugere o abandono da explicação localizacionista:

“Uma vez que se trata de um passo muito importante para toda a interpretação da afasia (...) fomos obrigados a abandonar a explicação da localização na medida em que ela foi contraditada pelas verificações de autópsia (Heubner e Hammond) (...) E podem de fato existir situações semelhantes à afasia motora transcortical, surgidas por efeito de um dano puramente funcional sem qualquer lesão orgânica” (Freud, 1891, p. 43).

Freud reconhece, de certa forma, a importância da posição de Wernicke no que se refere ao fato de que a teoria da localização responde pelas funções elementares, mas que em se tratando de representações complexas seria necessário recorrer a sistemas de associação articulando as diversas áreas corticais. Ele se

questiona, entretanto, se não estaríamos incorrendo no mesmo erro de princípio seja para funções simples ou complexas:

“Quando uma pequena lesão orgânica se situa na circunvolução central anterior, o seu efeito pode consistir numa paralisia circunscrita, por exemplo, dos músculos do polegar. Mas, mais freqüentemente, o efeito manifesta-se como uma paralisia moderada de todo o braço” (Freud, 1891, p. 44).

Quer se trate das parafasias em particular ou dos processos psíquicos em geral, Freud defende que não podemos procurar o substrato fisiológico da atividade mental na função de alguma parte do cérebro, mas como resultado de processos que abarcam o cérebro em toda a sua extensão, além do fato de que os distúrbios observados na clínica podem ser determinados tanto pela extensão da área cortical lesada como pelas unidades danificadas. Freud (1891), então, passa a conceber o cérebro de uma forma holista, não localizada:

“Já estamos habituados à pretensão de que uma lesão destrua completamente uma parte dos elementos do sistema nervoso, mas deixe completamente intactos os outros. (...) só poucas lesões satisfazem esta condição” (p.43). “Quanto ao aparelho da linguagem, parece que (...) responde a uma tal lesão de maneira solidária. (...) Por exemplo, não sucede nunca que na seqüência de uma pequena lesão do centro motor se percam cem palavras cuja natureza dependa exclusivamente do local da lesão” (p.44).

Freud conclui, assim, que a busca da causalidade da perturbação é mais complexa do que sugerem os localizacionistas:

“(...) o aparelho de linguagem dispõe de uma tal riqueza de expressões sintomáticas que só dele podemos esperar a revelação, através do tipo de perturbação funcional, não só da localização, mas também da natureza da lesão” (Freud, 1891, p. 41).

Por fim, Freud (1891) propõe o seguinte questionamento, que é extremamente elucidativo quanto a sua forma de construir a crítica ao localizacionismo: “o que seria então o correlato fisiológico de uma simples idéia que surge? Obviamente nada estático, mas algo da natureza de um processo” (Freud, 1891, p. 57).

Ao refutar os esquemas existentes do funcionamento da linguagem, Freud teria que criar um novo modelo capaz de explicar a maneira como um aparelho de linguagem organiza-se a serviço da linguagem, além de apresentar as

consequências clínicas que se manifestam a partir dos distúrbios anatômicos e funcionais.

Freud utiliza o termo *Spracheapparat*, que significa “aparelho de linguagem”, não sendo um termo familiar aos neurologistas da época (Garcia-Roza, 1991), embora fizesse parte do vocabulário neurológico. Na verdade, ambos os termos – aparelho de linguagem e aparelho psíquico – originaram-se nos escritos de Meynert (Stengel, 1953). O que havia de novo (Rizzuto, 1993) era a maneira como Freud concebia esse aparelho, o que se observa no sugestivo título de seu livro “*Interpretação das afasias*”. Trata-se, nesse sentido, de um termo irreduzível às teorias de Wernicke e Meynert (Garcia-Roza, 1991). Rizzuto (1993) concorda com a concepção de Stengel (1953) de que o aparelho de linguagem de Freud é uma antecipação de seu modelo de aparelho psíquico. Garcia-Roza (1991) acrescenta, entretanto, que não há nenhuma intenção declarada, como há no *Projeto*, de oferecer uma concepção de aparelho psíquico. No entanto, na medida em que este aparelho diz respeito à linguagem, observa-se uma antecipação da teoria sobre o ato falho, o chiste e o lapso. Estes processos são exemplos da condensação e do deslocamento operados pela linguagem. Mais tarde Freud identifica que esses mecanismos permitem que se atinja o inconsciente (Garcia-roza, 1991). Rizzuto (1993) acrescenta que esse modelo de linguagem oferece fundamentos para a teoria da interpretação dos sonhos, para a noção de processo primário e secundário, além de oferecer uma base conceitual para concepção da existência de processos psíquicos inconscientes. Rizzuto (1993) acrescenta ainda que esse modelo teórico de Freud foi a base para a “cura pela fala” (*Talking Cure*) – tratamento oferecido às pacientes histéricas –, sendo um modelo que persiste até os dias atuais como base conceitual no trabalho clínico. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Spracheapparat* se apresenta como um primeiro aparelho da alma, antecipando-se aos modelos apresentados no *Projeto* de 1895 e na *Interpretação dos sonhos* de 1900.

A esse respeito, Garcia-Roza (1991) contribui com sua percepção de que apesar de tratar-se de um texto de neurologia, é também o texto de um clínico, que a partir da escuta do relato do afásico, pretende articular as perturbações da linguagem encontradas na clínica com perturbações funcionais do aparelho de linguagem, aparelho este que ele descreve em termos estritamente neurológicos.

Freud (1891) pretende separar o psicológico do anatômico, não do neurológico, já que reconhece que não há esquema psicológico sem esquema neurológico.

De acordo com Rizzuto (1993), Freud pretendia criar um modelo de aparelho de linguagem que fosse capaz de explicar aquilo que as pessoas fazem em seus cotidianos, ou seja, falar espontaneamente. Freud criticava o modelo de Wernicke que apresentava a linguagem apenas como um reflexo cerebral. Inicialmente, Freud defendia que este modelo seria apenas aplicável à atividade de repetir palavras ouvidas. Entretanto, a partir das suas observações clínicas, ele percebe que o ato de repetir palavras tampouco funciona de forma reflexa, depende também da vontade. Freud, então, postula que os padrões ou vias pelas quais falamos são os mesmos através dos quais repetimos, de modo que o aparelho não fala de forma reflexa, por si próprio, ou seja, “falamos quando temos o intuito de falar, através do uso do aparelho de linguagem” (Freud, 1891/1977, p. 76).

Nesse sentido, pode-se perceber que Freud estava atento ao componente *intencional* da linguagem. Deve-se notar que ao tentar descrever um aparelho capaz de discurso espontâneo, ele pretendia construir um aparelho capaz de pensamento, ou seja, de processos psíquicos (Rizzuto, 1993). Freud (1891) acrescenta que certas lesões que não diferem, na maioria dos sintomas em termos materiais, diferem em seu significado psicológico. Aqui aparece a intenção de Freud, baseado na concepção de Hughlings Jackson, de separar as funções psíquicas de seus correlatos anatômicos e fisiológicos.

Ao fazer tal separação, Freud alerta que o processo fisiológico, ou seja, a modificação fisiológica resultante da estimulação dos centros, não deve ser confundido com a representação psíquica. Uma representação psíquica aparece como um processo paralelo à atividade fisiológica correlata, de modo que a transferência direta do fisiológico para o psicológico (representação) é totalmente injustificada e arbitrária (p. 55/57). É interessante notar que o termo representação em alemão – *Vorstellung* – sempre se refere a um elemento subjetivo, ou seja, a uma “*representação mental*” de alguma coisa, como nos indica o dicionário alemão de sinônimos “*The dictionary of german synonymus*”, de forma que a tradução para o conceito de representação é imprecisa (Farrell, 1977).

Tratando de um correlato anatômico, Freud localizou o aparelho da linguagem inteiramente no córtex cerebral, no hemisfério esquerdo (figura 2). Ele admitiu que o aparelho recebia estimulação e associações de todo o córtex, inclusive do hemisfério direito, mas não discutiu a significância desses *inputs* bilaterais.

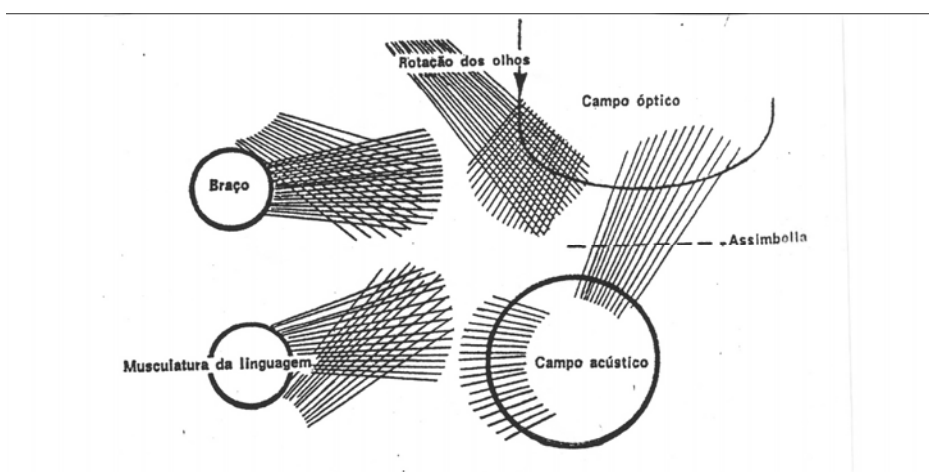


Figura 2: Esquema anatômico do campo associativo da linguagem. Explicação da manifestação dos centros de linguagem. Os campos corticais do nervo acústico, do nervo ótico, do braço e da musculatura da linguagem são esquematizados com círculos; as vias associativas que vão destes campos para o interior do campo da linguagem são representadas por feixes de raios. Onde estes feixes se cruzam com outros feixes – que aqui se apresentam cortados pela sua fonte –, surge um “centro” para o respectivo elemento associativo. As ligações bilaterais do campo acústico não estão representadas, seja para não complicar a figura, seja porque não é clara a relação entre campo do ouvido e centro acústico da linguagem. Decompor também espacialmente as ligações com o campo ótico em dois feixes permite deduzir que os movimentos dos olhos estão empenhados de modo particular na associação da leitura.

Fonte: Freud (1891, p. 75).

O aparelho de linguagem de Freud pode ser considerado único e exclusivo, diferenciando-se de outros modelos, pois, como nos aponta Rizzuto (1993), embora haja características anatômicas, essas não são utilizadas exclusivamente para a linguagem. Suas vias aferentes são compartilhadas com outros órgãos sensoriais e as vias eferentes compartilham com outras funções motoras. Seus órgãos executivos – as mãos e os olhos – não fazem parte do aparelho propriamente, mas são estruturas anatômicas com múltiplas funções. Portanto, a região cortical que serve de base anatômica da linguagem serve a outras funções. Sendo que o campo associativo da linguagem não tem conexão direta com o resto do corpo:

“O campo associativo da linguagem está privado dessas relações diretas com a periferia do corpo, não está certamente provido de vias de projeção sensíveis próprias e muito provavelmente nem sequer de específicas vias de projeção motora” (Freud, 1891, p. 66).

Pode-se considerar, assim, de acordo com Rizzuto (1993), que a estrutura anatômica do modelo de Freud é muito abrangente e, portanto, pouco definida. Para compreender seu modelo, é necessário acompanhar a descrição sobre como o mesmo se organiza através dos processos associativos, observados em seu outro esquema (figura 3).

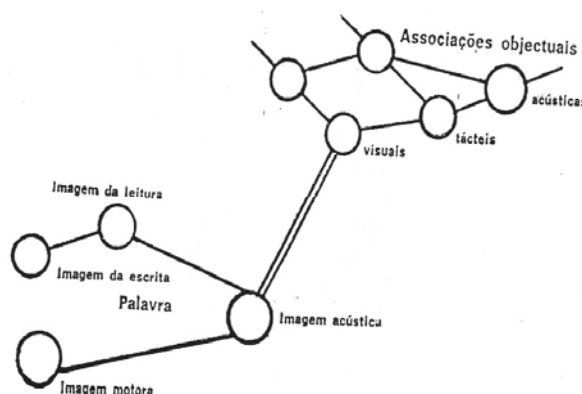


Figura 3: Esquema psicológico da representação-palavra. A representação-palavra apresenta-se como um complexo representativo fechado, ao passo que a representação-objeto se apresenta como um complexo aberto. A representação-palavra não está ligada à representação-objeto a partir de todas as suas partes constituintes, mas apenas pela imagem acústica. Entre as várias associações de objeto, são as visuais que representam o objeto, da mesma forma que a imagem acústica representa a palavra. As ligações da imagem acústica da palavra com as demais associações de objeto não são aqui indicadas. (Explicação da figura retirada de Garcia-Roza, 1991, p. 45).

Fonte: Retirado de Freud (1891/1977, p. 71).

Em sua concepção, Freud defende que qualquer representação¹⁴ já é em si uma associação, um complexo associativo de impressões sensoriais. Freud

¹⁴ Freud (1891/1977) oferece uma nova compreensão do conceito de representação, inspirado em seu professor Brentano, com quem fez um curso sobre Aristóteles por dois anos. O termo é empregado para designar não propriamente o objeto representado, mas o ato de representar. Não há uma reprodução do objeto externo, logo o significado de uma representação não está no objeto, mas na associação com outras representações. Por isso é possível haver significado mesmo quando a representação não tem como referente um objeto real, como por exemplo, a idéia de um centauro, em que o mesmo é tão objeto da consciência quanto uma árvore percebida (Garcia-Roza, 1991, p. 57).

designa as impressões sensoriais como “imagens mnêmicas”. Sendo que estas e a associação entre elas, embora tenham aspectos diferentes, ocorrem simultaneamente dentro de um mesmo processo. Não há dualidade entre a impressão e a associação. É um processo unitário e indivisível. “Não podemos ter uma sensação sem logo associá-la” (Freud, 1891, p. 57). Para se compreender esse processo podemos pensar no caso da associação de uma representação-palavra, em que não há imagem motora da palavra sem imagem acústica, de modo que os elementos não existem isoladamente (Freud, 1891).

As associações são as responsáveis pela estruturação do aparelho de linguagem. Deve-se diferenciar, entretanto, dois tipos de associação: o primeiro tipo associa as impressões sensoriais, tais como os estímulos acústicos, visuais e cinestésicos, e formam o complexo representacional (*Vorstellung Complex*), como, por exemplo, uma representação-palavra (*Wortvorstellung*). O segundo tipo de associação ocorre quando consideramos a própria representação-palavra, que já é em si um complexo associativo de informações sensoriais, na sua relação com as demais representações-palavra. Freud chama essa “associação de associações” de “super-associação”.

É importante frisar, de acordo com a concepção de Freud, que no caso de lesões aquilo que é super associado é danificado antes do que é associado primariamente (Freud, 1891). De forma análoga, Hughlings Jackson (1878 apud Freud, 1891) concebia que, no caso da afasia, haveria uma retrogressão funcional, em que níveis mais complexos ou mais diferenciados se perdem primeiro, sendo que os níveis mais primitivos ficam preservados por mais tempo, ou seja, o sentido é o inverso do processo evolutivo (Freud, 1891).

No caso da representação-objeto (*Objectvorstellung*), ocorre a associação da informação oriunda de diferentes órgãos sensoriais que foram estimulados pelo objeto, o que seria o primeiro tipo de associação (mencionado anteriormente). O segundo tipo de associação, aquele que associa as diferentes representações, une a representação-objeto a uma representação-palavra. À representação-objeto são associadas as diversas imagens que estão relacionadas à representação-palavra, tais como imagens sonoras, imagens dos movimentos da linguagem articulada, imagens dos sinais gráficos, além de imagens dos movimentos dos olhos e da mão ao ler e escrever (Freud, 1891). Deve-se frisar que esses dois tipos de

representações são capazes de conectar-se entre si através de uma única forma: das imagens acústicas. Nas palavras de Freud (1891): “a representação-palavra¹⁵ está associada à representação-objeto com sua terminação sensorial (mediante as imagens acústicas)” (Freud, 1891/1977, p. 72).

A representação-objeto quase sempre é representada, nesse sentido, por sua associação visual. Sob certas condições ela pode ser representada por associações táteis ou outras associações sensoriais, como ocorre no caso da paciente cega de Farges, apresentado mais adiante. A representação-palavra, por sua vez, é representada por sua imagem sonora para se conectar com a representação-objeto. Quando o processo de conexão entre elas se completou de forma satisfatória, o resultado é uma palavra que detém um significado, utilizada na linguagem, a qual designaremos aqui como “palavra psíquica”. Freud fez uma clara distinção entre a palavra psíquica (uma palavra propriamente dita) e a representação-palavra. Enquanto esta última é formada pelas associações que necessitamos para poder falar, compreender, ler e escrever, no caso da “palavra psíquica”, faz-se necessário que a representação-palavra e a representação-objeto estejam conectadas entre si.

Deve-se notar, portanto, que o significado de uma palavra não decorre das impressões sensoriais, ou dos objetos em si como supunham os localizacionistas, mas da articulação entre a representação da imagem acústica da palavra com a representação-objeto (Freud, 1891). É pela associação com a representação-objeto que a representação-palavra adquire sua significação, e é também pela sua articulação com a representação-palavra que o objeto (representação) ganha sua identidade que gera um conceito, já que não há conceito sem significado e não há significação sem palavra (Freud, 1891).

No que diz respeito à representação-objeto, Freud novamente discorda dos localizacionistas. Ele emprega o termo associações de objeto (que forma a representação complexa do objeto) indicando que aquilo que é representado na representação não é o objeto propriamente dito, mas séries diferentes de associações. Não se trata de negar que exista uma impressão, mas que a mesma

¹⁵Embora a tradução portuguesa de Antônio Pinto Ribeiro utilize o termo *representação da palavra e representação do objeto*, utilizamos a tradução de Garcia-Roza que usa os termos *representação-palavra* e *representação-objeto*, pois oferece um entendimento mais apropriado, de acordo com o entendimento de Freud, já que não se trata de representar uma palavra, mas a palavra é em si uma representação psíquica (Garcia-Roza, 1991).

não é articulada ponto por ponto da estimulação periférica com a idéia. É importante notar que, segundo Freud, cada excitação decorrente das impressões produzidas pelo mundo exterior deixa no córtex cerebral uma inscrição permanente. As inscrições vão sendo armazenadas sem se confundirem umas com as outras. O termo representação-objeto, entretanto, não designa o referente ou a coisa; mas a sua relação com a representação-palavra é que vai designar o significado. Ou seja, a significação não está na coisa, mas no objeto que recebe sua identidade a partir da associação com a representação-palavra. Tudo se passa no registro da representação e da associação de representações (Freud, 1891).

A fim de elucidar essa questão do significado, tem-se que um objeto é uma entidade pertencente à realidade material do mundo. A forma como o psiquismo percebe um objeto se dá pela representação desse objeto (*Vorstellung*, no sentido de uma *representação mental*). Sendo que a representação-objeto é o resultado final de processos extraordinariamente complexos da percepção e da associação, e pertence inteiramente à esfera psíquica. A representação-objeto não deve ser entendida, portanto, como uma representação do objeto como tal, mas como uma modificação no corpo físico daquele que percebe, na medida em que é estimulado pelas propriedades sensoriais do objeto.

A organização da representação-objeto prevê quatro etapas. As primeiras três etapas seguem em uma ordem sucessiva da periferia do corpo ao córtex, trazendo a informação sensorial de um órgão sensorial específico até a área cortical correspondente. A quarta etapa é totalmente intra-cortical. Cada etapa muda o significado (*Bedeutung*) da informação que está sendo transmitida. A quarta e última etapa ocorre em nível cortical. Deve-se questionar, portanto, de que forma o córtex utiliza essa informação para transformá-la em representação-objeto. Até esse ponto Freud não havia estabelecido uma distinção clara entre o fisiológico e o psicológico (Rizzuto, 1993).

Freud concebe, porém, que a representação é um fenômeno psíquico, e não fisiológico, aderindo à concepção de Hughlings Jackson de um paralelismo entre esses dois processos. O que há é um correlato fisiológico da representação que provém da informação enviada para as células corticais através das fibras aferentes. Esse correlato não promove uma marca estática, mas envolve um processo dinâmico associativo influenciando uma área mais ampla. Ele segue

caminhos específicos no córtex, deixando atrás uma modificação, que ainda não se traduz em processos psíquicos, mas que causa alterações que permitem a estimulação da função da memória. Aqui termina, portanto, a fisiologia, onde a representação psíquica emerge como um paralelo concomitante. Deve-se frisar, porém, que Freud concebe que nem a representação psíquica, tampouco o seu correlato fisiológico, podem ser localizados em alguma área específica.

O olhar persistente de Freud ao aparelho de linguagem como um aparelho de associações o conduziu aos primórdios da vida do indivíduo na atitude da fala, de modo que o ponto de vista genético pode ser identificado em sua concepção. Freud, entretanto, concebe que a aquisição da representação-palavra é uma função aprendida, o que requer que aprendamos de outrem. A diferença em relação à formação da representação-objeto consiste no fato de que não temos escolha a não ser formar representações-objeto, contanto que sejamos capazes de experimentar sensações em nosso corpo. Quando chegar o momento da formação da representação-palavra, a criança em desenvolvimento acumulou uma vasta série de representações-objeto, algumas das quais podem conectar-se com uma palavra, e outras não se conectam. A existência desse grande número de representações virtuais, em que algumas podem, em tese, nunca ser recuperadas, aponta para o fato de que a cadeia associativa continua fora da esfera da consciência (Rizzuto, 1993).

É importante salientar que a função primordial do aparelho de linguagem é produzir significado. Mais especificamente, produzir palavras que tenham um significado na atitude consciente de falar espontaneamente. O ato de falar, todavia, requer um estímulo para que se inicie a cadeia associativa que conduz à linguagem espontânea normal. Freud localizou esse tipo de estímulo na representação-objeto e concluiu com categórica convicção que toda a estimulação necessária para o falar espontâneo provém das associações de objeto (Freud, 1891). Rizzuto (1993) esclarece que falamos espontaneamente, sem que haja necessariamente uma estimulação externa, mas quando algumas associações de objeto estimulam o aparelho de linguagem. Assim, tem-se que esse modelo de aparelho de linguagem permite um falar espontâneo que é motivado pelo próprio psiquismo do indivíduo.

Rizzuto (1993) aponta, portanto, que Freud vai além do aparelho de linguagem propriamente dito, e entra no terreno da estimulação que é oriunda não apenas de processos fisiológicos, mas de estímulos intencionais do aparelho de linguagem daquele que quer falar. Freud apresenta dois exemplos sobre esse aspecto intencional que estimula o aparelho de linguagem. O primeiro caso refere-se a uma paciente atendida por ele no Hospital Geral de Viena, cuja perturbação de linguagem fora descrita como “empobrecimento de palavras com impulso abundante para falar”, o que demonstra o aspecto volitivo do aparelho de linguagem compatível com o modelo de Freud. O segundo caso, reportado por Hammond (1868 apud Freud, 1891), refere-se a um paciente afásico que embora conseguisse apenas dizer as palavras “sim” e “não”, fazia grandes esforços para conseguir se expressar verbalmente. Ao ser submetido a uma intervenção cirúrgica, recuperou a linguagem. Nas palavras de Freud (1891):

“O doente (...) compreendia tudo o que se lhe dizia, fazia esforços desesperados para falar, mas não saía nenhuma palavra além de ‘sim’ e ‘não’. (...) Hammond sugeriu a hipótese de, naquele acidente, a fratura interna da caixa craniana e o estilhaço ósseo terem feito pressão sobre a terceira circunvolução frontal. (...) a trepanação confirmou (...) o seu diagnóstico. Quando o doente acordou (...) a linguagem estava recuperada” (p. 40).

No que diz respeito ao aspecto sensorial da linguagem, ou seja, à compreensão, Freud postula que não ocorre como uma simples condução das palavras recebidas pela estimulação periférica – de outra pessoa – para as associações de objeto. Ao contrário, ouvindo-se conversas e as compreendendo, na verdade repetimos internamente e sustentamos ao mesmo tempo a nossa compreensão e nossa sensação de inervação da fala. Para ilustrar seu ponto, Freud aborda o quadro da ecolalia (repetição do que se ouve), designando-o como um obstáculo na condução em direção às associações de objeto e, dessa forma, a estimulação se expressa através da forte repetição em voz alta:

“A ecolalia apresenta-se como um meio, que consiste no reforço do som das palavras, para chegar à relação, particularmente dificultosa, entre o que é ouvido e as associações objetais” (Freud, 1891, p. 76).

Calcado nas descrições de Freud sobre o aspecto sensorial da linguagem, Rizzuto (1993) conclui que o ato de “ouvir o que os outros falam” (*listening*) é um

processo ativo que envolve mais do que o componente auditivo do aparelho de linguagem; demanda-se um certo falar interior. A palavra que compreendemos é uma combinação da palavra que falaram para nós e a palavra interior que falamos para nós mesmos. Deve-se frisar que esta palavra interior já tem uma história anterior. Ouvir os outros falarem (*listening*) significa, portanto, *associar palavras externas com palavras internas e, no fim, nos ouvimos internamente*. Rizzuto (1993) acrescenta que este entendimento parece ser indispensável para as teorias clínicas posteriores à transferência. Aproximamo-nos do fator motivacional em sua relação com o propósito de falar, um ponto que Freud mantém intocado na monografia (Rizzuto, 1993).

Freud deveria, então, criar uma classificação das afasias que fosse compatível com seu modelo de aparelho de linguagem. É importante lembrar que ele pretendia explicar a afasia como um distúrbio da função da linguagem, independente de estar ou não relacionada com lesões anatômicas. Freud focava na desintegração dos processos normais da fala voluntária e espontânea. Portanto, em sua classificação das afasias ele faz uso do termo *símbolo*, entendido como um termo genérico para se referir à “palavra psíquica”. Lembremos que a “palavra psíquica” se forma somente quando a representação-palavra e a representação-objeto estão conectadas entre si, já que não há conceito sem significado e não há significação sem palavra (Freud, 1891). Um símbolo, aqui, deve ser entendido como o evento psíquico como um todo, cujos correlatos fisiológicos ocorrem ao longo de diferentes vias da área cortical da fala. Os objetos externos, como mencionado anteriormente, estão apenas indiretamente relacionados com esse processo, através das impressões sensoriais empregadas. As representações-objeto devem ser entendidas como “objetos internos”, para falar em uma linguagem mais contemporânea. Portanto, todas as representações-objeto que estão ligadas a uma palavra designam o *símbolo*. A partir das contribuições de Freud, Rizzuto (1993) conclui que “falar é simbolizar em palavras as representações de um psiquismo corporificado” (p. 124).

Ao postular um sistema próprio de classificação, Freud (1891) descreve dois tipos de afasias: (1) uma afasia de primeira ordem, *afasia verbal*, em que apenas as associações entre os elementos singulares da representação-palavra estão prejudicadas; (2) uma afasia de segunda ordem, *afasia assimbólica*, em que

a associação entre a representação-palavra e a representação-objeto está prejudicada. A afasia assimbólica tem uma importância em termos psicológicos, pois pode resultar de um enfraquecimento funcional do aparelho, como fadiga, atenção desviada, ou afetos perturbados. Rizzuto (1993) nos aponta que esta é a única referência ao afeto que Freud faz em sua monografia.

A essas afasias principais Freud acrescenta, por fim, o que ele chamou de afasia de terceira ordem ou *afasia agnóstica*, o que Finkelnburg chama de assimbolia. Essa afasia surge quando há uma lesão bilateral e extensa de áreas corticais e nesse caso há o comprometimento de várias associações de objeto em diferentes áreas do córtex. Essas associações não estão disponíveis para estimular o falar espontâneo. Elas não estão diretamente ligadas ao aparelho de linguagem, de modo que este permanece intacto, podendo ser estimulado por outras associações de objeto, e possibilitar o funcionamento da função da linguagem. Por exemplo, associações através do tato em áreas corticais preservadas podem fazer funcionar a função da linguagem. De acordo com Rizzuto (1993), Freud introduziu o termo “agnosia” para o léxico neurológico. Garcia-Roza (1991) acrescenta que na agnosia o que é afetado é a relação entre a representação-objeto e o objeto; trata-se, pois, de uma perturbação do *reconhecimento* do objeto, sendo que a relação entre a representação-objeto e a representação-palavra permanece intacta, o que corresponde a dizer que o aparelho de linguagem não é atingido. Para ilustrar o quadro da agnosia, segue uma citação feita por Freud referindo-se a um caso de Farges¹⁶ (1885 apud Freud 1891):

“(...) um caso de Farges (p. 72) (...) uma doente cega (...). Quando se lhe dirigia a palavra não reagia, e quando se procurava comunicar com ela, repetia ininterruptamente: ‘*Je ne veux pas, je ne veux pas!*’ (‘Eu não quero, eu não quero’), em tom de extrema impaciência. Não reconhecia o médico nem sequer pela voz. Mas mal o médico lhe apalpava o pulso, fazendo-lhe, portanto, chegar uma representação tátil, ela reconhecia-o, dizia o seu nome (...) e falava com ele sem perturbação da linguagem até ele lhe deixar a mão, para depois se tornar de novo inacessível” (p. 73).

Freud (1891) então esclarece:

“(...) esses casos de *afasia agnóstica* se apóiam num efeito (...) e [num] tipo funcional sem lesões orgânicas do aparelho da linguagem, nos casos de

¹⁶ FARGES (1885) *Aphasie chez une Tactile*, L’encéphale, nº 5.

afasia verbal e assimbólica deve manifestar-se também a lesão do aparelho da linguagem” (p. 74).

Deve-se frisar, entretanto, a visão de Freud, contrária à visão de Broussais¹⁷ (Garcia-Roza, 1991), de que “o patológico não cria nada de novo”, sendo apenas uma decorrência da deficiência ou excesso de excitação. O empirismo de Freud implica a possibilidade do novo, não calcado apenas no dado sensorial, sendo que Freud considera que o funcionamento da linguagem pode ser definido como a criação do novo. É o que Nassif¹⁸ (1977, apud Garcia-Roza, 1991) assinala ao afirmar que os fragmentos do discurso afásico não têm outro papel que o de subverter a essência do discurso bem formado, o que o autor caracterizou como efeito de sujeito. Esse efeito de sujeito não resulta do aparelho de linguagem considerado isoladamente. Sobre esse aspecto, Freud propõe que a construção do aparelho de linguagem se faz na relação com outro aparelho que nos introduz no registro da troca simbólica. Não se tem o objetivo de saber sobre o mundo, mas articular com o outro aparelho saberes que se constituem *na e pela* linguagem (Garcia-Roza, 1991).

Se o signo não é considerado por Freud como a simples reprodução do mesmo, se pode significar algo novo, então ele se constitui como signo a partir do significante, ou, segundo ele, a partir da representação-palavra. Parece originário do exterior, mas é tão interior quanto a representação-palavra. A representação-objeto não se constitui como signo senão a partir da sua ligação com a representação-palavra. Dessa forma, não se pode separar inteiramente a agnosia da afasia. De acordo com Freud nenhum ato de percepção se faz com total independência da linguagem. Relação simbólica é condição para o estabelecimento do signo. Na medida em que o aparelho de linguagem é capaz de produzir um objeto original (por exemplo, cavalo alado), pela relação entre representação-palavra e representação-objeto, o aparelho produz signos que, por serem engendrados no próprio aparelho, são signos arbitrários (Garcia-Roza, 1991).

¹⁷ Garcia-Roza (1991) refere-se ao *Princípio de Broussais*, que na verdade remonta a Bichat, em que se estabelece uma relação entre o fisiológico e o patológico de modo a negar ao patológico qualquer possibilidade de criar algo de novo.

¹⁸ Cf. Nassif, J., *Freud l'inconscient*, Paris, Galilée, 1977, p. 338 (Retirado de Garcia-Roza, 1991, p. 38).

Considerando a relevância da monografia de Freud para a construção da Psicanálise, algumas contribuições de Rizzuto (1989) ajudam a resgatar o suposto “elo perdido”. Nesse sentido, Rizzuto (1989) vai além da discussão neurológica e tenta compreender as verdadeiras motivações de Freud ao criticar a concepção localizacionista sobre a linguagem e suas funções. Rizzuto (1989) sugere que o verdadeiro motivo de Freud foi compreender os surpreendentes padrões de linguagem, que se configuravam como sintomas histéricos, sem lesão anatômica, apresentados por três pacientes em especial: Anna O., Emmy von N. e Caecilie M. Rizzuto (1989) defende que, em última instância, Freud pretendia, ao refutar a concepção de centros anatômicos de linguagem:

“(...) prover um modelo de aparelho de linguagem que permitisse compreender simultaneamente (a) a afasia causada por lesão anatômica, (b) a perturbação funcional da linguagem de pacientes neuróticas, (c) o poder curativo da fala, (d) e a função normal da linguagem” (p. 117).

Alguns exemplos de sintomas dessas pacientes tratadas por Freud, anteriores à publicação de *A Interpretação das Afasias* (1891), podem ilustrar toda essa problemática apontada por Freud acerca das perturbações da linguagem.

Frau Emmy, que procurou Freud em 1889, além de apresentar alguns sintomas característicos da histeria de conversão – movimentos incontrolláveis dos dedos – também apresentava distúrbios da fala. Dentre estes, falava em voz baixa, com dificuldade, e eventualmente alterava a voz, falando de forma mais ansiosa. Freud foi informado que, quando mais jovem, Frau Emmy perdeu a capacidade de falar por horas em dois momentos nos quais sofreu situações de ameaça. Mais ainda, esta paciente se queixava de dar respostas sem sentido durante uma conversação, para que as pessoas não pudessem compreendê-la. Durante o tratamento com Freud, quando o mesmo a interrompia com suas perguntas ou conclusões, Frau Emmy pedia-o que não a interrompesse para que ela pudesse falar espontaneamente, sem responder às suas perguntas. É interessante notar que essa paciente contribuiu para a futura técnica da associação-livre¹⁹, adotada posteriormente por Freud. Nesse caso não se pode negar a presença de uma

¹⁹Em seu artigo *Uma breve descrição da psicanálise* (1924), Freud, referindo-se a si próprio, define a associação-livre (*Freier Einfall*): “Ele fazia seus pacientes assumirem o compromisso de se absterem de qualquer reflexão consciente e se abandonarem em um estado de tranqüila concentração, para seguir as idéias que espontaneamente (involuntariamente) lhe ocorressem (...) como meio de investigar o material inconsciente” (p. 244).

perturbação da linguagem. Não se trata, entretanto, de uma permanente perturbação característica de quando há uma lesão anatômica. Possivelmente esse caso intrigou Freud, e ele próprio admite, como nos informa Rizzuto (1989), ter devotado grande parte de seu tempo devido ao grande interesse que lhe suscitaram os sintomas e a personalidade dessa paciente.

Outra paciente, Anna O.²⁰, além de sintomas histéricos, apresentava os seguintes sintomas relativos à perturbação da linguagem descritos por Breuer (1895): tinha dificuldade em encontrar palavras que queria dizer; perdera a capacidade de uso da gramática e da sintaxe; não conjugava verbos, sendo que eventualmente usava apenas verbos no infinitivo; e omitia os artigos definidos e indefinidos. Com o tempo ela foi ficando desprovida de linguagem. Ela falava línguas estrangeiras sem sabê-lo. Havia, porém, algo de incrível em seu quadro patológico: todos os seus sintomas histéricos, contraturas, dores, paralisias, inclusive os distúrbios da linguagem, desapareciam com o ato de falar. Breuer surpreendeu-se, na primeira vez em que isso ocorreu, quando um discurso espontâneo – “*spontaneous utterance*” – durante uma seção de hipnose, eliminou uma antiga perturbação (Breuer, 1895). Possivelmente, esse segundo caso, assim como o primeiro, suscitou em Freud, diante de situações inéditas e inexplicáveis, um grande interesse que o conduziu a aprofundar suas investigações.

Por último, Caecile M., que conhecia bem as estruturas de linguagem, o que se observava através dos poemas de grande perfeição, proporcionou a Freud o primeiro sonho que apresentava trocadilhos com palavras.

Rizzuto (1989), investigando as motivações de Freud, conclui que essas três mulheres, com suas fascinantes personalidades, seus vários sintomas histéricos, e especialmente com suas patologias de linguagem, mantiveram Freud dedicando a maior parte de seu tempo nos seus tratamentos, e refletindo a respeito da incrível forma como elas se punham a falar em direção à cura.

Rizzuto (1993) chama a atenção para as conseqüências que teve para a técnica psicanalítica a forma como Freud concebia o aparelho de linguagem. Rizzuto (1993) faz uma interessante articulação entre os conceitos abordados na monografia de Freud com a descrição do processo analítico. Nesse sentido, tem-se

²⁰ A paciente de Freud e Breuer, Ana O. – cujo verdadeiro nome é Bertha Pappenheim – designou ao seu tratamento psicanalítico o nome de *Talking Cure* – cura pela fala (Freud, 1910).

que uma análise é um processo contínuo de falar espontaneamente. A atenção dividida entre as representações que surgem em sua mente e o comprometimento de não censurá-las gera a possibilidade de muitas “parafasias” (atos-falhos). As parafasias são como setas apontando na direção de um distúrbio na função da linguagem devido à assimbolia, ou seja, a separação entre a palavra verbalizada das ocorrências representacionais que não podem ser toleradas conscientemente. Mais tarde Freud introduziu o conceito de defesa, que consiste em um mecanismo dissociativo mediador que impede a completa verbalização. Fazendo com que o paciente associe livremente, em um estado de atenção relaxada, é possível que a representação a que não se tinha acesso encontre outro caminho, cuja defesa é mais fraca para se conectar com a palavra. O paciente se vê expressando palavras inesperadas. Isso significa que uma representação-objeto finalmente superou a afasia neurótica assimbólica defensiva ao estabelecer sua função normal de estimular o aparelho de linguagem a falar. Conclui-se, portanto, que a associação-livre é a cura adequada para a afasia assimbólica neurótica (Rizzuto, 1993).

Para concluir, gostaríamos de enfatizar a importância da contribuição dos autores consultados aqui (Jones, 1954; Garcia-Roza, 1991; Solms, M. & Saling, M., 1986; Rizzuto, 1889 & 1993). Eles permitem compreendermos que, muito mais que um texto de neurologia, ou de uma crítica aos neurologistas da época, trata-se – *A interpretação das Afasias* – de uma contribuição inédita, que deve ser remetida às manifestações observadas na clínica da neurose, onde possivelmente reside a força que impulsionou Freud a construir um complexo aparelho de linguagem funcional – uma vez que, ao construir o aparelho, Freud trabalhava no nível da representação psíquica –, que mais tarde deu lugar ao aparelho psíquico e a toda a teoria metapsicológica.

Para finalizar, apresentaremos um fragmento de um discurso de Freud, com a sua própria voz, já no fim de sua vida, referindo-se ao início de sua carreira, que ilustra o que mostramos nesse capítulo sobre a relação entre Freud e as afasias: “*I started my professional activity as a neurologist trying to bring some relief to my neurotic patients*”²¹.

²¹“Eu iniciei minha atividade profissional como neurologista tentando trazer algum alívio aos meus pacientes neuróticos” (tradução livre, retirado do DVD produzido por The Carter Jenkins Center: “*Memorial Homage to Sigmund Freud and Anna Freud*” – www.Thecjc.org).

1.3

Contexto do nascimento da Psicanálise

A fim de investigar o contexto que favoreceu a invenção da Psicanálise, deve-se notar que havia uma insuficiência da Neurologia do século XIX no conhecimento e tratamento do que era então chamado de doenças nervosas funcionais, que se referiam a doenças mentais que não apresentavam uma correspondência com uma lesão neuroanatômica. Neurologistas estabeleceram uma vinculação exclusiva entre certas funções psíquicas e regiões específicas do cérebro; não se preocupavam, portanto, com o fator psíquico, pois consideravam-no irrelevante e, portanto, não científico. Nesse contexto, pode-se dizer que a guinada decisiva foi dada, em meados de 1880, a partir das lições extraídas do hipnotismo – técnica utilizada inicialmente por Charcot, e em seguida por Breuer e Freud. As duas lições principais referem-se ao fato de que mudanças somáticas podem ser ocasionadas por influências psíquicas – ou seja, a sugestão do hipnotizador causa sintoma histérico conversivo – e ao fato de existirem processos psíquicos inconscientes, observados em indivíduos *durante* e *após* a hipnose. Portanto, os sintomas que eram desprezados pelos médicos passam a ter um sentido que deve ser investigado (Freud, 1924).

Nesse período Breuer e Freud passam a utilizar o método catártico para tratar esses pacientes que apresentavam doença nervosa funcional. Este método consiste em induzir o paciente sob hipnose a lembrar os traumas esquecidos e reagir a eles com poderosas expressões de afeto – procedimento também designado como ab-reação. Dessa forma, o sintoma, que estava no “lugar” dessas expressões, desaparecia. Portanto, um só e mesmo procedimento servia simultaneamente para investigar o mal (identificar a causa do sintoma) e livrar-se dele. Freud e Breuer publicam *Estudos sobre Histeria*, entre 1893 e 1895, onde elaboram uma teoria sobre a formação do sintoma neurótico. Eles postulam que o afeto de um processo psíquico investido por um *quantum* de afeto muito intenso é impedido de ser conscientemente elaborado, sendo desviado para outros caminhos. Esses autores defendem que a histeria de conversão ocorre quando o afeto é separado da representação a qual estava originalmente ligado (a lembrança do trauma), e dessa forma o afeto livre é deslocado e convertido para as

inervações somáticas. Já no caso da neurose obsessiva, o afeto livre liga-se a outra representação (associada à representação traumática) gerando idéias obsessivas que, por sua vez, podem ocasionar comportamentos obsessivos.

Portanto, a partir da rememoração (sob hipnose) da experiência traumática, seria possível ab-reagir o afeto e se livrar do sintoma através da catarse. Segundo Freud (1924), o método catártico foi o precursor imediato da Psicanálise, que, por sua vez, surgiu após o abandono da hipnose. Sua sucessora, a técnica da associação-livre, é atualmente utilizada no tratamento psicanalítico. Esta técnica procede da seguinte forma: o paciente assume o compromisso de se abster de qualquer reflexão consciente e se abandonar, num estado de tranqüila concentração, para seguir as idéias que espontaneamente lhe ocorram. Entretanto, apesar do nome sugerir, há uma expectativa de que a associação não seja tão livre, de modo que, depois de suprimidos todos os propósitos intelectuais, as idéias que emergem sejam determinadas pelo material inconsciente.

Algumas limitações da técnica do hipnotismo foram responsáveis por sua extinção. O número de casos induzidos à hipnose era insuficiente, e Freud não era um bom hipnotizador. Havia uma insatisfação com os resultados terapêuticos da catarse baseada na hipnose, uma vez que a recuperação era apenas temporária. Outro complicador era a forte vinculação afetiva do paciente em relação ao terapeuta, mas não se podia (nem se sabia como) levar isto em consideração. A hipnose é, então, abandonada, mas a teoria explicativa dos sintomas ainda permanece a mesma. Note-se que justamente este último fator – o vínculo afetivo paciente-médico – que mais tarde foi identificado como o fenômeno da transferência, é hoje considerado uma das chaves para a cura no tratamento psicanalítico. A transferência constitui um processo através do qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos. Ocorre eminentemente no quadro da relação analítica e refere-se à repetição de padrões de relação afetiva estabelecidos, sobretudo, na primeira infância. É, portanto, um fenômeno que permite observar as manifestações edípicas, tendo uma importância fundamental no processo analítico (Freud, 1924).

É importante notar que até 1897 a explicação etiológica dos sintomas neuróticos calcava-se na Teoria do Trauma. Por trauma entende-se um acontecimento que se define pela sua intensidade, e que ao mesmo tempo ocorre

uma incapacidade por parte do sujeito de reagir a este acontecimento de forma adequada, pois seria necessário descarregar a mesma quantidade de excitação recebida. Portanto, ocorre a não ab-reação da experiência, cuja lembrança (representação) permanece no psiquismo como um “corpo estranho”, de modo que os sintomas surgem como *formações substitutivas* da reação adequada no momento do trauma. A experiência traumática é “esquecida”, mas seus efeitos (os sintomas) permanecem imutáveis (Freud, 1924).

Após 1897, a Teoria do Trauma é substituída pela noção de conflito psíquico, que pode ser entendido como a existência de uma oposição entre duas exigências internas contrárias, como, por exemplo, um desejo de amar e matar a mesma pessoa. A partir dessa nova teoria do conflito psíquico, a etiologia dos sintomas histéricos é compreendida a partir da noção de que os sintomas surgem no “lugar” de um impulso a uma ação que não pôde ser efetuada. As causas passam a ser investigadas na vida emocional e afetiva, isto é, não mais no acontecimento traumático, mas no acontecimento psíquico, considerando-se a ação recíproca de forças psíquicas. Ou seja, idéias contrárias convivem no psiquismo, gerando o *conflito psíquico*, sendo de extrema importância considerar-se, a partir dessa segunda teoria da etiologia dos sintomas neuróticos, a existência da fantasia inconsciente, sendo, a mesma, proeminente nesse novo quadro teórico. Assim, o sintoma não necessariamente se refere a um acontecimento externo traumático, mas pode estar ligado a fantasias que são construídas pelo psiquismo – correspondentes, portanto, à realidade interna.

Nesse percurso da investigação do psiquismo, Freud se depara com a resistência do paciente, o que não ocorria na hipnose, cujo estado psíquico não permitia que se colocassem barreiras à investigação do terapeuta. Mais uma vez o que é inicialmente visto como um impasse passa a ser incorporado ao tratamento, tendo recebido posteriormente o mérito de ser o foco principal do tratamento através da *análise das resistências*. As resistências consistem, por exemplo, em objeções críticas feitas pelo paciente a fim de evitar comunicar uma idéia. Note-se que o estudo da resistência conduziu ao conceito de recalque, o que pode ser entendido em função da similaridade entre os dois mecanismos, ou, se preferirem, da cumplicidade. Isto, pois o recalque, considerado a pedra angular da Psicanálise, foi identificado por Freud ao supor que as mesmas forças – resistências – que

lutam contra a rememoração do material inconsciente a ser tornado consciente, devem ser aquelas que anteriormente participaram de seu “esquecimento”, ou seja, as que impediram este material de ascender ao campo da consciência. Freud conclui que um conflito entre dois grupos de tendências psíquicas fundamenta o recalque e é a causa de toda enfermidade neurótica. Por definição, o recalque consiste em um mecanismo pelo qual o sujeito procura repelir, ou manter no inconsciente, representações (pensamentos, imagens, recordações) insuportáveis ou ameaçadoras, que, por sua vez, são incompatíveis com representações conscientes e por isso geram o conflito psíquico.

Diante de todo o panorama do trabalho clínico com suas pacientes histéricas, Freud tenta elaborar um projeto a fim de tornar científicas as suas teorias sobre o funcionamento psíquico, de modo a formular uma teoria não apenas sobre a psicopatologia, mas também um modelo que abrangesse o funcionamento psíquico normal. Esse *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, resulta na elaboração da obra que inaugura a Psicanálise – *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900.

1.4

O projeto de 1895 e a invenção da Psicanálise

Freud inicia o projeto de 1895 com o propósito de conceber uma psicologia como ciência natural (*Naturwissenschaft*). Ele tinha a mais profunda convicção de que a Ciência é a produção suprema do homem, e a única capaz de conduzi-lo ao conhecimento. Assim, elaborar uma ciência do psiquismo entendida como “ciência natural” poderia significar pura e simplesmente elaborar uma ciência. Garcia-Roza (1991) alerta que o termo “ciência natural” poderia estar designando uma exigência de rigor teórico-conceitual mais do que uma exigência naturalista (Garcia-Roza, 1991). Nas palavras de Freud (1895):

“A finalidade deste projeto²² é estruturar uma psicologia que seja uma ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados

²² A redação do projeto foi iniciada em 23 de setembro de 1895, quando Freud estava no trem que o levava de Berlim à Viena logo após uma visita ao seu amigo, Wilhelm Fliess, médico otorrinolaringologista, que residia em Berlim (Jones, 1953).

quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, dando assim a esses processos um caráter concreto e inequívoco” (p. 395).

De acordo com o tradutor inglês das obras completas de Freud, James Strachey (1966), a essência do *Projeto* reside na idéia de combinar, num todo único, duas teorias de origem diferente. A primeira delas deriva, em última análise, da escola fisiológica de Helmholtz, da qual o professor de Freud, o fisiologista Brücke, foi um membro destacado. De acordo com essa teoria, a neurofisiologia e conseqüentemente a psicologia, seriam regidas por leis puramente físico-químicas. Tal é o exemplo da “lei da constância”, que designa que o sistema nervoso se esforça por manter constante em seu estado funcional uma “soma ou quantidade de excitação”. A segunda grande teoria evocada por Freud em seu *Projeto* foi a doutrina anatômica do neurônio, que obtém aceitação dos neuroanatomistas no fim da década de 1880. Essa doutrina estabelece que a unidade funcional do sistema nervoso central é uma célula distinta, sem nenhuma continuidade anatômica direta com as células adjacentes, como supunha a teoria reticular, anterior e antagônica à teoria neuronal. As frases iniciais do *Projeto* mostram claramente como sua base reside numa combinação dessas duas teorias.

Seu objetivo consistia em representar os processos psíquicos como estados quantitativamente definidos de partículas materiais especificáveis. Em seguida, ele postula que essas “partículas materiais” se referem aos neurônios, e que a distinção entre se encontrarem num estado de atividade ou num estado de repouso seria feita por “quantidade” que está sujeita às leis gerais do movimento. Assim, um neurônio poderia estar “vazio” ou “cheio de uma certa quantidade”, ou seja, “catexizado²³”. A “excitação nervosa” deveria ser interpretada como uma “quantidade” fluindo através de um sistema de neurônios, e essa corrente poderia encontrar resistência ou ser facilitada, conforme o estado das “barreiras de contato” entre os neurônios.

Note-se a semelhança entre o conceito de “barreiras de contato”, teorizada por Freud, e o conceito de sinapse – espaço virtual entre neurônios onde ocorre a comunicação química inter-neuronal – que, por sua vez, somente em 1897, foi

²³ Catexia (em alemão, *Besetzung*, que significa “ocupação”). Conceito econômico; o fato de uma determinada energia psíquica se encontrar investida, ou ligada a uma representação ou grupo de representações, a uma parte do corpo, a um objeto, etc. (Laplanche e Pontalis, 1967).

introduzido por Foster e Sherrington. O funcionamento de todo o sistema nervoso estaria sujeito a um princípio geral de “inércia”, segundo o qual os neurônios sempre tendem a se livrar de qualquer “quantidade” de que possam estar cheios — um princípio correlato ao princípio da “constância”. Utilizando como tijolos esses e outros conceitos semelhantes, Freud constrói um modelo altamente complexo e extraordinariamente engenhoso da mente como uma máquina neurológica. (Strachey, 1966). Embora essas idéias mencionadas anteriormente já fossem conhecidas, a novidade estava em como Freud as articulava no *Projeto* (Garcia-Roza, 1991).

Panhuynsen (1998), defendendo o paralelismo psico-físico da concepção freudiana, aponta que não há uma atitude reducionista de Freud ao elaborar o *Projeto*, embora possa parecer o contrário. Em uma carta a Fliess (Masson, 1895), Freud declara que seu modelo de aparato neuronal da mente, que construía no *Projeto*, deveria ser adaptado às leis gerais do movimento. Ou seja, *adaptação* não é o mesmo que *redução*. Quando Freud (1895) afirma que seu objetivo no *Projeto* é “representar processos psíquicos” (p. 395), – no texto em alemão aparece o termo *darstellen* (representar) –, novamente um termo diferente de *reduzir* é utilizado, e essa característica aparece ao longo de todo o texto do *Projeto*. Em outra parte, por exemplo, Freud postula que, além do sistema de neurônios altamente permeáveis que servem à função da percepção, há uma outra classe de neurônios altamente impermeáveis, que devem deixar modificações após a excitação, e que *podem permitir a possibilidade de representar a memória*. Freud desejava mostrar o que se poderia compreender da mente ou da memória, caso se tentasse construir uma *representação* da maquinaria neuronal subjacente. É isso o que ele quis dizer com representar (*darstellen*): simplesmente *construir um modelo*.

Em seu modelo de aparelho psíquico, Freud postula três sistemas de neurônios denominados ϕ (fi), ψ (psi), e ω (ômega). A diferença que Freud vai estabelecer entre os neurônios ϕ , ψ e ω não é uma diferença de natureza, mas uma diferença estrutural. Não se trata de neurônios ϕ , ψ e ω , mas de sistema ϕ de neurônios, sistema ψ de neurônios e sistema ω de neurônios. Os neurônios são condutores de energia, sendo que, dependendo do sistema por eles formado, são também capazes de armazenar energia. O aparelho neuronal concebido por Freud

no *Projeto* é capaz de transmitir e de transformar uma energia determinada. O modelo é tomado de empréstimo à Física, particularmente à Termodinâmica. A quantidade (Q) é a energia que circula entre os neurônios, capaz de deslocamento e descarga. A noção de *quantidade* apresenta alguma dificuldade pelo fato de Freud representá-la ora pela abreviatura Q, ora pela abreviatura Q η . Refere-se a Q como excitação, não mencionando o termo energia psíquica. Algumas vezes ele emprega Q para designar de forma genérica a energia que circula no sistema nervoso; outras vezes ele distingue Q, energia de fonte exógena, de Q η , energia de fonte endógena. Vale considerar Q η como sendo de ordem psíquica e Q indicando uma quantidade externa (Garcia-Roza, 1991).

Note-se que, quando Freud afirma que não temos meio de medir essa quantidade de excitação, ele não se refere a um problema técnico – o da medida dessa quantidade –, mas a um problema metapsicológico – o da distinção entre *quantidades* e *intensidades*. A indefinição referente à *quantidade* e *intensidade*, presente no *Projeto*, deve ser remetida ao fato de que a elaboração da concepção quantitativa calcava-se nas observações clínicas, em que representações excessivamente intensas estariam associadas ao quadro da histeria e da neurose obsessiva. A indefinição desses conceitos se observa também quando Freud, referindo-se à etiologia dos quadros psicopatológicos, afirma que existem motivos que, embora possuidores de eficiência etiológica, têm de atuar com certa *intensidade* (ou *quantidade*) e durante um certo período de tempo para exercerem seu efeito. Em outras palavras: têm que se somar. E sugere a hipótese de que a *intensidade* do trauma e a *intensidade* dos sintomas produzidos por ele são proporcionais. (Garcia-Roza, 1991).

O princípio da inércia refere-se à tendência dos neurônios de se livrarem da quantidade (Q). Além da função de descarga há também a fuga do estímulo. Freud chama de função neurônica primária. Este princípio é inicialmente referido ao princípio do prazer. Freud, então, tenta substituir o princípio da inércia pelo princípio da constância. Ele afirma que o sistema nervoso se esforça para manter constante uma soma de excitação eliminando por via associativa todo aumento sensível de excitação, ou então descarregando-a mediante uma reação motora correspondente. A lei da constância, secundária, impede que a descarga seja total

($Q = 0$), de modo que mantém um nível mínimo necessário para seu funcionamento, impedindo assim que o indivíduo morra (Garcia-Roza, 1991).

Garcia-Roza (1991) nos lembra que o *Projeto* não é um trabalho descritivo baseado em observações e experimentos, mas um trabalho teórico de natureza fundamentalmente hipotética. Não se trata de tentar explicar o aparelho psíquico em bases anatômicas, mas, ao contrário, implica uma recusa da Anatomia e da Neurologia da época e a conseqüente elaboração de uma “metapsicologia” (Garcia-Roza, 1991). Isto, naturalmente, não era uma tarefa simples, de modo que o próprio Freud foi capaz de admitir os impasses com os quais se deparava. Em suas palavras:

“Vivo atormentado por duas idéias: descobrir que forma terá a teoria do funcionamento psíquico se nela se aplicar um método de abordagem quantitativa, uma espécie de economia da força nervosa e, em segundo lugar, extrair da psicopatologia tudo o que puder ser útil à psicologia normal” (Carta a Fliess, número 24, de 25 de maio de 1895).

As obscuridades e dificuldades começaram a se acumular, e durante os meses que se seguiram à redação do *Projeto*, Freud revisou continuamente suas teorias. Com o passar do tempo, seu interesse foi-se desviando gradualmente dos problemas neurológicos e teóricos para os problemas psicológicos e clínicos, e ele acabou por abandonar todo o esquema. E, alguns anos depois, quando no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* Freud retomou o problema teórico — embora por certo jamais abandonasse a crença de que uma base física da psicologia seria finalmente estabelecida —, o fundamento neurofisiológico foi aparentemente abandonado. Não obstante — e é por esse motivo que o *Projeto* é importante para os leitores de *A Interpretação dos Sonhos* —, grande parte do modelo geral do esquema anterior, assim como muitos de seus elementos, foram transpostos para o novo esquema. Os sistemas de neurônios foram substituídos por sistemas ou instâncias *psíquicas*; a “catexia” hipotética da energia psíquica tomou o lugar da “quantidade” física; o princípio da inércia tornou-se a base do princípio do prazer. A distinção entre o princípio da inércia e o princípio de constância estão relacionados à distinção entre *processos primários* e *processos secundários* (Garcia-Roza, 1991).

Alguns dos relatos pormenorizados dos processos psíquicos apresentados no Capítulo VII muito devem a seus precursores fisiológicos, e podem ser

compreendidos com mais facilidade mediante referência a eles. Isso se aplica, por exemplo, à descrição do armazenamento dos traços de memória nos “sistemas mnêmicos”, ao exame da natureza dos desejos e das diferentes formas de satisfazê-los, e à ênfase dada ao papel desempenhado pelos processos verbais de pensamento na adaptação às exigências da realidade (Strachey, 1966).

De acordo com Strachey (1966), foi somente em 24 de julho de 1895 que a análise de seu próprio sonho com a injeção de Irma — o sonho modelo do Capítulo II — estabelece em definitivo o início da teoria metapsicológica na mente de Freud (Carta 137, de 12 de junho de 1900). Em setembro desse mesmo ano (1895), Freud escreve a primeira parte de seu *Projeto*, sendo que as seções 19, 20 e 21 do *Projeto* (*Processos Primários – o sono e os sonhos; A análise de sonhos; e A consciência do sonho*, respectivamente) constituem uma primeira abordagem de uma teoria coerente dos sonhos. O *Projeto* já inclui muitos elementos importantes que reaparecem na *Interpretação dos sonhos*, tais como o caráter de realização de desejos presente nos sonhos, o aspecto alucinatório do sonho, o funcionamento regressivo da mente nas alucinações e nos sonhos, o fato de o estado do sonho envolver paralisia motora, a natureza do mecanismo de deslocamento nos sonhos, e a semelhança entre os mecanismos dos sonhos e dos sintomas neuróticos. Mais do que isso, contudo, o *Projeto* traz uma indicação clara do que é, provavelmente, a mais crucial das descobertas oferecidas em *A Interpretação dos Sonhos*: a distinção entre os dois diferentes modos de funcionamento psíquico, os Processos Primário e Secundário (Strachey, 1966). Isso, no entanto, está longe de esgotar a importância do *Projeto* e das cartas a Fliess escritas em relação ao *Projeto* em fins de 1895. Não é exagero afirmar que grande parte do sétimo capítulo de *A Interpretação dos Sonhos* (e, de fato, dos estudos “metapsicológicos” posteriores de Freud) só se tornou plenamente inteligível a partir da publicação do *Projeto*. Entretanto, há muitos elos evidentes entre o *Projeto* e os conceitos posteriores desenvolvidos por Freud. Não se deve, porém, desconsiderar as diferenças básicas entre eles. Há pouquíssimas passagens que antecipam os procedimentos técnicos da Psicanálise. A técnica da associação-livre, a interpretação do material inconsciente e a transferência são apenas insinuadas (Strachey, 1966). Uma diferença importante, que pode ser observada no *Projeto* em comparação às obras posteriores, é o fato da ênfase ser colocada

exclusivamente no impacto do meio sobre o organismo, e na reação do organismo ao meio. As “pulsões” são apenas entidades indefinidas. O que posteriormente se tornaria o quase onipotente princípio do prazer é no *Projeto* encarado como mecanismo de inibição.

Freud abandona o projeto, considerando-o uma aberração, e publica, em 1900 a *Interpretação dos Sonhos*, obra que se apresenta como um marco, na medida em que introduz um novo campo do conhecimento – a Psicanálise. Entretanto, é importante salientar que *A Interpretação dos sonhos* estava concluída, em todos os seus aspectos essenciais, no começo de 1896 (Strachey, 1966). Aqui notamos o risco de se minimizar a relevância do *Projeto*, que, por sua vez, quando lido a partir da perspectiva da clínica das neuroses – e não como um trabalho sobre neurônios –, permite observarmos que a obra inaugural da Psicanálise de 1900 é apenas uma complementação, com algumas modificações e acréscimos das formulações do *Projeto*.

Dando continuidade às suas descobertas, Freud busca a compreensão dos processos psíquicos normais a fim de elaborar sua teoria psicológica, e defende que os sonhos são construídos da mesma forma que os sintomas neuróticos. Ele elabora um primeiro modelo de aparelho psíquico denominado 1ª tópica, onde apresenta os sistemas *Inconsciente*, *Pré-consciente* e *Consciente*. Mais tarde ele o substitui pela 2ª tópica em *O ego e o id* (1923), quando apresenta as instâncias denominadas *Id*, *Ego* e *Superego*.

Ao elaborar a 1ª. Tópica²⁴, Freud alerta que não pretende determinar a localização psíquica por qualquer modo anatômico. Ele permanece no campo psicológico e propõe representar o instrumento que executa as funções mentais:

²⁴ Freud, S. (1900). *A interpretação dos sonhos* (cap. VII, item B). Vol. V.

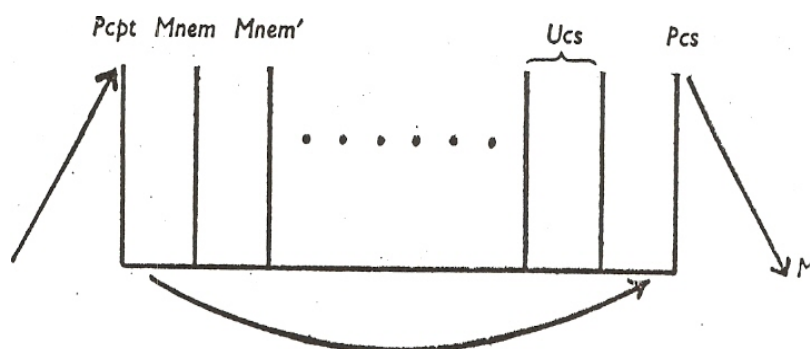


FIG. 3.

Figura 4

Retirado de: FREUD, S. (1900/1977). *A interpretação dos sonhos* (cap. VII, item B). Vol. V

Freud representa o aparelho mental como um instrumento composto, dando aos seus componentes o nome de instâncias ou sistemas. Esse aparelho tem um sentido ou direção, de modo que toda a nossa atividade psíquica inicia-se a partir de estímulos (endógenos ou exógenos) e termina em enervações (sistema eferente, que tende a descarga). Há, portanto, uma extremidade sensória, um sistema que recebe percepções, e uma extremidade motora, que abre o portão de acesso à atividade motora. O último dos sistemas, localizado na extremidade motora, é descrito como *Pré-consciente*: os processos excitatórios que nele ocorrem podem ingressar na consciência caso atinjam um certo grau de intensidade. Relaciona-se com a função da atenção. O sistema subjacente a ele é o sistema *Inconsciente*, porque ele não tem acesso ao consciente, graças à barreira do *recalque*, a não ser por via do *Pré-consciente*. Portanto, no *Inconsciente* a idéia é efetuada em material que permanece desconhecido. No *Pré-consciente* a idéia é colocada em vinculação com representações verbais. O trabalho da análise seria, portanto, fornecer ao *Pré-consciente* vínculos intermediários com representações verbais. Devem ser ressaltadas as quatro características principais do *Inconsciente*: 1) substituição da realidade externa pela interna: fantasias tão válidas quanto as experiências reais; 2) ausência de contradição mútua, ou seja, duas ou mais situações são verdadeiras quando não podem ser ao mesmo tempo; 3) atemporalidade: o tempo não é um fato objetivo, podendo-se usar à vontade. Observa-se a acrogênese que seria a incapacidade de dar seqüência aos

acontecimentos no tempo. Há também a sobreposição de eventos, semelhante ao sonho; 4) mobilidade da catexa ou processo primário: um objeto pode substituir o outro à vontade. Há uma concretização visual e coisificação dos pensamentos abstratos.

Freud afirma que os sonhos auxiliam na compreensão da existência de outra parte do aparelho psíquico, o *Inconsciente*, na medida em que só podemos explicar a formação dos sonhos sob a hipótese de existirem duas instâncias psíquicas, em que uma delas submeteu a atividade da outra a uma crítica que envolveu a exclusão da consciência. Esta instância crítica, por sua vez, dirige a vida de vigília e determina ações voluntárias e conscientes. Os sonhos apresentam um caráter regressivo, ou seja, a excitação se movimenta numa direção *para trás*. Em vez de ser transmitida na direção da extremidade *motora* do aparelho, ela se movimenta no sentido da extremidade *sensoria* e atinge finalmente o sistema perceptivo. No estado de vigília, contudo, essa regressão nunca se estende além das imagens mnêmicas. Já nos sonhos, a regressão consegue produzir uma “revivificação” alucinatória das imagens perceptuais, atingindo um nível de completa vividez sensorial. Isso é possível pois, nos sonhos, as intensidades que se vinculam às idéias podem ser completamente transferidas de uma idéia à outra, como se observa na elaboração onírica com os mecanismos de condensação e deslocamento, em que a mobilidade das catexias está de acordo com o funcionamento de processo primário. As regressões que ocorrem em estados patológicos de vigília podem explicar as alucinações observadas na histeria.

A 2ª tópica elaborada por Freud em 1923, por sua vez, introduz as instâncias denominadas de *Id*, ou *isso* (*Das Es*); *Ego*, ou *eu* (*Ich*); e *Superego*, ou *supereu* (*Über Ich*), em que se amplia a distinção presente no modelo anterior. Este se restringia a ser consciente ou inconsciente, o que gerava um impasse à teoria metapsicológica, já que pode ser identificado que existem partes do *Ego* que são inconscientes no que se refere aos seus mecanismos de defesa, tais como o recalque e a resistência. Não faria mais sentido, portanto, igualar o inconsciente ao recalado. A seguir a figura correspondente a esse segundo modelo:

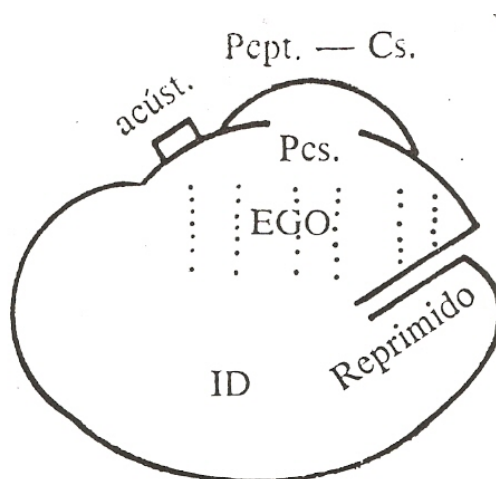


Figura 5

Fonte: Freud, S. (1923). *O ego e o Id* (partes II, p. 38). Vol. XIX. Imago editora.

A figura acima pode ser entendida da seguinte forma: o *Id* constitui o pólo pulsional da personalidade; os seus conteúdos, expressão psíquica das pulsões, são inconscientes, em parte hereditários e inatos e em parte recalçados e adquiridos. O *Ego* é a parte do *Id* que foi modificada pela influência do mundo externo através do sistema perceptivo (sistema *Pcpt.-Cs*). Compete ao *Ego* o controle da motilidade. O *Ego* procura aplicar a influência do mundo externo ao *Id* e às tendências deste. Esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina no *Id*, pelo princípio de realidade. O *Ego* deriva, originalmente, das sensações corporais. Ele pode ser encarado como uma projeção mental da superfície do corpo. São também atribuídas ao *Ego* as operações defensivas, tais como o recalque, a resistência, e os mecanismos de censura da elaboração onírica, tais como a condensação e o deslocamento. Por esse motivo, grande parte do *Ego* é inconsciente (Freud, 1923).

Já o *Superego* – uma diferenciação, por sua vez, do *Ego* – tem a função de impedir a realização e a tomada de consciência dos desejos por parte do *Ego*. Trata-se de uma censura que atua de forma inconsciente. Constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais. Considerado como herdeiro do Complexo de Édipo, sua formação consiste no momento em que a criança, renunciando à satisfação dos seus desejos edipianos atingidos pela interdição, transforma o seu investimento nos pais em identificação com eles e interioriza a interdição. A instauração do *Superego* pode ser considerada um caso

de identificação bem sucedida com a instância parental. Se o *Ego* não obteve êxito em dominar o complexo de Édipo, surge a formação reativa. O Complexo de Édipo (entre os 3 e os 5 anos), por sua vez, pode ser compreendido como um conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais (Freud, 1923).

A partir dessa breve apresentação dos modelos de aparelho psíquico propostos por Freud, e sua vinculação com as diferentes instâncias psíquicas, notamos que através do trabalho clínico de Freud no campo da psicopatologia, novos conceitos foram sendo gradativamente construídos, solidificando-se, assim, o edifício teórico freudiano, e ampliando a trama conceitual metapsicológica. É importante salientar que o termo *metapsicologia* foi empregado por Freud pela primeira vez numa carta a Wilhelm Fliess datada de 13 de fevereiro de 1896 para qualificar o conjunto de sua concepção teórica e distingui-la da Psicologia clássica. Assim, *metapsicologia* define o núcleo teórico da Psicanálise, o conjunto dos conceitos e das hipóteses que sustentam a própria técnica e o método de pesquisa. Portanto, se a clínica é, de um lado, o lócus de aplicação dos conceitos e das hipóteses através do tratamento das afecções psíquicas, de outro lado ela também se oferece como “laboratório” no qual novas hipóteses teóricas (e técnicas) surgem, podendo (ou não) se consolidarem em novos conceitos metapsicológicos (Freud, 1896).

Foi possível observar, a partir dos dados apresentados aqui, o caráter inédito de tal teoria, o que, de certa forma, talvez tenha sido um dos motivos pelo qual esse novo campo do conhecimento sofreu drásticas rejeições por parte da Ciência oficial. Para se ter a dimensão das dificuldades iniciais na legitimação desse campo, note-se que a obra que inaugurou oficialmente a Psicanálise, *A Interpretação dos Sonhos*, sofreu um grande desprezo do mundo exterior — apenas 351 exemplares foram vendidos nos seis primeiros anos após a publicação (Strachey, 1966). Freud, diante do descrédito por parte dos psiquiatras e filósofos a respeito do seu método de interpretar sonhos buscando o seu significado inconsciente, faz uma declaração no prefácio da segunda edição dessa obra, referindo-se à recepção que teve:

“Meus colegas psiquiatras parecem não se ter dado nenhum trabalho de superar o espanto inicial criado por minha nova abordagem dos sonhos. Os filósofos profissionais se habituaram a livrar-se rapidamente dos problemas da vida onírica (que tratam como mero apêndice dos estados conscientes)” (Freud, 1909, prefácio da 2ª edição de *Interpretação dos Sonhos*).

Apesar da depressão que se seguiu, por parte de Freud, ao desprezo desse livro, *A Interpretação dos Sonhos* sempre foi considerada por ele como sua obra mais importante. No prefácio da 3ª edição, ele admite, já em 1931, que “contém, mesmo de acordo com meu julgamento atual, a mais valiosa de todas as descobertas que tive a felicidade de fazer. Um discernimento claro como este só acontece uma vez na vida” (Viena, 15 de março de 1931). Entretanto, não se pode desconsiderar o árduo percurso enfrentado por Freud desde a fundação da Psicanálise, no que diz respeito à sua legitimação como campo de saber, e a persistente discriminação que o campo sofre ainda hoje. Há autores que defendem que a Psicanálise deve importar modelos epistemológicos e conceitos de outros campos para tornar-se científica, o que veremos nos debates sobre Psicanálise e Neurociência, como confirma Watt (2000): “Para os neurocientistas em geral, a Psicanálise é algo inteiramente não-científico e irrelevante”. Essas posições suscitaram-nos o interesse em aprofundar o tema sobre a cientificidade da Psicanálise. Pretendemos ressaltar que nosso intuito não reside em defender ou contrariar a cientificidade da Psicanálise, mas apenas mostrar como funcionam os critérios de demarcação do campo da Ciência. Note-se que a discussão sobre a cientificidade da Psicanálise nos levará inevitavelmente para o que nos parece ser o ponto central quando se pretende discutir a cientificidade de qualquer campo, a saber, *o que é ciência, afinal?*

2

A (A)CIENTIFICIDADE DA PSICANÁLISE

2.1

A cientificidade da Psicanálise em Freud

Inicialmente gostaríamos de abordar um aspecto da visão de Freud sobre a cientificidade da Psicanálise que remete à distinção entre as ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), sendo a Psicanálise, segundo a concepção freudiana, uma disciplina pertencente ao primeiro tipo. Poder-se-á observar, a partir da análise desses dois tipos de ciência que vigoram neste ambiente cultural específico, a pertinência da enfática afirmação de que a Psicanálise faz parte do primeiro tipo, como veremos mais adiante. Deve-se frisar que não é comum encontrar nos escritos de Freud o termo *Geisteswissenschaften*, já que para ele a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*. É válido lembrar que, como nos mostra Assoun (1981), Freud, na verdade, ignorava a “querela dos métodos”²⁵, ou seja, para ele ciência era uma só, a *Naturwissenschaft*. Antes de tentarmos compreender por que Freud situa a Psicanálise entre as ciências naturais, é preciso investigar o que significava, no contexto alemão da época, essa oposição. É importante ressaltar que atualmente já não dividimos o campo do saber da mesma maneira, o que torna possível alojar a Psicanálise, de acordo com Mezan (2007) ao lado das disciplinas como a História, a Etnologia e outras do mesmo gênero, portanto no campo das ciências humanas.

Foi o filósofo Wilhelm Dilthey (1883) que, em sua *Introdução às ciências do espírito*, sistematizou essa oposição entre os dois tipos de ciência, legitimando a ciência do espírito através do método hermenêutico. Esse método consistia em *interpretar* as realidades sobre as quais era aplicado, esclarecendo as suas

²⁵ A “querela dos métodos”, que teve lugar na Alemanha no final do século XIX e no início do século XX, designa um período em que o campo epistêmico se encontrava em plena revolução, em função da ascensão das ciências do espírito. A irrupção de um saber que se reivindica como inédito implica uma verdadeira reforma do entendimento epistemológico na comunidade científica. Ela culmina, sobretudo na produção de um novo par fundador: o das *Naturwissenschaften* e das *Geisteswissenschaften*. A tese capital, segundo a qual a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*, deve confrontar-se com a conotação que esse termo toma em relação aos desafios do momento (Assoun, 1981).

significações. Para atingir uma compreensão suficientemente esclarecedora, em um primeiro momento comparava-se o significado de tal realidade com outras facetas de um mesmo sistema cultural. Em seguida, buscavam-se diferenças em relação a equivalentes realidades em sistemas culturais diferentes, para assim se compreender o Homem de uma forma mais abrangente e, portanto, científica. Lembremos que Freud não concebia a Psicanálise como uma disciplina que se enquadrasse em tal definição.

Em síntese, a distinção entre as duas classes de ciência pode ser entendida da seguinte forma: haveria basicamente dois tipos de objeto para o saber, os naturais – existentes sem que o homem tenha parte em seu surgimento – e os históricos ou culturais, ou seja, tudo aquilo que resulta da vida em sociedade e caracteriza a existência humana. Disciplinas como História e Economia lidam com realidade culturais, qualitativamente diversas dos corpos físicos ou dos organismos vivos que são o assunto da Astronomia, Química e da Biologia. Há, portanto, entre o “humano” e o “natural” uma diferença ontológica e, para respeitá-la, é necessário o emprego de métodos diversos no estudo de cada uma dessas regiões do real (Mezan, 2007).

No caso dos seres naturais, descobre-se algo sobre um determinado indivíduo que vale para toda a classe de seres a que pertence. O relevante não é a singularidade do espécime, mas aquilo que nele há de universal com o intuito de subsumir o particular no universal, através de procedimentos em essência indutivos, e a formular leis das quais seja possível deduzir outras propriedades, verificáveis em seguida por observações, experimentos. Deve-se reconhecer que essa postura encontra-se fortemente inerente ao trabalho de Freud na construção de sua disciplina (Mezan, 2007).

Já no domínio humano, o das ciências do espírito, esses procedimentos citados acima não são adequados, porque cada “objeto” apresenta uma individualidade própria, irreduzível a uma classe, no sentido anteriormente definido. Como exemplo de realidades assim são as civilizações, seus rituais, crenças e valores, as obras de arte, as normas religiosas etc. Investigar esse tipo de objeto não é incluí-lo na classe a que pertence. É necessário compreendê-lo, o que significa penetrar em seu sentido, revelar sua significação (Mezan, 2007).

Compreendida, então, a oposição entre ciência do espírito e ciência da natureza, permanece a questão de por que Freud caracteriza a Psicanálise como uma ciência natural. Mezan (2007) nos ajuda a encontrar uma pista a esse respeito, quando aponta a seguinte afirmação de Freud em *Um estudo autobiográfico*:

“Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e do instinto [pulsão] na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas *ciências mentais* até o ponto em que as segundas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico” (Freud, 1925, cap. 5, p. 73).

É importante notar que a tradução não está correta, já que o termo *Geisteswissenschaften* é traduzido por *ciências mentais*, daí o nosso friso na citação, para mostrar que se está obscurecendo precisamente a distinção que Freud quer destacar. Dando continuidade ao seu argumento, Freud (1925) fala agora de como se dá o processo científico especificamente nas ciências naturais:

“Nas ciências naturais, das quais a (...) [psicanálise] é uma delas, tais conceitos gerais nítidos são supérfluos e, na realidade, impossíveis. A zoologia e a botânica não partiram de definições corretas e suficientes de um animal e de uma planta; até hoje a biologia foi incapaz de dar qualquer significado certo ao conceito da vida. A própria física, realmente, jamais teria feito qualquer progresso se tivesse tido de esperar até que os seus conceitos de matéria, força, gravitação, e assim por diante, houvessem alcançado o grau conveniente de clareza e precisão” (Freud, 1925, cap. 5, p. 73).

O que Freud está afirmando, portanto, é que, nas ciências da natureza, as representações básicas são pouco nítidas, sendo que somente a análise posterior do material coletado em muitas e rigorosas observações é que pode conferir a essas *Grundcorstellungen* (representações básicas) uma maior precisão. Diferente das ciências do espírito, que lidam com o domínio de fatos no quadro de uma *construção intelectual sistemática*.

Ora, sendo a Psicanálise fundada sobre a observação, só lhe resta refletir sobre seus resultados do modo como eles se apresentam, isto é, necessariamente fragmentados, resolvendo passo a passo os problemas que vão se colocando. Freud (1925) afirma que a Psicanálise nada mais é do que uma *Ergebnisse*

herauszuarbeiten, ou seja, literalmente “elaborar seus resultados”, deles extraindo hipóteses (*herausen*). Nesse sentido, Freud enfatiza que as ditas hipóteses estão contidas, de modo virtual, nos “resultados”, mas também sugere uma valorização da capacidade imaginativa do cientista, que o habilita a *arbeiten* – trabalhar – esses resultados para deles extrair conceitos e hipóteses. Encontraremos aqui semelhanças entre esse método freudiano e o modo como Darwin monta seu argumento em *A origem das espécies*. A comparação entre esses dois modelos será apresentada mais adiante.

Numa passagem da Conferência 35, Freud (1932) compara o trabalho do analista com o do cientista e afirma que o motivo da semelhança entre ambos é que o analista *é* um cientista. Nesse sentido, ele afirma que o progresso no trabalho científico é o mesmo que se dá numa análise, isto é, inicialmente o analista traz as suas expectativas, mas que devem ser contidas, ou seja, o analista deve renunciar às convicções precoces, de modo a não ser levado a negligenciar fatores inesperados. Mediante a observação, ora num ponto, ora noutro, o analista encontra alguma coisa nova; mas, no início, as peças não se completam. Este faz conjecturas, formula hipóteses, as quais retira quando não se confirmam, de modo que necessita de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, e, no final, todo o seu dispêndio de esforços é recompensado, os achados dispersos se encaixam mutuamente e o analista obtém um *insight* de toda uma parte dos eventos mentais.

Ainda a respeito da concepção de Freud da Psicanálise como uma ciência natural, é importante ressaltar que àquilo a que ele se referia, em sua autobiografia (1925), como *Geistwissenschaften*, corresponde ao que, na Conferência 35 (1932), ele chamou de *Weltanschauung* (concepção de mundo), ou seja, uma construção em que os fatos devem ser incluídos nas posições que lhes correspondem, ainda que neles haja elementos que resistam a tal operação. Mezan (2007) estabelece distinções bastante elucidativas: “o *a priori* prevalece sobre a observação, o desejo de completude sobre a intolerância ao não-saber e, para dizê-lo de uma vez, a arrogância sobre a humildade diante dos fatos, que caracteriza o espírito científico” (p. 333). E em seguida Mezan (2007) ressalta que não espanta que Freud fuja da companhia de tais filósofos do espírito.

Deve-se notar que Freud considera que a “concepção de mundo” (*Weltanschauung*) diz respeito a uma atitude antiinvestigativa, característica da mente infantil – é a onipotência do pensamento –, que é responsável pelo surgimento das religiões, que visam minimizar o sentimento de desamparo mediante a suposição de que seres superiores velam por nós. Embora não seja o propósito aqui discutir a visão de Freud sobre religião, é importante notar que, para ele, tanto a religião quanto as “construções intelectuais sistemáticas” – quer se refiram a *Geisteswissenschaft* ou a *Weltanschauung* – estão do mesmo lado da fronteira, enquanto é no lado oposto que se situa a Ciência, e portanto a Psicanálise.

Podemos compreender, também, a recusa de Freud em conceber a Psicanálise como uma *Geisteswissenschaft* pelo fato de as ciências do espírito estarem impregnadas de juízos de valor (Mezan, 2007). Deve-se lembrar da importância que ele atribui à neutralidade, isto é, à recusa de proferir julgamentos morais sobre os desejos e fantasias do paciente. A explicação no estilo das *Naturwissenschaften* prescinde de juízos morais: fantasias assassinas, como as que aparecem na análise do Homem dos Ratos, são estudadas com a mesma isenção que quaisquer outras, e vinculadas a causas consideradas invariavelmente apenas sob o ângulo de sua eficácia para produzir tais efeitos (Mezan, 2007).

Isto é especialmente visível quando Freud aborda temas tratados pelas *Geisteswissenschaften*, como em *Totem e Tabu*. Nada encontramos, neste livro, dos juízos depreciativos tão comuns na época sobre a inferioridade intelectual ou moral dos “primitivos”; ao contrário, o argumento parte precisamente das *semelhanças* entre a vida mental dos selvagens e a dos neuróticos e crianças *ocidentais*. Pouco se tem notado esta sua posição – francamente progressista – quanto aos preconceitos da época em que viveu, na medida em que recusa qualquer racismo e afirma a unidade do gênero humano. O mesmo se pode dizer de sua atitude diante da homossexualidade: ao considerá-la como resultado da fixação em fases pré-genitais do desenvolvimento, ele a retira do catálogo dos crimes (como era capitulada no Código Penal Alemão) para a situar no terreno das possibilidades naturais abertas à pulsão sexual. Ela se inclui entre as perversões, mas esse termo não tem a conotação de *perversidade*: trata-se do caráter infantil da vida sexual, e é por isso que Freud pode falar da criança como “perversa

polimorfa”, aludindo com essa expressão à pluralidade e à plasticidade das tendências eróticas durante a infância.

É importante esclarecer também que, quando Freud considera a Psicanálise uma ciência da natureza, o modelo de *Naturwissenschaft* é invariavelmente o da Física, que vai estar extensamente presente no discurso freudiano ao menos no manifesto de seus escritos; é daí que deriva a idéia de forças psíquicas, assim como o constante emprego de *mecanismo* e as inúmeras metáforas mecânicas, hidráulicas e elétricas que perpassam a sua descrição dos processos psíquicos. Nisso ele não se distingue dos seus contemporâneos: era imenso o prestígio daquela disciplina, cujos progressos espetaculares pareciam confirmar a cada novo desafio a veracidade da doutrina newtoniana.

Entretanto, Mezan (2007) alerta que foi pouco explorada a presença de Darwin quanto ao seu o estilo de fazer ciência, nas entrelinhas do texto de Freud, que diverge em pontos importantes do modelo newtoniano, já que a evolução por seleção natural não pode ser provada à maneira de uma hipótese da Física ou da Química. Nesse sentido, deve-se ressaltar as estratégias argumentativas de que se servem Darwin e Freud para defender sua teoria, pois enfrentam o mesmo problema: a impossibilidade de comprovar por meio de “evidência imediata e conclusiva” a veracidade das inferências que extraem de seus dados. Essa impossibilidade pode ser verificada, no caso de Darwin, dado que sua hipótese exige intervalos de tempo imensos, muito superiores à duração de uma vida humana, e também pelo caráter infinitesimal das variações adaptativas e pela escala monumental do tempo exigido para que elas se sedimentem. Já no caso da Psicanálise, a tal impossibilidade de comprovação por meio de “evidência imediata e conclusiva” refere-se ao fato de que a explicação causal faz apelo a fatores que só podem ser *supostos* e não enfaticamente *demonstrados* (quer se trate da ação atual das motivações inconscientes, quer de desenvolvimentos passados que se argumenta terem resultado no quadro atual). Portanto, o que produz a convicção de que aquilo “deve ser verdade” é a consistência interna do argumento, somada à simplicidade e plausibilidade da hipótese central (ação da seleção natural em Darwin, existência e eficácia de um inconsciente dinâmico em Freud), e ao enorme poder explicativo da teoria tomada em seu conjunto. Se assim for, Darwin está muito mais presente em Freud do que deixariam supor mesmo as

treze citações explícitas na obra de Freud. É, portanto, *o modo de fazer ciência* que os aproxima (Mezan, 2007).

Voltemos então a trechos ao longo da obra de Freud em que ele explicita a sua concepção de ciência. A seguir, apresentaremos assim, uma célebre citação de Freud, encontrada no primeiro parágrafo de *Pulsão e destinos da pulsão*, a respeito do qual Mezan (2007), de forma precisa e assertiva, designou-a como o “manifesto epistemológico” de Freud. Essa passagem expressa com clareza, o modelo epistemológico sob o qual Freud (1914) submete a Psicanálise:

“Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias — que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência — são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções — embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo ‘conceitos básicos’, que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo. Um conceito básico convencional dessa espécie, que no momento ainda é algo obscuro, mas que nos é indispensável na psicologia, é o de uma ‘pulsão’²⁶. Tentemos dar-lhe um conteúdo, abordando-o de diferentes ângulos (Freud, 1914, Vol. XIV, p. 137).

Pode-se afirmar que Freud, portanto, ao elaborar suas teorias, sempre procurou testá-las na prática clínica, ou seja, não se trata de mera especulação ou

²⁶ O conceito de pulsão foi definido como um processo dinâmico que consiste numa *pressão* ou força (carga energética), que faz tender o organismo para um *alvo* (ou *finalidade*). Tem a sua fonte numa excitação corporal; o seu *alvo* é suprimir o estado de tensão que reina na *fonte* pulsional; é no objeto que a pulsão pode atingir o seu alvo. Pulsões do *Ego* relacionam-se com necessidades ligadas às funções corporais essenciais à conservação da vida do indivíduo. A fome constitui o seu protótipo. (Laplanche & Pontalis, 1967).

divagações sobre o ser humano, mas um constante retorno às vivências clínicas, em busca de evidências que garantissem uma confirmação. Poder-se-á notar, através dos textos de Freud, o quanto o mesmo estava disposto a refutar suas próprias teorias e reformulá-las de uma outra maneira, a partir de um novo entendimento sobre determinado processo psíquico.

Em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (1914), Freud firma a sua posição enquanto empirista, e nega a presença do fator especulativo em seu método de investigação. Deve-se notar que nesse momento houve uma reformulação da teoria da libido, em que inicialmente a pulsão do *Ego*, ou de autoconservação, fora concebida como antagônica à pulsão sexual, como sendo forças de naturezas distintas. Posteriormente, passa-se a conceber uma mesma energia – a libido – para os dois grupos de pulsão, e dessa forma a teoria anterior é descartada. Tendo em vista esta modificação da teoria, o autor faz a seguinte distinção entre uma ciência erigida a partir da interpretação empírica (a qual considera-se adepto) e uma teoria especulativa: enquanto esta última é privilegiada por apresentar um fundamento logicamente inatacável, no caso da interpretação empírica suas idéias não são o fundamento da Ciência, no qual tudo repousa: esse fundamento é a observação. Parte-se de conceitos nebulosos, que serão apreendidos mais claramente no decorrer de seu desenvolvimento, de modo que os mesmos podem ser, inclusive, substituídos. Ele acrescenta que a mesma coisa vem acontecendo na ciência da Física, cujas noções básicas no tocante a matéria, centros de força, atração, etc. são quase tão discutíveis quanto as noções correspondentes em Psicanálise.

Ou seja, para Freud (1916-1917), as más interpretações da Psicanálise decorrem justamente de um afastamento da empiria. Ele alerta que os cientistas em geral não devem supor que aquilo que ele apresenta como conceito psicanalítico seja um sistema especulativo. Pelo contrário, é empírico, seja por ser uma expressão direta das observações, seja em função de um processo consistente em que as hipóteses são trabalhadas exaustivamente. Segundo ele, se esse trabalho exaustivo for executado de uma maneira adequada e fundamentada, isto se verá no decorrer de futuros progressos da Ciência. Ou seja, ele acreditava que o seu rigor epistemológico seria capaz de assegurar reconhecimento à sua prática científica. Deve-se reconhecer, portanto, a sua fé inabalável na Ciência, que para ele era a

Naturwissenschaft. Ao mesmo tempo, ao legitimar a ciência dos sonhos, afirmando sua interpretabilidade como um método adequado à execução dessa nova tarefa, ele assumia definitivamente que sua ciência não poderia se submeter aos dogmas da ciência vigente, ainda que ele próprio a considerasse uma *Naturwissenschaft*.

Nesse sentido, apesar da sua crença na cientificidade da Psicanálise, Freud reconhece, no artigo de 1913 – *Interesse científico da psicanálise* –, que a sua obra inaugural, *A Interpretação dos Sonhos* (1900), selou o primeiro conflito da Psicanálise com a ciência oficial, o que passou a ser o seu destino. Ao mesmo tempo, ele defende que esta obra promoveu um alargamento do campo científico, o que nos faz pensar que ele não está de acordo com a posição da ciência oficial, já que isto não o impediu de levar adiante o seu empreendimento, cabendo a legitimação da Psicanálise ao próprio fundador, como veremos a seguir no que se refere à teoria dos sonhos.

Freud afirma que a Psicanálise eleva a condição dos sonhos à de atos psíquicos possuidores de sentido e intenção, e com um lugar na vida mental do indivíduo, apesar de sua estranheza, incoerência e absurdo. Já a pesquisa médica explica os sonhos como sendo fenômenos puramente somáticos, sem sentido, e considera-os como a reação de um órgão mental, em estado de sono, aos estímulos físicos. Não existe um meio termo entre essas duas opiniões sobre os sonhos. O argumento usado contra a hipótese fisiológica é a sua esterilidade, e em favor da hipótese psicanalítica é o fato de ter traduzido e dado um sentido a milhares de sonhos, usando esse sentido para iluminar os pormenores mais íntimos da mente humana (Freud, 1913).

Pode-se notar, portanto, que Freud passa a dispensar o critério de cientificidade da ciência vigente que seria considerado hierarquicamente superior, e legitima o método de interpretação dos sonhos como um método, segundo ele, científico:

“Fui levado a compreender que temos aqui, mais uma vez, um daqueles casos nada incomuns em que uma antiga crença popular, ciosamente guardada, parece estar mais próxima da verdade que o julgamento da ciência vigente em nossos dias. Devo afirmar que os sonhos realmente têm um sentido e que é possível ter um método científico para interpretá-los” (Freud, 1900, pág. 107).

Aqui cabe esclarecer um ponto que se refere às noções de interpretação e de teorização, o que vai nos remeter novamente à distinção entre as ciências do espírito e as naturais, em termos de suas especificidades metodológicas, uma vez que a interpretação, em Psicanálise, não deve ser confundida com a hermenêutica – que significa o método interpretativo, utilizado nas ciências do espírito. Para se compreender essa distinção, uma comparação entre a interpretação de um sonho e a análise hermenêutica da tragédia grega, oferecida por Mezan (2007), pode elucidar essa questão, quando o autor compara o modo de interpretar presente na Psicanálise com a interpretação conduzida pelas ciências do espírito, no caso, a filosofia de Nietzsche. A investigação de Freud é orientada pelo princípio do determinismo, presente nas *Naturwissenschaften*. Ou seja, a *Deutung* (interpretação) visa encontrar a *Bedeutung* (significação) de um acontecimento mental, mas essa operação não é do tipo hermenêutica. Não se trata, portanto, de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a “algo” que neles se exprime, “algo” equivalente a um princípio que deve ser captado através de suas manifestações, como em *A origem da Tragédia*, na qual o teatro grego é visto como derivado da luta e da integração entre os princípios apolíneo e dionisíaco. No caso da *Deutung*, trata-se de encontrar a causa que dá origem àquela produção específica. Interpretar um sonho é encontrar o seu sentido – o desejo inconsciente e as fantasias. Mas esse desejo é igualmente uma das causas daquele sonho, sendo a outra causa a “potência psíquica” que se opõe à realização dele, responsável pela censura. Ao elucidar o sentido, a interpretação revela também as causas, tanto materiais (o desejo inconsciente) quanto formais (as operações do processo primário que incidiram sobre o material original). O mesmo vale para as “tendências” cujo choque produz o ato falho, a piada, ou o sintoma neurótico: tendências, desejos e pulsões são causas eficientes, forças que determinam aquilo que aparece na consciência.

Complementando a distinção entre a interpretação em Psicanálise e na hermenêutica, deve-se notar que, diferente das ciências do espírito, a Psicanálise começou como um ramo da medicina, portanto objetivando não apenas o *compreender* o mundo psíquico, mas ainda, e principalmente, *intervir* nele, desfazendo constelações nocivas e favorecendo rearranjos mais saudáveis. Para fazer isso com conhecimento de causa, era preciso criar uma teoria que explicasse

como funciona a mente e como esta adoece. Tal teoria deveria dar conta também do funcionamento normal da *psique*. É o que, na verdade, Freud tenta no *Projeto* de 1895, e depois, com mais sucesso, no capítulo VII de *Traumdeutung* (*Interpretação dos Sonhos*), criando um modelo metapsicológico que será incessantemente retomado e modificado ao longo de sua obra (Mezan, 2007).

Não podemos deixar de lado, em nossa investigação, a correlação encontrada por Freud entre a sua ciência sobre os processos psíquicos inconscientes e as manifestações culturais, o que não a torna menos *Naturwissenschaft*. Se, por um lado, reconhecia em sua epistemologia a vinculação da Psicanálise à investigação biológica, por outro lado Freud encontrava nas criações culturais um eco para a confirmação de suas hipóteses. Portanto, apesar desse salto na cultura, observa-se a manutenção da postura epistemológica de Freud diante de tal ampliação. Ou seja, Freud opera exatamente da mesma forma quando aborda questões históricas ou culturais, lembrando que uma boa parte do que escreveu trata da religião, da vida social, de obras de arte, do teatro e da literatura de ficção. Cada “objeto” destes é considerado como produto de causas discerníveis. Por exemplo, a religião é uma resposta ao desamparo infantil; as normas morais aparecem como consequência do assassinato do pai primitivo; as obras de arte são fruto da sublimação.

No que se refere à literatura, Freud (1908) concebe que os “escritores criativos”, embora desvinculados de qualquer intenção científica, apresentam teorias válidas sobre a “vida humana”. Ele espanta-se com a coincidência entre os achados de sua ciência empírica e as apreensões dos processos psíquicos veiculadas nas obras literárias, considerando-os, assim, aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta. O grande interesse despertado nos homens pela literatura decorre exatamente do fato de que os romances são capazes de expor, ainda que de forma velada, os aspectos *inconscientes* da vida psíquica. Nesse sentido, todo o prazer estético que o escritor criativo proporciona, e a verdadeira satisfação que se usufrui em uma obra literária, procedem de uma liberação de tensão no psiquismo. Talvez até grande parte desse efeito seja devido à possibilidade que o escritor oferece ao leitor de se deleitar com seus próprios devaneios, o que conduz ao limiar da investigação psicanalítica de processos inconscientes (Freud, 1908).

Ao perceber que a Psicanálise não poderia se restringir ao estudo do psiquismo individual, fazia-se necessário supor uma conexão entre a história individual, material de trabalho da Psicanálise, e os fatos histórico-sociais. O texto *Totem e tabu* (1913), constitui uma primeira tentativa de obter, a partir da Psicanálise, uma teoria dos fundamentos psíquicos da realidade histórico-social. Freud, contudo, entrevia a necessidade de abordar os assuntos históricos interdisciplinarmente, integrando o método psicanalítico de investigação às técnicas das demais ciências humanas.

Por último, é importante salientar que, na conferência introdutória de 1917, *O estado neurótico comum*, Freud volta a insistir na tese de que a Psicanálise não pretende ser apenas um procedimento terapêutico. Se ela se constitui como uma ciência empírica da “vida humana”, a técnica que desenvolve pode também ser utilizada para analisar a obra do espírito. Dessa feita, para Freud (1917):

“O que caracteriza a Psicanálise como ciência não é o material de que trata, mas sim a técnica com a qual trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses, sem forçar sua natureza essencial. Aquilo a que ela visa, aquilo que realiza, não é senão descobrir o que é inconsciente na vida mental” (p. 453).

Para concluir, devemos observar que o caminho percorrido por Freud, apresentado ao longo do presente capítulo, serviu para mostrar duas características principais na forma como ele conduz suas investigações. A primeira refere-se à sua postura flexível, ao buscar constantemente novas confirmações e estar aberto a refutações de suas teorias. A segunda diz respeito ao seu rigor quanto ao estabelecimento de uma articulação confiável entre seus achados clínicos e seu construto teórico. Discutimos a distinção entre ciências naturais e ciências do espírito e os motivos pelo qual Freud insere a Psicanálise dentro do primeiro tipo. Mostraremos, porém, que essas distinções não correspondem à atual divisão entre ciências humanas e naturais. Mezan (2007) sugere, por exemplo, que a Psicanálise é uma ciência humana, ao argumentar sobre o estranhamento que causa em se pensar atualmente em Psicanálise como não sendo uma ciência humana. Ao mesmo tempo, esse autor mostra a estreita fronteira com as ciências biológicas

aproximando a metodologia freudiana e darwiniana, o que será apresentado mais adiante. A fim de enriquecer nossa pesquisa sobre a cientificidade do empreendimento freudiano, apresentaremos, a seguir, autores que discutem o seu modelo de investigação, e dessa forma, não nos restringiremos ao testemunho do próprio fundador, e poderemos, assim, aumentar a tenacidade da nossa investigação.

2.2

Por uma epistemologia freudiana

Serão articuladas aqui diferentes visões de autores que se propuseram a construir uma epistemologia freudiana. Tais visões são dispostas por Paul-Laurent Assoun em sua obra *Introdução à epistemologia freudiana*. Serão explorados os discursos dos alemães Maria Dorer e Ludwig Binswanger; dos franceses Jean Hyppolite e Paul Ricoeur, além de apreciações do próprio Assoun. Serão também apresentadas as discussões norte-americanas da década de 50, conduzidas por Ernest Nagel, incluindo apreensões de Otto Fenichel e Rapaport, em que se estabelece uma investigação positivista da Psicanálise, alegando-se a falta de verificacionismo. Como aponta Assoun (1981): “Convém notar que é de epistemologia freudiana, e não de epistemologia psicanalítica, que falamos” (p. 11).

Inicialmente gostaríamos de firmar nossa posição no sentido de uma suspeita em relação a se tentar promover um estudo epistemológico do construto teórico freudiano em função das tentativas de apreensão da Psicanálise em “esquemas epistemológicos” previamente estabelecidos e restritivos. É interessante notar que o filósofo Paul-Laurent Assoun, que nos oferece em sua *Introdução à epistemologia freudiana* (1981) um panorama de algumas tentativas nesse sentido, parece compartilhar da nossa desconfiança, afirmando que se deve problematizar, com uma suspeita de ilegitimidade, a união do termo “epistemologia” ao nome de Freud. Ou seja, o que estaria sendo proposto, em tal projeto, poderia levar a um certo freudismo teorista com todos os seus riscos e seus limites. Sem dúvida alguma, é nesses termos que devemos formular a suspeita a tal empreendimento.

Porém, já que o percurso dessa dissertação nos conduziu invariavelmente para este tema – cientificidade da Psicanálise e epistemologia (pois veremos que existe uma relação intrínseca com os debates sobre Psicanálise e Neurociência) –, mostraremos, a seguir o que se tem discutido sobre o estatuto epistemológico da Psicanálise, que foi objeto de inúmeras reflexões ao longo do último século. É preciso reconhecer, entretanto, que apesar da suspeita em relação a tal empreendimento, Assoun (1981) demonstra que foi o próprio Freud que, de certa forma, reivindicou o estabelecimento desse tipo de investigação. Nesse sentido, Freud passa a ser a garantia essencial, já que é ele quem forja sua epistemologia pensando sua prática científica, como vimos anteriormente quando ele proclama incessantemente que a Psicanálise é uma *Naturwissenschaft*.

Ao tomar Freud como garantia para poder engendrar a sua *Introdução a epistemologia freudiana*, Assoun (1981) argumenta que embora a ambição da cientificidade da Psicanálise se encontre presente em seu fundador, este jamais a teoriza por ela mesma. Na verdade, pode-se dizer que Freud elabora um discurso epistemológico *sui generis*, sendo que, em momentos chave, sente a necessidade de formular uma espécie de plataforma epistemológica ao mesmo tempo extraordinariamente explícita e excessivamente concisa. Isto pode ser observado no primeiro parágrafo de *Pulsões e destinos da pulsão* (Freud, 1914), citação apresentada no tópico anterior, a qual Mezan (2007) designou de “manifesto epistemológico” de Freud.

Freud teoriza essa prática numa “disciplina” específica *sui generis*, para a qual produz um neologismo: o de “metapsicologia”, porém nota-se que ele não poderia fazer de outra forma ao forjar os dispositivos originais de seu saber, senão construí-lo através dos modelos epistêmicos situados e datados que o inscrevem, em seu modo de produção, no universo epistêmico do seu tempo.

Assoun (1981) defende que a epistemologia freudiana não constitui uma ficção e, no intuito de tentar explicá-la, esclarece que não se trata de aproveitar as contribuições freudianas para delas inferir uma epistemologia. Ao contrário, deve-se procurar esse fundamento epistemológico na literalidade do discurso freudiano e na objetividade de seu meio, e justifica a sua pretensão argumentando que se todo saber científico possui seu regime, é preciso que haja uma reflexão sobre as condições de possibilidade de tal saber.

Após observarmos o posicionamento de Assoun (1981), que consiste em estabelecer uma epistemologia freudiana sem tentar adequar a tal ou qual modelo, parece que outros autores que se prontificaram a investigar a epistemologia freudiana apresentaram posturas diferentes, no sentido de tentar encaixar a Psicanálise em modelos epistemológicos restritos já existentes, o que poderá ser conferido através do retrospecto que esse autor nos oferece.

Deve-se notar que desde muito cedo se tentou promover uma epistemologia da Psicanálise, em que os autores pareciam preocupados em ir mais além do que o próprio Freud no caminho da sistematização do saber freudiano e em conferir-lhe precisamente suas credenciais de nobreza epistêmica. Aquilo que Freud, de certa forma, se recusa a fazer, inúmeros daqueles que investigam o caráter epistemológico da Psicanálise, desde o início do século, comprometem-se a realizá-lo com pompa. Como se observa no artigo de Kronfeld (*Freud, a filosofia e as filosofias*, 1911), que se propunha a fornecer uma exposição completa da Psicanálise, considerada como um conjunto organizado, o que provocou uma reação irônica de Freud numa carta a Abraham: “Kronfeld demonstrou, pela filosofia e pelas matemáticas, que tudo o que nos atormenta não existe, porque não pode existir. Assim, estamos agora a par. E está terminado!”²⁷ Aqui observa-se que se trata de uma recusa, por parte de Freud, de toda a tentativa de sistematização epistemológica dedutiva (Assoun, 1981).

Uma das primeiras tentativas de se estabelecer uma epistemologia freudiana foi empreendida por Maria Dorer na Alemanha, em 1932. Buscando as “origens históricas” do freudismo, Dorer tentou mostrar a filiação da Psicanálise à Psicologia oriunda de Herbart²⁸, o que chamou de herbartismo de Freud, que teria chegado a ele por intermédio de seus mestres vienenses, principalmente Meynert.

Dorer acaba por concluir que a Psicanálise é uma forma de materialismo ingênuo, ou seja, um prolongamento de uma teoria anterior, materialista e naturalista, completamente inadequada ao estudo do objeto humano. Nesse sentido, defende que à teoria freudiana faltaria uma *axiologia*²⁹. Aqui parece que

²⁷ Retirado de Assoun, 1981, p. 20.

²⁸ Pode-se observar na obra de Herbart ecos dos conceitos freudianos de representação (*Vorstellung*), recalque (*Verdrängung*) etc. Sobre o assunto confere: Assoun (1981).

²⁹ “Axiologia” refere-se ao estudo ou teoria de alguma espécie de valor, especialmente dos valores morais (Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa).

no espírito de tal pesquisadora teria sido descoberto o culpado: trata-se do materialismo levando Freud a uma incurável cegueira axiológica.

Podemos notar que Dorer utiliza uma estratégia de exagerar o impacto desses modelos anteriores sobre Freud, o que justificaria a tal falta de uma axiologia mencionada acima. Mais ainda: Freud, segundo ela, preso às suas origens materialistas, mecanicistas e deterministas, legou à sua filha, a Psicanálise, uma doença incurável: a ausência de todo “sentido de valores”. Assim, esse resgate das origens parece ter o propósito de desacreditar o freudismo, de modo que a hereditariedade do materialismo passa do ancestral Herbart a seu último produto, Freud, por intermédio de substituto Meynert, e, sendo assim, estaria desvendada a originalidade freudiana.

Nesse sentido, Dorer exagerou a influência dos modelos científicos herbartianos nas formulações teóricas sobre a prática de Freud, buscando na história tão somente um álibi para se desvencilhar da apreciação da novidade que Freud engendrava. Ao mostrar as origens, o discurso descritivo se converte em diagnóstico. A Psicanálise freudiana *não* é e *não* poderia ser *senão* isso: uma nova aparição do herbartismo. Sua identidade só é recuperada para melhor ser renegada: a fidelidade histórica tem por efeito e finalidade abolir o inédito freudiano (Assoun, 1981).

Não se trata de negar a influência do modelo de Herbart sobre Freud, aliás, pelo contrário, há raízes significativas da teoria metapsicológica em tal modelo. Mas deve-se questionar o uso que Dorer faz de tal influência, pois no lugar de mostrar seus aspectos impulsionadores que conduziram ao inédito freudiano, ela focou naquilo que poderia ser visto como fatores aprisionadores que pudessem se contrapor à pretensão da construção de um modelo de aparelho psíquico.

Discutiremos agora as apreensões que Ludwig Binswanger (1936) faz sobre o freudismo. Considerando a pretensa oposição entre ciências naturais e as ciências do espírito, este autor afirma que o modo de conhecimento derivado das ciências naturais, com o qual identifica o freudismo, é absolutamente inadequado ao estudo da realidade humana, propondo, em alternativa, uma abordagem *fenomenológica*.

Binswanger reconhece, entretanto, que Freud não teria como fugir das determinações histórico-epistemológicas que o fizeram conceber a Psicanálise como uma ciência natural (*Naturwissenschaft*), e, nesse sentido, a epistemologia não se configura como um *problema*, e sim uma *determinação*. Assim, apesar de o fundador da Psicanálise ultrapassar os modelos epistemológicos de seu tempo, introduzindo um novo objeto no campo das ciências naturais, o seu naturalismo é, ao mesmo tempo, uma restrição, na medida em que ele, aferrado aos esquemas explicativos da ciência natural, teria relegado a segundo plano a dimensão propriamente existencial do homem.

Assoun (1981) comenta que a avaliação da episteme freudiana por Binswanger acaba por restringir a mesma. Ao interrogar-se, em 1936, sobre a *concepção freudiana do homem à luz da antropologia*, Binswanger situa seu eixo na elaboração da idéia do *homo natura* numa teoria naturalista. Em outras palavras, o homem seria apreendido em sua imanência pura, como “natureza”; e é isso que conduziria a Psicanálise, segundo Binswanger, ao modelo das *Naturwissenschaften*. Nesse sentido, esse autor defende que o processo dialético de redução, que Freud utiliza como instrumento metodológico para a construção teórica da sua idéia do homem, é, até em seus últimos detalhes, o das ciências naturais. Entretanto, com Binswanger (1936) sua origem – que até então constituía sua força –, subitamente volta-se contra ele como uma tara da perspectiva existencial. Ou seja: a única abordagem válida para se estudar o homem seria o existencialismo. Nota-se que ele defende que Freud estuda o homem com a mesma “objetividade”, com a mesma devoção existencial ao “objeto” quanto a usada para estudar, no laboratório de Brücke, a *medula* do *amnocoetespretomyzon*: aqui com a ajuda aguçada do microscópio; lá, com a ajuda de seu ouvido aguçado por seu “sentido” e seu “gênio” infalíveis para as “condições humanas”. Em lugar da comunicação recíproca, “pessoal” na relação entre-nós, aparece a relação unilateral – isto é, não reversível – do médico e do paciente; e a relação mais impessoal do pesquisador com seu objeto teórico de pesquisa. Para Assoun (1981), o diagnóstico final de Binswanger seria restritivo, e referir-se-ia à aceção de que a ciência da natureza não constitui a totalidade da experiência do homem pelo homem. Eis que se instala a mutilação na objetividade freudiana com o modelo naturalista que o sobre-determina, a ambição de

“construção científica” equivalendo, finalmente, a uma destruição de sua historicidade (Binswanger, 1936).

Na França, certa corrente filosófica abordou a questão da identidade fenomenológica freudiana. O texto mais significativo, porque abre caminho a toda uma linha de pesquisa, é o do filósofo hegeliano Jean Hyppolite, *Psicanálise e filosofia*³⁰. Este autor se considera ambivalente em relação à obra freudiana. Ou seja, ao mesmo tempo em que nutre um sentimento de uma descoberta perpétua, de um trabalho em profundidade que jamais deixa de colocar em questão seus próprios resultados para abrir novas perspectivas, também reconhece um sentimento de decepção. Isto ocorre pois, embora na obra de Freud se encontre o caráter da pesquisa e da descoberta, esse aspecto contrasta-se com a linguagem positivista, que é oriunda da metodologia das *Naturwissenschaften*. Parece que esta última afirmação dará muito o que falar, pois se refere à concepção de que haveria dois Freud: de um lado o da pesquisa fecunda; do outro, o da doutrina rotulada sumariamente de positivista.

Hyppolite sugere, portanto, que para apreciar a significação filosófica da obra freudiana não se deve temer ir além de certas formulações do Mestre e explicitar um sentido que ele mesmo não formulou. Em outras palavras, a pesquisa de Freud vale infinitamente mais que a linguagem pela qual ele a decifra: é preciso separá-la da linguagem para reconquistá-la em sua pureza primitiva. Esse é o trabalho filosófico sobre a Psicanálise: depuração da ganga positivista, admitindo as aquisições essenciais da investigação freudiana relacionadas à interpretação dos fenômenos de consciência como fenômenos significativos, onde se observa uma revolução no método de exploração do psiquismo. Portanto, de acordo com Hyppolite não se pode salvar a preciosa aquisição de Freud senão retraduzindo-a na linguagem estruturada da Fenomenologia, graças ao suplemento da “psicanálise existencial”. Heidegger e Sartre encarregaram-se de corrigir a linguagem incorreta de Freud. No espírito dos fenomenólogos, não há nem suspeita de traí-lo, pelo contrário, ambição de completá-lo. Só que ao preço de civilizar sua linguagem grosseiramente positivista (Assoun, 1981).

³⁰ Artigo não datado, mas provavelmente escrito em 1955 e reproduzido na coletânea *Figures de la pensée philosophique*, t. I, p. 373s (Assoun, 1981).

Assoun (1981) critica a postura dos fenomenólogos franceses e levanta o seguinte questionamento que vale reproduzi-lo de forma literal:

“Ao despojar a Psicanálise dessa linguagem na qual ela se pensa e forja seus termos, não é a própria identidade freudiana que se atinge? Por detrás dessa pretensão de salvar a Psicanálise, não é a contestação da identidade epistemológica da Psicanálise que está em jogo? Tudo se passa, a seguirmos o raciocínio de Hyppolite, como se a Psicanálise pecasse por sua parte teórica: seu valor viria daquilo que ela investiga, das unidades de sentido que elucida; mas sua fraqueza proviria do essencial: da plataforma epistêmica, dos princípios e da linguagem” (p. 30).

Nesse sentido, podemos pensar que, de acordo com Hyppolite, metodologicamente a Psicanálise seria uma atividade dialética, que teria por principal atividade a exegese, ou seja, a minuciosa interpretação de uma palavra ou de um texto, ou minuciosa busca de significados nos discursos. Mas a linguagem positivista a impediria de realizar sua *vocação* de ciência humana. Aqui, mais uma vez, presentifica-se a suposição de que a linguagem utilizada determina a postura epistemológica adotada. E se analisarmos de forma mais profunda podemos pensar também em termos de disputas políticas no campo das ciências, ou seja, a “psicanálise freudiana”, contaminada pelo positivismo das ciências naturais *versus* a “psicanálise fenomenológica”, purificada, renovada; enfim: superior!

Ora, parece que, nesse “episódio Hyppolite”, podemos apreender não apenas parte importante dos debates em torno da epistemologia da Psicanálise, mas também a constante disputa e os jogos de poder observados no campo das ciências para a detenção do saber por determinado grupo e não por outro. Quem tomará posse da teoria freudiana? Os médicos, filhos das ciências naturais, ou os filósofos, herdeiros das ciências do espírito? Talvez a resposta esteja relacionada à célebre expressão: “Quem dá mais?” Isso nos faz considerar a hierarquização dos modelos em jogo. Ou seja: parece aqui que determinado pressuposto teórico e sua metodologia são considerados mais válidos do que outro pressuposto, o que acaba por bloquear o caminho da investigação, como demonstra Assoun (1981):

“O que nos parece ter bloqueado o caminho a uma investigação rigorosa da identidade freudiana foi essa representação latente de um Freud, filho ingênuo do saber, revelando mundos de sentido com a inocência epistemológica do não-filósofo. Filho que deveria ser assistido para que pudesse tomar consciência dos princípios que lhe permitiram descobrir tantas maravilhas, mas que ele mesmo

não conheceria. Foi neste sentido que, muito cedo, os provedores de visões do mundo (...) acorreram para a Psicanálise, insistindo em salvá-la, apesar das recusas de Freud” (p. 32).

Ora, será que não é isso o que está em jogo quando a Neurociência se oferece como salvadora da Psicanálise por sua inocência em função de sua pobreza epistemológica? Aqui podemos pensar que o que antes se constituía como as ciências do espírito tentando salvar a Psicanálise hoje corresponderia àquilo que as ciências naturais – neurociências – pretendem proporcionar: a sua validação. Ou seja, assim como Heidegger e Sartre, segundo Hyppolite, se encarregaram de corrigir a linguagem incorreta de Freud, Eric Kandel encarregou-se de apresentar o que ele chamou de “*insights* biológicos”, que por sua vez podem validar a teoria psicanalítica. Além de Kandel propor, de modo semelhante aos fenomenólogos, uma reformulação dos conceitos psicanalíticos, substituindo-os por aqueles da Neurociência Cognitiva cujas pesquisas a partir das quais foram erigidos são mais confiáveis.

A conclusão parece se impor por si só: mudam os nomes, mas o mecanismo é o mesmo. Evidentemente não se trata de rejeitar a Fenomenologia ou a Neurociência: sabemos que a filosofia fenomenológica pode enriquecer a mente do psicanalista, assim como os recentes conhecimentos neurocientíficos. A questão está noutra parte: quando se trata de um campo tentar adequar o outro à sua própria forma de pensar e agir, é aí que duvidamos de tal pretensão.

Voltemos, porém, aos debates em torno da epistemologia freudiana. Outro importante autor, também francês, que deu continuidade ao pensamento de Hyppolite, foi Paul Ricoeur, que em 1965³¹ apontou em Freud uma dualidade insolúvel entre uma *energética* e uma *hermenêutica*. Ricoeur considera que a Psicanálise freudiana é, de fato, uma disciplina hermenêutica, uma vez que a clínica é sempre conduzida através da interpretação. Porém, o que intriga Ricoeur é a manutenção por Freud do “ponto de vista energético”. Dessa forma, ele se pergunta como a hermenêutica freudiana passa pela energética. Ou ainda, o que é este discurso da energia que somente se efetiva numa hermenêutica. Por fim, este

³¹ Em 1961, Paul Ricoeur abordou “O problema epistemológico do freudismo” (título da p. 75) em conferências na Universidade de Yale que deram lugar à obra surgida em 1965 – *De l’interprétation, essai sur Freud*.

epistemólogo defende que o freudismo só existe pela recusa dessa passagem – do econômico para o significado.

Todavia, como, segundo Assoun (1981), a investigação de Ricoeur teve por efeito danoso clivar a temática freudiana em duas partes, imediatamente uma das partes, denominada energética, viu-se condenada à recessividade. O *Projeto* de 1895, forma originária da construção freudiana, servira, então, para apresentar uma energética sem hermenêutica. Ou seja, Ricoeur concebe que Freud constrói, sob efeito mecânico de seu meio científico, uma espécie de objeto arcaico, marcado com o selo do energitismo de seu tempo. É somente quando pressionado por seu trabalho de interpretação de sonhos que Freud consegue emergir para o plano hermenêutico. Portanto, para esse autor tudo se passa como se o saber freudiano se constituísse e progredisse sob o signo de uma *consciência epistemológica infeliz*, vivendo confusamente a contradição entre um modelo teórico energicista e uma exigência hermenêutica. Somente nos ensaios de *Metapsicologia* (1915), dando um passo à frente e com maturidade, as duas exigências do discurso analítico atingem seu ponto de equilíbrio: o ponto de vista econômico-tópico sendo aí sistematizado, enquanto que, por outro lado, a articulação entre pulsão e representação permite reintegrar o inconsciente “na circunscrição do sentido”. Sendo assim, parece que, para esse autor, se constituiria uma união precária entre força e sentido: não harmonia, mas só desajeitamento amarrado num labor obstinado. Não fusão amorosa, mas divórcio superado (Assoun, 1981).

Para Assoun (1891) o que Ricoeur elabora é, na verdade, uma “epistemologia do freudismo” e não uma “epistemologia freudiana”, freudismo entendido aqui como um desligamento do próprio Freud, ou seja, um afastamento de suas origens. Lendo a obra tão argumentada e documentada de Ricoeur, tem-se a impressão de que a hermenêutica se debruçou sobre o berço do freudismo com a finalidade de depurá-lo de sua origem deplorável: esta, por mais pertinente que seja evocada, aparece, finalmente, como um meio para repeli-la. A teoria do sentido só conhecerá sua assunção pela ultrapassagem dos limites dessa origem. Isto quer dizer que o propósito de Ricoeur é muito mais, segundo suas próprias palavras, o de elaborar uma “epistemologia do freudismo” do que uma epistemologia freudiana. A epistemologia freudiana, caracterizando o húmus

nativo no qual germinou Freud, é, de fato, clivada: uma parte cai como despojo morto, no desembaraço dos conceitos mecanicistas do século XIX; a outra, por sua vez, dissolve-se no tabuleiro das interpretações. O freudismo se desliga decididamente de Freud. A Freud sua identidade, com sua recessividade histórica; ao freudismo seu futuro na teoria universal do sentido (Assoun, 1981).

Segundo o diagnóstico de Assoun (1981), essa visão fecha o caminho a uma epistemologia freudiana tal como a concebe. O acesso à identidade freudiana supõe não que a confrontemos diferencialmente com outro saber, como a Fenomenologia, mas que o re-enraizemos em seu húmus próprio, sem preconcepção de recessividade, descobrindo sua historicidade, não como uma reserva, tampouco como um dado bruto, mas como um esquema de constituição que lhe pertence de pleno direito. O saber freudiano, mesmo que seja uma criança ingênua, não tem necessidade de novo batismo.

É importante perceber que as tentativas de Dorer, Binswanger, Hypollite e Ricoeur têm por característica comum a aproximação da problemática freudiana com a atividade das ciências humanas. Mas podemos perceber que estes autores contrapõem ainda as ciências humanas às ciências naturais. Para eles, trata-se de dois reinos distintos: apenas às ciências naturais caberia a *explicação* dos fenômenos, enquanto que as ciências humanas, visando a *compreensão* do humano, seriam despojadas de qualquer dimensão especulativa. Ricoeur, por exemplo, não analisa o estatuto do “discurso energético” de Freud, embora conclua que a Psicanálise jamais poderá ser uma ciência como a Física ou a Biologia. Todavia, a *necessidade* energética de Freud acaba por não ser problematizada. Não há lugar para a energia na hermenêutica de Ricoeur.

A seguir apresentaremos as discussões norte-americanas que se constituem nas apreensões positivistas da Psicanálise. Na obra de Otto Fenichel, *A teoria psicanalítica das neuroses* (1945), encontra-se definida uma epistemologia psicanalítica em um manual, cujo impacto torna importante o exame desse modelo epistemológico.

Nota-se que Fenichel (1945) não procura extrair do freudismo uma epistemologia, mas sim formalizar os elementos do saber analítico. Deve-se, portanto, questionar se seria digna de ser chamada de epistemologia freudiana. Para julgar, devemos nos reportar às “considerações preliminares”, onde o autor

define as generalidades subjacentes do edifício freudiano. Inicialmente ele parte de uma dualidade de interpretações sobre a origem da jovem ciência psicanalítica. Um dos aspectos dessa dualidade refere-se à idéia de que Freud teria transposto para o domínio dos fenômenos mentais os princípios da biologia materialista de sua época; a outra forma de compreensão seria que no momento em que as ciências naturais se encontravam em seu apogeu, a contribuição de Freud consistiu numa reviravolta contra o espírito de seu tempo; viu-se forçado a reconhecer a existência daquilo que é irracional.

Em favor da primeira tese, Fenichel (1945) lembra que a Psicanálise representa um claro passo à frente para a introdução do pensamento científico em psicologia, considerando o campo das manifestações mentais do ponto de vista das ciências naturais. Aqui o autor concorda com as teses que insistem na filiação de Freud a seus mestres vienenses. Acrescenta, porém, para alimentar a segunda tese, que Freud conquistou, nessa investigação, uma nova região: para dizer a verdade, todo o domínio humano. A sua originalidade consistiria, assim, no fato de que ele teria ganhado para as ciências naturais “toda uma região da natureza” que elas haviam abandonado: o espírito humano. O efeito obtido por Fenichel foi o de lutar contra o cerebralismo segundo o qual o espírito é o cérebro, enfatizando fortemente a existência de uma esfera mental.

Para Assoun (1891), Fenichel não alega, como faz Maria Dorer, por exemplo, um limite axiológico, em que se recorre às origens de Freud como atestado de condenação. Fenichel afirma ser a matéria da Psicanálise irracional, não o seu método. Portanto, na aparência, ele não tem necessidade de nenhuma muleta para sustentar o freudismo; e começamos a esperar que haja aí um real respeito pela identidade epistêmica freudiana. No entanto, observando mais de perto, percebemos que, ao neutralizar as categorias epistêmicas de Freud, esse autor atenua a diferença para, finalmente, negá-la. Isto é feito por uma insidiosa tradução das categorias operando em Freud. Ao rejeitar o irracional no objeto, Fenichel só pensa a continuidade da Psicanálise com as ciências da natureza ao preço de postular uma espécie de *mentalismo* de conotação biológica e ecológica. Com efeito, postula imediatamente uma psique apreendida na troca de dois fatores constitutivos que ele batiza de *necessidades e meio*. As dimensões da metapsicologia freudiana – os pontos de vista dinâmico, econômico e tópico – são

estranhamente rebatizadas pelo autor em função de um *desenvolvimentalismo*, isto é, são referidos a um determinante único e global batizado de “desenvolvimento mental”. Com a epistemologia freudiana engendrada por ele, a base freudiana – principalmente no que se refere ao modelo de aparelho psíquico e suas instâncias – torna-se danificada. Ou seja, dinâmica, econômica e tópica pulsionais são mantidas com uma semelhança que vai até a miragem. Mas quando prestamos atenção a seu conteúdo, percebemos que foram transpostas para um registro mentalista de dimensão *genética*. Assim, no lugar da metapsicologia pulsional, instaura-se uma psique dependente de duas dimensões chamadas de “dinâmica mental” e de “economia mental”, às quais se acrescenta, com uma dissimetria significativa, um ponto de vista estrutural-genético. Porque a base freudiana foi danificada, tendo a dimensão tópica sido substituída, inesperadamente, por um ponto de vista estrutural. De fato, as categorias pulsionais são traduzidas na linguagem da Psicologia anglo-saxônica. A prova está em sua totalidade psicologista, criando uma surpreendente mescla que redefine o empreendimento freudiano, desviando, no entanto, muito insensivelmente, seu vocabulário.

Fenichel nos fornece, pois, o exemplo de uma desfiguração da identidade freudiana, de modo que, aqui, a referência à literalidade constitui o meio mais seguro da inflexão, à maneira de um registro ingênuo e fotográfico que perderia a alma do sujeito. É nesse sentido que a horizontalização fenicheliana do ensinamento freudiano não se eleva a uma epistemologia freudiana. Dito de outro modo, quando o autor tenta sistematizar a obra freudiana, buscando estabelecer nela uma coerência interna desgarrada de qualquer problematização epistemológica, temos no seio da Psicanálise o estabelecimento de uma “contra-epistemologia”. Pois não se trata, numa verdadeira investigação epistemológica, apenas de se “ver como funciona”. Ao contrário, é necessário referenciar uma determinada prática de conhecimento a uma teoria das ciências para, a partir daí, tentar compreender seus esquemas de funcionamento. A “contra-epistemologia” de onde parte o autor é bem conhecida: pressupondo que a Psicanálise consiste numa transposição ao domínio do mental dos princípios da biologia materialista dos tempos de Freud, Fenichel constrói sua “sistematização” da Psicanálise sobre a base do positivismo. Contudo, ao fazer equivaler a suposição freudiana de que há uma “base biológica” dos fenômenos psíquicos com os achados *positivos* da

ciência biológica, perde de vista a problematização dos limites do método científico em relação ao conhecimento.

Nos anos 50, o problema epistemológico da Psicanálise é abordado de frente. A esse respeito, o acontecimento significativo foi o simpósio realizado na cidade de Washington em 1958 sobre o tema *Psicanálise, Método científico e Filosofia* (Assoun, 1981). Nesse simpósio a Psicanálise é interpelada do ponto de vista de uma epistemologia geral pedindo-lhe explicações. Ao mesmo tempo em que se considera a exigência do próprio Freud em relação à cientificidade da Psicanálise, esta última é surpreendida em flagrante delito de deficiência epistêmica.

Nesse sentido, as discussões conduzidas por Ernst Nagel³², constituídas nas apreensões positivistas da Psicanálise, se configuram essencialmente na crítica às suas pretensões científicas, mostrando que seus resultados não poderiam ser verificados. É denunciada então a miséria epistemológica da Psicanálise, que não atende às exigências de uma epistemologia geral. Nagel (1959) afirma que ela não possui meios objetivos de validação empírica, e nem constitui processos de verificação aceitáveis pelas ciências naturais “sérias”, o que se deveria creditar ao fato de que a Psicanálise “parou no tempo” e não é nada mais que uma forma ultrapassada de ciência. Naquela que é considerada sua obra inaugural, a *Interpretação dos sonhos*, Freud contrapunha-se à tese científico-positivista de que os sonhos não guardavam nenhum sentido, sendo passíveis de explicação apenas pelos processos fisiológicos a eles associados.

Portanto, os argumentos centrais desenvolvidos na linha de Ernst Nagel abrangem desde a noção de que a Psicanálise não repousa sobre fatos e procedimentos, já que é construída com conotação metafísica, até a noção de que a *interpretação* freudiana remete à arbitrariedade, por não se apoiar em procedimentos permitindo objetivar tal configuração de enunciados. Deve-se notar que esse enfoque abre caminho, sobretudo, ao vasto campo de pesquisas proposto pela formalização dos enunciados, na perspectiva do Círculo de Viena ou da filosofia analítica inglesa. Pode-se constatar que, simultaneamente, fica desconsiderada a questão da idiosincrasia epistêmica freudiana. Ou seja, a

³² *Methodological issues in psychoanalytic theory*, A Symposium edited by Sidney Hook, Nova York, 1959.

idiossincrasia freudiana é, pois, submetida ao tribunal epistemológico, e logo se acha condenada em face de uma lei definida numa racionalidade externa à esta idiossincrasia. Ela sucumbe então como um resíduo histórico ultrapassado pela evolução científica. Eis, assim, o freudismo reduzido a um conglomerado de noções ultrapassadas e de fatos inverificáveis (Assoun, 1981).

Esta postura epistemológica fomenta nos Estados Unidos um movimento de revisão dos conceitos psicanalíticos no sentido da adequação da Psicanálise aos parâmetros epistemológicos previamente estabelecidos na forma das ciências naturais. A questão consiste em decidir se ela preenche as condições enunciadas como características da teoria, vale dizer, se é subsumível sob as categorias definindo a formalidade da Teoria, esta última entendida aqui da seguinte forma: toda *teoria* digna deste nome deve ser suscetível de validação empírica e de procedimentos determinados de verificação.

David Rapaport (1958) é um dos artífices da adaptação da Psicanálise à epistemologia positivista, na medida em que tenta traduzir os conceitos psicanalíticos em seus “observáveis”: conduta, estrutura e organismo. Esse autor considera que a metapsicologia representa apenas a manutenção na Psicanálise de modelos pseudocientíficos ultrapassados pelo desenvolvimento das ciências, que acabariam mascarando a “verdade experimental” nela contida. Dessa forma, a Psicanálise, atendo-se aos processos diretamente e positivamente “observáveis”, aproxima-se do behaviorismo, de forma a superar qualquer dimensão especulativa, e supõe-se que é possível realizar uma observação positiva neutra e desinteressada, apenas descrevendo as coisas “tais quais se dão à observação”. Pode-se dizer que, com esse autor, a metapsicologia freudiana fica aliviada de sua “mitologia”. Desta vez, a limpeza dos princípios é levada a cabo: a dinâmica do recalque é pluralizada numa soma de manifestações testáveis; a tópica se espatifa num quebra-cabeça hipotético; a energética se quantifica obstinadamente em “indicadores”. Convertido em objetividade operacional, o freudismo se purifica tanto que se evapora (Assoun, 1989).

Aqui temos a chance de seguir outro caminho: referenciar a formação dos conceitos e da prática freudiana aos modelos *históricos* e *epistemológicos* de que Freud se serviu para a constituição de sua ciência, a fim de se estabelecer não uma epistemologia, mas o que este epistemólogo denomina de *identidade epistêmica*

da Psicanálise. Partimos, pois, deste *fato* elementar – de que há reivindicação por Freud da Psicanálise como *saber*. Ora, todo saber tem suas regras de funcionamento próprias e seus referentes específicos, agindo na constituição e na produção deste saber. É necessário compreender o que são estas regras e estes referentes, e como funcionam, desenhando, em sua terra natal e em sua linguagem de origem, esta *identidade epistêmica* que condiciona a posição de todo discurso relativo a Freud.

Nesse sentido, Freud faz uso dos modelos historicamente datados das ciências de sua época para constituir, por uma espécie de “barroquismo epistemológico”, a sua própria ciência. Devemos, portanto, estabelecer as “influências históricas” (entendidas como os modelos históricos de que se serviu para dar expressão a sua descoberta), e a partir delas avaliar os pontos de ruptura e as transições que o pensamento freudiano representa. Dito de outro modo, a tarefa prévia de uma epistemologia freudiana seria efetuar um trabalho preciso de localização histórica que nos leve, por meio de transições e rupturas, até a fronteira onde a conformidade das linguagens desemboca no inédito do objeto. Devemos estar cientes dos riscos que assumimos ao tentar descrever a epistemologia freudiana por aquilo que ela *não* é, ou seja, por seus antecedentes históricos em relação aos quais a Psicanálise vem a se apresentar ora como ruptura ora como continuação. Mas aí surge um novo obstáculo: esta fidelidade à idiossincrasia histórica de Freud não tem por efeito reduzir a mensagem revolucionária de que ele é portador? De fato, uma introdução à epistemologia freudiana indígena, tal qual a concebemos, é levada a enfatizar a dimensão histórica: não está ela, pois, sujeita a esmagar o inédito freudiano sob o peso dos modelos históricos dos quais deriva? (Assoun, 1981).

Mas – nos perguntamos – os modelos históricos de que Freud se serve devem ser procurados do lado de Helmholtz, Brucke e Herbart – cientistas eminentes da sua época –, ou também eles, tributários dos modelos científicos vigentes no final do século XIX, tiveram suas práticas científicas configuradas por tais modelos? Perguntando radicalmente: quais os limites da influência histórica? Serão os cientistas do século XIX, como quer Assoun, os fornecedores dos modelos histórico-científicos em relação aos quais se definiu Freud? Talvez seja mais profícuo procurar do lado de Galileu, Newton e Descartes, ou seja, na

história da Ciência Moderna e em seus desdobramentos epistemológicos, os modelos históricos que condicionaram a prática de todos estes cientistas do século XIX.

As discussões acima mostram como são delicadas as questões envolvendo psicanálise e epistemologia. Porém, nos parece que esse quadro vai além da problemática científica e abrange questões humanas relacionadas à competitividade e obtenção de poder, que aqui se manifestam através das disputas pela soberania de determinado modelo epistemológico em detrimento de outro.

2.3

A Psicanálise é ciência?

Dando continuidade à nossa investigação, decidimos apresentar brevemente a crítica do epistemólogo contemporâneo Karl Popper, cuja relevância para nós reside no fato de ter sido bastante difundida, mas não por seu conteúdo. Demonstraremos, inclusive, duas avaliações dos popperianos Adolf Grünbaum e de Gregório Klimovsky, que servirão aqui para reforçar a nossa crítica aos pressupostos popperianos. É examinada criticamente a insuficiência da epistemologia popperiana para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida.

Deve-se notar que as objeções que Popper faz à cientificidade da Psicanálise são compatíveis com os pontos de vista que desenvolve relativos à primeira fase de sua epistemologia. Estava então voltado para o estabelecimento de um critério de demarcação entre ciência e pseudociência, servindo a Psicanálise – assim como a Astrologia – como um bom exemplo da segunda, sobretudo por não oferecer possibilidade de ser testada por algum enunciado básico que a refutasse. Além do mais, o que insinua na crítica às observações clínicas é que estas não só seriam *teorias* que interpretariam os dados, mas que na melhor das hipóteses cairiam nos velhos vícios dos processos indutivos.

Mesmo que se aceite o critério proposto, não nos satisfaz a vasta gama de produção científica que ficaria relegada à pseudociência, num limbo epistemológico pouco diferenciado: Psicanálise/ astrologia/ teoria da seleção natural de Darwin. Nota-se, portanto, que o critério de demarcação de Popper em

relação ao estabelecimento de uma distinção entre ciência e pseudociência foi excessivo. Entretanto, de certo modo a mesma insatisfação acometeu Popper, daí propor o método de Conjecturas e Refutações e a “Análise ou Lógica Situacional”, o que permitiria à Psicanálise receber outro tratamento, mas que ainda assim nos parece insuficiente.

Ou seja, apesar dessa pseudo-mudança, deve-se notar que a teoria psicanalítica, dentro de critérios de cientificidade estritamente popperianos, não se sustenta como ciência, mas apenas enquanto um empreendimento racional. Isto significa que se constitui num conjunto de hipóteses, que, quer sejam ou não passíveis de testabilidade e refutabilidade, segundo critérios popperianos, permite a discussão crítica de suas proposições e implicações. Portanto, a Psicanálise deveria encontrar a sua *racionalidade* na proposta popperiana, como um Programa de Pesquisa Metafísica, programa este que, apesar de não ser científico, é útil à Ciência. Dito de outro modo, a Psicanálise poderia ter pretensões de racionalidade, mesmo não sendo científica. Quando Popper aproxima Freud de Darwin, alegando que a teoria freudiana, da mesma forma que a darwiniana, oferece o que ele chama de “uma lógica” das situações, ele está reconhecendo abertamente o caráter racional da teoria freudiana. Entretanto, apesar de passar a atribuir à teoria freudiana o mesmo estatuto que a teoria da evolução, não se configura em nada além do que um programa de pesquisa metafísica útil à Ciência (Quilliot & Quilliot apud Saporiti, 1994)³³.

Apesar de tentar aliviar a Psicanálise da designação de pseudo-ciência, deve-se notar que é no primeiro capítulo de *Conjecturas e refutações* (1972) que Popper expõe suas críticas mais extensas e incisivas a ela. Faz duas críticas principais, quais sejam, a *excessiva capacidade de explicação* e a *falta de critérios de refutação*, a favor das quais apresenta uma série de argumentos, e concebe que o modelo psicanalítico de investigação não constitui um empreendimento científico capaz de validar suas hipóteses.

No que se refere ao primeiro ponto – *excessiva capacidade de explicação* – ele comenta que não conseguia imaginar qualquer tipo de comportamento humano que ambas as teorias – de Freud e de Adler – fossem incapazes de explicar. Explica que isso se dá pois as observações clínicas, como qualquer tipo

³³A *cientificidade da Psicanálise* – Popper e Pierce. Saporiti, 1994.

de observação, são interpretações empreendidas à luz das teorias, e por esta razão podem parecer sustentar as teorias à luz das quais foram interpretadas. Em relação à segunda crítica – *falta de critérios de refutação* –, aponta para a falta de observações que sejam empreendidas como testes (“tentativas de refutação”), que, por sua vez, possam estabelecer condições para que a teoria, não um diagnóstico em particular, seja possível de ser refutado.

Este epistemólogo critica também a idéia de uma confirmação da teoria a partir de experiências anteriores, uma vez que os analistas freudianos afirmam que suas teorias são constantemente verificadas por “observações clínicas”. A esse respeito, relata uma conversa que teve com Adler, em que lhe informou de um caso, sendo que este não teve qualquer dificuldade em analisar nos termos da sua teoria do “sentimento de inferioridade”, embora nem mesmo tivesse visto a criança em questão. Indagou-o, então, como podia ter tanta certeza, ao que Adler respondeu que já teve mil experiências desse tipo. Popper retrucou alegando que, com esse novo caso, o número passaria a mil e um, de modo que suas observações anteriores poderiam não merecer muito mais certeza do que a última; cada observação havia sido examinada à luz da experiência anterior, somando-se ao mesmo tempo às outras como confirmação adicional (Popper, 1972).

A fim de legitimar a sua crítica ao empreendimento psicanalítico, Popper (1972) cunhou a expressão *efeito de Édipo* para designar a influência exercida por uma teoria expectativa ou predição sobre o acontecimento previsto ou descrito. Ele nos remete à série de acontecimentos casuais que levaram Édipo ao parricídio a partir da predição desse evento pelo oráculo. Ou seja, ainda que se afastando do filho para evitar o parricídio previsto pelo oráculo, Édipo acidentalmente reencontra o pai, e a partir de uma desavença comete o parricídio, confirmando a predição do oráculo, que supostamente não poderia ser refutada. O *efeito de Édipo* designa, portanto, a impossibilidade de haver uma previsão errônea, por parte da teoria psicanalítica, o que a torna irrefutável.

Nesse sentido, Popper alega que a Ciência freqüentemente comete erros, ao passo que a pseudociência encontra acidentalmente a verdade. Essas teorias – teoria da história de Marx, a Psicanálise de Freud, Psicologia de Adler, etc. – parecem poder explicar praticamente tudo em seus respectivos campos; pode-se ver exemplos confirmados em toda parte: o mundo se torna repleto de verificações

da teoria, de modo que essas teorias não são testadas com base na experiência, mas os resultados é que são interpretados à luz da teoria. Enquanto a teoria da relatividade poderia ser derrubada ou confirmada pela testabilidade, as teorias de Freud, Marx e Adler não são passíveis de serem submetidas ao critério de falseabilidade. Por fim, o epistemólogo defende que a Psicanálise jamais poderia ser ciência, pois só poderia ser refutada pelo próprio sujeito analisado e modificações nesse sujeito nem sempre podem ser observadas por terceiros. Portanto, se tornaria impossível atribuir à Psicanálise um caráter preditivo, transformador ou de verdade.

Adolf Grünbaum (1984), um prestigiado nome da filosofia da Ciência Contemporânea, realizou a mais minuciosa e consistente crítica epistemológica à teoria psicanalítica de que temos conhecimento (Marinho, 2001). Por várias vezes, manifestou sua discordância com o critério de demarcação popperiano entre ciência e pseudociência. Discorda de Popper ao defender que a Psicanálise é sim uma teoria testável e, mais ainda, que os testes – baseados na experiência clínica – a refutam. Segundo ele, a refutabilidade da Psicanálise é evidenciada por diversas citações de Freud, nas quais este propõe possibilidades de ocorrências clínicas que invalidariam a teoria psicanalítica. Este autor dá como exemplo um texto³⁴ sobre a possibilidade de refutabilidade em Psicanálise.

A teoria que está em questão refere-se à teoria psicanalítica da paranóia, cuja hipótese é que o amor homossexual *reprimido é causalmente necessário* para o sofrimento por delírios paranóides (Freud, 1915). Sendo que o caso clínico descrito é o de uma jovem que se sente perseguida por seu amante, ou seja, por uma pessoa do sexo oposto, enquanto que, segundo a teoria psicanalítica da doença, o *perseguidor* deveria ser do mesmo sexo. Entretanto, após esse impasse, o caso é esclarecido, uma vez que surge uma figura feminina, na segunda entrevista com a paciente, que se revela, segundo a interpretação freudiana, como a verdadeira *perseguidora*. Para Freud estaria salva a teoria psicanalítica da paranóia e, para Grünbaum (1984), estaria demonstrada a possibilidade de refutação da Psicanálise.

³⁴ Confere: Freud (1915). *Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença*. (S. E., V. XIV, p. 263-272).

Entretanto, apesar de discordâncias aparentemente tão profundas por parte de Grünbaum, deve-se frisar que seu principal interlocutor é Popper, sua noção de cientificidade baseia-se na de refutabilidade, e os padrões básicos de racionalidade e cientificidade não se distinguem. Esta influência se observa quando defende que, na medida em que a evidência para o corpo psicanalítico é atualmente derivada das produções dos pacientes em análise, esta garantia é acentuadamente fraca. Há falhas epistêmicas inerentes ao método psicanalítico, e a validação das hipóteses cardinais de Freud tem que vir, se possível, principalmente de estudos extra-clínicos, ou epidemiológicos, ou mesmo experimentais.

Ora, parece que aqui encontramos novamente a velha crítica, que parece se tornar recorrente entre os epistemólogos da Psicanálise, de que a validação da teoria psicanalítica só pode se dar no sentido de restringir o seu modelo epistemológico. Sobre esse ponto, Grünbaum (1984) questiona a validade do método da associação-livre como capaz de identificar idéias que foram afastadas da consciência através do mecanismo do recalque. Ele aponta para uma ausência de nexo causal no processo de associação de idéias, o qual estaria contaminado pela sugestão do analista, que conduziria a uma certa linha de associação. Segundo ele, apesar da pobreza das credenciais clínicas, talvez possa ocorrer que a brilhante imaginação teórica de Freud tenha sido real e fortuitamente bem sucedida para a psicopatologia ou a compreensão de alguma sub-classe de atos falhos. Entretanto, enquanto a Psicanálise possa assim ser vista como cientificamente viva, ela não está atualmente nada bem, pelo menos no que diz respeito a seus fundamentos clínicos. Nem há um favorável veredicto de tais achados experimentais.

Ao nosso ver, apesar de Grünbaum (1984) se opor a certos critérios popperianos de avaliação, não significa uma superação dos mesmos, mas apenas uma divergência superficial, mantendo-se preso aos pressupostos, ou, melhor dizendo, aos preconceitos popperianas, daí reduzir a Psicanálise a um campo sem veredicto.

Gregório Klimovsky, epistemólogo argentino, matemático de formação, há cerca de trinta anos vem participando de um grupo de estudos com psicanalistas de vasta experiência e respeitabilidade, sobre epistemologia e psicanálise (Marinho, 2001). Em seu ensaio *Aspectos epistemológicos da interpretação*

psicanalítica (1987), expõe sua proposta epistemológica para a Psicanálise, defendendo que ela é mais extensamente uma teoria modelística: proporciona um modelo de aparato psíquico do qual se desprendem certas consequências sobre a conduta manifesta dos seres humanos e, em particular, dos pacientes. Interpretar será propor uma hipótese e ver como dela sai, dedutivamente, com auxílio de leis, o que queríamos explicar. Klimovsky, portanto, adota declaradamente critérios popperianos, empregando o que denomina método hipotético-dedutivo em sua versão complexa, considerando-o aplicável às ciências humanas, inclusive à Psicanálise.

Apesar de Grünbaum (1984), e Klimovsky (1987) reconhecerem que a Psicanálise é constituída por um conjunto de teorias e procedimentos de confirmação e refutação, além de considerarem uma contribuição muito importante às reflexões dos tempos atuais acerca das características da mente humana e do comportamento (Biebel, 1999), o que pensamos, em última análise, é que toda essa discussão apresentada por Popper e epistemólogos popperianos demonstra a insuficiência do modelo popperiano para tratar de questões como aquelas com que a Psicanálise lida, o que pode ser ilustrado a partir da seguinte afirmação de Popper (1972): “Pessoalmente, não duvido da importância de muito do que afirmam (referindo-se a Freud e Adler) e acredito que algum dia essas afirmações terão papel importante numa ciência psicológica ‘testável’” (p.67). Aqui nos deparamos novamente com a hierarquização de modelos, a partir da convicção de que determinado campo do saber seja capaz de ditar o modelo padrão, sem respeitar barreiras epistemológicas que não podem ser transpostas.

2.4

Que tipo de ciência é a Psicanálise?

Inicialmente discutiremos a questão da cientificidade da Psicanálise tomando argumentos e posições de alguns psicanalistas, de modo a complementar as discussões anteriores, nas quais apresentamos a concepção de Freud e de seus epistemólogos. Serão apresentadas aqui as contribuições de Renato Mezan, Roberto Calazans e Maria de Fátima Chavarelli – que, por sua vez, recorre à

epistemologia de Tomáz Kuhn. Esses autores defendem a Psicanálise como um empreendimento científico.

Renato Mezan³⁵, em seu artigo *Que tipo de Ciência é, afinal, a Psicanálise?*, oferece importantes elucidações à nossa investigação. De acordo com Mezan (2007), a Psicanálise teoriza em dois níveis. O primeiro se refere ao domínio da universalidade e da generalidade, tal como Freud a concebe. Neste nível, o que a teoria apresenta é uma visão do ser humano como movido por forças que desconhece, tendo, ao mesmo tempo, que lhes oferecer uma gratificação e restringir tal gratificação aos limites do permitido pela vida em sociedade. A repressão dos desejos mais intensos e primordiais provocará efeitos deletérios que vão desde o “nervosismo comum” até as mais graves psicoses. A enorme complexidade da construção freudiana não deve nos fazer perder de vista que ela põe em jogo um número muito limitado de fatores (basicamente pulsões, angústias e defesas) e um número relativamente pequeno de operações que incidem sobre eles (os processos primários e secundários): é o caráter *propulsor* desses fatores que determina as combinações variadíssimas do que chamamos “vida psíquica”.

Já o outro plano de teorização, mais próximo da prática terapêutica, visa construir uma teoria sobre *aquela* indivíduo, o paciente que busca tratamento. Essa teoria se baseia no que ele relata sobre a sua vida e no que dela manifesta nas condições de transferência: são estes os dados sobre os quais vai operar a imaginação do analista. Cabe a ele não apenas interpretar um a um os elementos que vão surgindo, mas ainda reconstruir a cadeia provável de eventos que resultou *naqueles* sistemas, *naquelas* fantasias e demais particularidades *daquela* pessoa. Aqui também o objetivo é construir uma hipótese “idiográfica”, de modo a dar conta, por exemplo, de por que o Homem dos Ratos é obcecado por ratos e não por moscas, da razão por que o pequeno Hans teme os cavalos e não as aranhas, do motivo pelo qual Schreber delira como delira e não de outra forma ou com outros conteúdos. A originalidade de Freud consistiria, então, em realizar essa tarefa com os recursos da explicação, e não com os da compreensão, no sentido como definimos anteriormente³⁶, em que a explicação seria calcada na

³⁵ Renato Mezan é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor titular da PUC-SP.

³⁶ Confere supra, p. 64.

metodologia da *Naturwissenschaft*, ou seja, não há juízo de valor aplicado àquilo que é observado, enquanto a compreensão refere-se ao método da *Geisteswissenschaft*, em que cabe a aplicação de opiniões e se estabelecem julgamentos. É combinando as teorias gerais da Psicanálise (inconsciente, conflito psíquico, papel do Édipo, ação das defesas) com as circunstâncias únicas *daquela* vida (experiências infantis, traumas, fixações evolutivas, intensidade das forças em presença), que se chega a uma reconstrução plausível (Mezan, 2007).

É importante perceber que apesar das diferenças dos níveis de explicação – a mente humana em geral, no primeiro tipo, e determinada realização de suas potencialidades numa dada pessoa, no segundo –, os procedimentos empregados são os mesmos: essencialmente, a busca das causas e do modo como se combinam para produzir seus efeitos. Nesse sentido, Mezan (2007) afirma que é com os instrumentos da razão que a Psicanálise irá investigar as “fontes” (= causas) dos desejos humanos, entre as quais se conta a capacidade de criar ilusões – algumas benéficas como a Arte; outras inócuas como a Filosofia; outras ainda como a Religião, que podem se tornar perniciosas, especialmente quando pretendem disputar com a Ciência o terreno do conhecimento ao pretender que a revelação seja uma “fonte” do conhecimento, igual ou até superior em dignidade à trabalhosa, porém segura, forma científica de pensar.

Por fim, Mezan (2007) postula que é da seguinte forma que o método psicanalítico se constitui: partindo da observação em que, no caso da Psicanálise, o que há para ser observado é o discurso do paciente em sessão, o analista coleta dados e reflete sobre eles. É desse vaivém entre observação e teorização que surgem as hipóteses sobre o que determina tais fatos – tipicamente, conflitos inconscientes opondo pulsões/desejos/fantasias a defesas. Essas hipóteses, por sua vez, orientam as intervenções do analista e visam modificar o equilíbrio entre tais fatores, no sentido de uma maior mobilidade psíquica, como por exemplo “levantar repressões” ou “restituir a capacidade de amar e trabalhar”.

Roberto Calazans³⁷ (2006), por sua vez, defende que a irreducibilidade da Psicanálise a uma objetivação não a torna incompatível com o mundo científico. Ao contrário, esta disjunção se dá exatamente pela compatibilidade lógica entre o

³⁷ Roberto Calazans é doutor em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ; professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei (MG).

pensamento psicanalítico e o pensamento científico, de modo que, antes do aparecimento da Ciência, de seu modo de fabricação de problemas, não seria possível pensar em Psicanálise. Tanto o pensamento científico quanto o pensamento psicanalítico recusam o realismo em todos os seus matizes para pensar o que estrutura uma experiência. Esse autor amplia o conceito de realidade, argumentando que o dado, que sempre se apresenta a um sujeito e por isso pode ser considerado subjetivo, não é suficiente para se conceber o real. Chama-se de realidade o objeto que é independente da sensação. Por exemplo, o planeta Terra, na experiência subjetiva, é aparentemente imóvel, mas, na realidade, gira em torno de si. Portanto, é preciso questionar de que forma se chega a um saber que ultrapassa a experiência. Esse saber torna-se possível por meio da mediação que o pensamento estabelece, proporcionando uma relação entre os dados. É em função dessa relação calculada que o pensamento determina cada dado ou variável em função dos outros dados. Só o pensamento é capaz de estabelecer relações entre os dados para constituir os fatos. Logo, um fato é obra do pensamento. Por essa razão pode-se afirmar que não é possível encontrar o dado puro, pois não há como abrir mão do pensamento para atingi-lo. Um dado só é um dado em um sistema específico de pensamento que o considera como tal. O pensamento, por sua vez, não pode ser uma realidade objetiva, pois esta é justamente o resultado da operação do pensamento. Logo, o pensamento é a condição de produção de um real, e dessa forma deve-se abandonar a concepção de um registro de uma realidade que exista por si só.

Calazans (2006), então, parte de uma crítica à função realista considerada plausível pelos pressupostos da Ciência clássica e propõe uma idéia de Ciência fundada no caráter provisório do pensamento científico. Portanto, considerar que determinada teoria é insubstituível implica em atribuir um juízo de valor à mesma. O autor argumenta que toda vez que considera um pensamento que produz um real a partir da integração em uma rede conceitual daquilo que a própria rede considera como dados — as variáveis —, e quando caracteriza esse pensamento como sendo um pensamento desprovido de qualidades, só pode referi-lo a uma espécie de problemas: os problemas objetivos nos quais não encontra qualquer consideração sobre um valor. Afinal de contas, o que seria um valor senão dotar de importância uma idéia? Uma idéia valorizada é uma idéia que alguém supõe

mais importante do que as outras. Ora, a partir do momento em que podemos pensar que uma teoria pode ser ultrapassada em função de uma nova articulação conceitual, nada nos impede de pensar que os impasses da nova teoria levarão à ultrapassagem da teoria nova. Não se pode desconsiderar, portanto, que um pensamento científico é sempre provisório.

Dessa feita, quando Einstein reclama que não pode haver uma teoria quântica, ele se distancia do pensamento científico por querer que a sua teoria seja a única válida. E aqui o físico está representando a máxima de Bachelard (1996), em que os grandes homens são úteis à Ciência na primeira metade de sua vida e nocivos na outra metade. De modo que quando há um valor envolvido há a questão de que algo é, ao menos em um primeiro momento, insubstituível. O autor salienta, portanto, que não há uma *realidade* que possa ser considerada em si, nem como um *dado*, nem como uma organização misteriosa cuja lei de funcionamento nos escapa; desse modo, a *realidade* perde as qualidades e passa a ser situada como variáveis. O pensamento perde suas amarras e pode se colocar sob a marca de um infinito, ou seja, torna-se possível, de maneira infinita, produzir novos fenômenos — e novos problemas —, que não estavam previstos antes.

É importante lembrar que um dos pressupostos da Ciência tradicional é que determinada proposição só pode receber o caráter de verdade, ou de científico, se a repetição do experimento obtiver o mesmo resultado. Calazans (2006) contraria esse aspecto ao falar da Psicanálise, elevando a linguagem, no estudo do psiquismo, como a matriz principal. O autor defende que, ao tratar de alguém que pensa, não podemos mais situá-lo — o sujeito — sob uma experiência repetível. Devemos tratá-lo como uma função que avalia, e aqui chegamos ao registro da linguagem, já que um sujeito só pode julgar a partir do momento em que é afetado pela linguagem, o que significa perder uma orientação natural. Desse modo, torna-se patente a seguinte questão: um sujeito aparece quando a orientação falha. E é por isso que a linguagem irá servir de referência para a Psicanálise. Apenas com o abandono do realismo em epistemologia pode-se legitimar a práxis psicanalítica.

Maria de Fátima Chavarelli (2003) procura contextualizar a Psicanálise no corpo das escolas epistemológicas, utilizando para suas reflexões o pensamento de Thomas Kuhn. Kuhn (1998) estabelece a seguinte ordenação em relação à epistemologia do processo científico: inicialmente tem-se uma *pré-ciência*,

marcada por uma atividade desorganizada e incoerente, um desacordo e debate constante a respeito dos fundamentos de uma prática, que se dão antes da estruturação de uma *Ciência*; em seguida surge a *Ciência normal*, a fase mais coerente da atividade científica, que ocorre quando a comunidade científica se encontra em torno de um único *paradigma*, que terá como função orientar a *Ciência* por um certo período de tempo; esta *Ciência normal* atravessa uma *crise*, que consistirá no surgimento de *anomalias*, que são resultados experimentais não assimilados pela teoria, de modo que se tenta arduamente solucionar problemas à luz do paradigma vigente; então se desencadeia uma *revolução*, gerando outro *paradigma*. Assim a seqüência recomeça com uma mudança de paradigma.

É importante esclarecer que na fase da *Ciência normal*, a *Ciência* progride de maneira cumulativa, de modo que o paradigma, nesse momento, rege todas as práticas – tanto teóricas quanto experimentais – das atividades de pesquisa, incluindo maneiras-padrão de aplicação das leis fundamentais a uma variedade de tipos de ação. Ou seja, ele é, a um só tempo, modelo prático e teórico, que se impõe ao cientista pela força da evidência. Define, inclusive, quais fatos possuem maior relevância ou prioridade dentre *todos* os fatos que têm possibilidade de se ligarem a uma ciência, sendo que a própria coleção de fatos deve ser orientada, implicitamente, por um corpo de crenças (Stengers, 2002).

O paradigma é então um conjunto de valores comuns a uma comunidade científica, conjunto este que é passado aos estudantes e futuros cientistas através dos manuais e livros, que decide quais pesquisas terão recursos, quais problemas importam e quais soluções são admissíveis, quem é promovido, quem publica artigos, e até mesmo quem sumirá do mapa. A *Ciência normal*, por sua vez, seria a atualização da promessa de sucesso feita por todo paradigma (Hacking, 2005).

Note-se que é possível aplicar a teoria dos paradigmas proposta por Kuhn ao quadro do surgimento³⁸ da Psicanálise. Em um momento de crise paradigmática, no qual as doenças mentais, e principalmente as histerias, evidenciavam que havia diversas *anomalias* no paradigma vigente, a Psicanálise propôs um novo recorte sobre os fenômenos. Estabeleceu outro paradigma que possibilitou soluções que antes não eram possíveis. Tal qual o critério kuhniano, ela fez com que toda uma comunidade científica se formasse em torno desse novo

³⁸ Confere supra, p. 45.

paradigma e desse origem a diversas pesquisas com base em uma idéia comum a todos; a Psicanálise, portanto, corresponderia à fase da Ciência normal. Um argumento que reforça a concepção da Psicanálise enquanto Ciência normal é encontrado na contribuição de Biebel (1999), embora este autor não faça uma alusão explícita à Kuhn. Biebel (1999) afirma que os achados clínicos psicanalíticos, por se encontrarem em um certo grau de consistência e coesão, possibilitaram um progresso da compreensão e tratamento de estruturas psicopatológicas como a histeria, as neuroses obsessivas, as fobias, os transtornos narcísicos da personalidade e as estruturas *borderline*, entre outras. É evidente que todo este progresso estruturou-se a partir de um aprimoramento de métodos de investigação do psiquismo clínicos e extra-clínicos, de conceitos, de hipóteses, e da articulação lógica das mesmas, favorecendo regras de correspondência que pudessem gerar generalizações. Esse caminho percorrido pela Psicanálise ao longo do século XX até os dias atuais não pode ser desvinculado ou dissociado do método científico (Biebel, 1999).

Embora Kuhn (1998) considere a Psicanálise uma pré-ciência, Chavarelli (2003) encontra na teoria dos paradigmas subsídios para a compreensão do significado da Psicanálise enquanto ciência na modernidade, e a inscreve como ciência pós-paradigmática, ou seja, um pensamento que causa rupturas e transcendências permanentes. A autora argumenta que Freud, ainda que altamente treinado no pensamento mecanicista, já não podia dar mais consistência às suas observações clínicas, e, portanto, deveria abdicar de seu paradigma anterior. Ela salienta que o mesmo ocorre na análise pessoal, quando uma pessoa abdica das próprias teorias sobre si mesma, quando a construção de um mundo interno desmorona dando lugar para algo novo. Esse salto requer um luto e nem todos estão dispostos a enfrentá-lo, daí as resistências ao novo paradigma científico e às resistências pessoais. Esta autora acrescenta ainda que, diferentemente de outras áreas da Ciência, a Psicanálise parece se constituir num instrumento de quebra de paradigmas. Ela não só quebrou-os no passado, como continua quebrando, quer na concepção de Ciência, quer nos paradigmas pessoais.

Deve-se notar que aqui a autora estabelece uma analogia e, portanto, uma aproximação entre o que a Psicanálise provoca no âmbito social e na esfera individual. Nesse sentido, a Psicanálise causou um impacto na sociedade ao abalar

a prévia assunção de que o homem, a partir da consciência e da razão, seria capaz de governar plenamente a sua vida e a sociedade. Isso se deu a partir do momento em que a Psicanálise introduziu a noção de processos psíquicos inconscientes, e, portanto, instituiu a irracionalidade humana como um fenômeno atuante na vida do ser humano. Do mesmo modo, essa irracionalidade instituída pela Psicanálise provoca um abalo na vida privada do indivíduo, referindo-se a autora às resistências pessoais. Pensamos que essas resistências pessoais podem ser identificadas não apenas naqueles que se submetem ao processo de análise, como se refere a psicanalista, mas também naqueles que se mostram contrários à legitimação da Psicanálise enquanto um campo de saber.

Isso pode ser observado através da forma enérgica e irônica como esses posicionamentos antagônicos à Psicanálise são expressos. É o caso, por exemplo, do argumento exposto recentemente pelo jornalista científico Horgan (2002), que afirma que a Psicanálise tem explicação para tudo e, ao contrário de hipóteses científicas, essas explicações não são necessariamente testáveis, muito menos falsificáveis. Com uma atitude irônica, Horgan (2002) compara a “onisciência do psicanalista”, em todo o seu esplendor explicativo, à brincadeira de criança “cara-eu-ganho-coroa-você-perde”: se os pacientes não reconhecem que seu transtorno vem de uma relação problemática com a mãe, então é porque essa relação foi *tão* problemática que ele não consegue admitir. Através do argumento desse jornalista científico, podemos perceber o que Chavarelli (2003) ressaltou, referindo-se à mudança de paradigma individual que a Psicanálise instaurou, podendo levar a resistências pessoais. Através de reações como esta de Horgan (2002), vemos a Psicanálise sendo ridicularizada e equiparada a um “achismo especulativo”, não sendo reconhecida como uma teoria fundada em uma minuciosa investigação clínica com todo o seu rigor metodológico, que, com seu argumento apresentado acima, Horgan (2002) despreza.

É interessante o ponto levantado por Chavarelli (2003) ao questionar se a Psicanálise contraria os pilares da Ciência normal – utilizando a conceituação de Kuhn – ou se esta última não tem subsídios para atender às exigências da primeira. A autora reforça a segunda hipótese apontando que a Psicanálise não lida com o discurso manifesto, mas com deslocamentos e condensações inconscientes que se manifestam no discurso. É uma disciplina que rompe com o

pensamento da Ciência normal. Dessa forma ela se localiza num lugar de transicionalidade. Não se caracteriza como uma concepção que se constrói de forma pronta e acabada, mas como algo que está sempre se construindo.

O rompimento com a Ciência normal pode ser notado quando, por exemplo, um paciente comunica algo e é questionado sobre os outros sentidos de sua comunicação, observando-se um rompimento de um sentido pré-estabelecido. O método então rompe com um campo que é dado como único; há uma quebra da realidade como fato consumado. Deve-se ressaltar que quando Chavarelli (2003) afirma que a Psicanálise rompe com a Ciência normal é no sentido de que a segunda não dá conta da inovação da primeira, e não no sentido de desqualificar a cientificidade da Psicanálise. Pois, embora a Psicanálise rompa com a Ciência tradicional de sua época, observa-se uma correspondência com as exigências da Ciência normal. Essa autora, portanto, investiga de que forma a Ciência natural caracteriza uma literatura como científica. Nesse sentido, inicialmente nomeia-se um fato significativo. Em seguida observa-se esse fato e cria-se uma teoria que seja harmoniosa com o mesmo. A partir daí, articula-se essa teoria com o fato, agora observado à luz da teoria. Essas três categorias da Ciência normal possibilitariam a objetividade, comprobabilidade e verificabilidade.

A autora então compara esses pressupostos das ciências naturais com a prática psicanalítica e apresenta a seguinte argumentação: o fato significativo seria o inconsciente na produção do sintoma ou do sofrimento psíquico; o sintoma e seu significado inconsciente são um fato significativamente nomeado e circunscrito como objeto de estudo. Posteriormente, ela descobre as leis do aparelho psíquico e a “linguagem do inconsciente”, e formula sua teoria. Esta, ao voltar-se novamente para o fenômeno, ou para o fato clínico, harmoniza-se perfeitamente, num diálogo que permite fluidez, gerando novos sentidos que se expandem, rearticulando-se *ad infinitum*. Sendo assim, ainda que revolucionária, ela atende às exigências de tal Ciência (Chavarelli, 2003). Note-se que Thomas Kuhn – epistemólogo utilizado por esta psicanalista no intuito de legitimar a cientificidade da Psicanálise – evidencia o peso do aspecto social na produção científica, levando em consideração a importância que têm os consensos políticos e sociais entre os cientistas na realização da Ciência. E é nessa direção que segue Bruno Latour, cujas contribuições serão apresentadas a seguir.

2.5

A Psicanálise e a Ciência como rede

Nosso intuito, em última análise, não reside em enquadrar a Psicanálise em alguma categoria de Ciência, ou comprovar o seu estatuto de Ciência. Entretanto, entendemos que afirmar que a Psicanálise não é Ciência tem um peso, principalmente na sociedade em que vivemos. Portanto, além da discussão epistemológica, é preciso investigar toda essa problemática que envolve Psicanálise e Ciência a partir de uma perspectiva antropológica. Ciência é uma palavra em alta nas sociedades ocidentais. Uma lavagem de tapete, um corte de cabelo, um mapa astral, ganham outro estatuto quando se afirma que são “científicos”. Dessa forma, determinar o modo como a Ciência é produzida, transmitida e exportada é tarefa essencial para a compreensão da sociedade contemporânea. Das diferentes formas de se aproximar da Ciência, a mais tradicional tem sido o estudo da estrutura do suposto “método científico”. Os resultados, tanto no domínio da Filosofia como no da História ou da Sociologia da Ciência, parecem pouco convincentes. A Ciência, central para o progresso, evolui, mas fica difícil atribuir seu sucesso a um método, a um conjunto de regras que todos os participantes do “jogo científico” concordam em seguir.

Latour (2000) mostra que a essência da comunidade científica é criar enunciados, subtrair-lhes modalidades e transladar interesses. Esse autor exemplifica esse processo da seguinte forma: um determinado pesquisador X “acha” que a substância Y é responsável por um efeito cuja medida é Z. Então, tem-se um enunciado a partir do qual podem-se subtrair modalidades e transladar interesses. Para tentar esclarecer em termos práticos, poderíamos pensar, por exemplo, na teoria Geocêntrica. Seguindo o raciocínio anterior, inicialmente concebe-se um enunciado de que a terra é o centro do universo. Tenta-se demonstrar em cálculos matemáticos a fim de fundamentar esse enunciado. A partir daí, é possível subtrair modalidades, tal como conceber que não apenas o sol, mas todos os planetas giram em torno da terra. A etapa de transladar interesses pode ser entendida nesse exemplo da seguinte forma: constroem-se mapas astronômicos, que passam a ser aceitos pela comunidade científica; surge, então, a necessidade de recursos para a implementação de instrumentos e técnicas

a fim de garantir o progresso; há, portanto, interesses envolvidos como investimentos para a aquisição de um novo instrumento para um observatório, por exemplo; tenta-se aumentar, portanto, as alianças entre os membros da comunidade científica, e nesse sentido é preciso que todos se transformem no processo. Em suma, a verdade de um enunciado, ou de um livro, se estabelece na sua circulação, esta realizada em rede e totalmente dependente dos autores envolvidos (Latour, 2000).

Latour (2000), em seu empreendimento de antropólogo da Ciência, propõe que se abram as caixas-pretas, ou seja, que se faça um *flashback* das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente. Se tomarmos duas imagens, uma das caixas-pretas e outra das controvérsias em aberto, veremos que são absolutamente diferentes. A impossível tarefa de abrir a caixa-preta se torna exequível (se não fácil) quando nos movimentamos no tempo e no espaço até encontrarmos o nó da questão, o tópico no qual cientistas trabalham arduamente. Portanto, para que a Antropologia da Ciência obtenha êxito, a entrada no mundo da Ciência deve ser pela porta de trás, a da Ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da Ciência acabada. Para estabelecer uma comparação entre Ciência acabada e em construção, Latour (2000) exemplifica com a diferença entre a estrutura de uma molécula que é ensinada na escola e a mesma molécula sendo investigada por determinado grupo de cientistas, e podendo ainda ser devassada por outro grupo, o que envolve claramente a questão de jogos de poder inerentes à construção científica, sendo que o contexto acaba necessariamente interferindo no conteúdo daquilo que é investigado. É que o processo científico depende de todo um contexto social que envolve laboratórios, agências de financiamento, administradoras, indústrias, editores, fornecedores, ou seja, uma gama de questões políticas e de mercado que manipulam e ditam as tendências das pesquisas científicas (Löwy, 1994).

Deste ponto de vista, é preciso fundamentalmente analisar e revelar as alianças que se estabelecem entre os diversos poderes envolvidos na produção de conhecimento, e o modo pelo qual essas alianças são capazes de construir redes sócio-técnicas (Stengers, 1989). Ao invés da concepção tradicional de Ciência que toma como pressuposto a distinção entre sujeito e objeto, e reduz o conhecimento a apenas um pólo, é preciso concebê-la a partir das alianças estabelecidas em rede

na qual determinado discurso é legitimado em detrimento de outro que não foi incluído na rede. Ou seja, a questão deixa de ser “como um sujeito investiga um objeto”. Com a idéia de rede, o conhecimento não é feito de unidades, mas de dimensões, sem começo nem fim: apenas meio. Não há ponto de origem ou primordial, ele avança através de bifurcações, de encontros imprevisíveis que só poderão se mostrar úteis ou não, produtivos ou não, a *posteriori*. O conjunto é sempre reavaliado a partir de um ângulo inédito.

Aprofundando essa noção de rede introduzida por Latour (2000), deve-se notar, por exemplo, que as leis universais, por mais imutáveis que possam parecer, só são universais em rede, ou seja, qualquer universal só se torna universal em função da rede na qual e em relação a qual ele se constitui como tal. Nesse sentido, o surgimento de objetos científicos não pode estar desvinculado da rede que lhe dá sentido. Latour (2000) aponta dois momentos distintos da Ciência: o primeiro relaciona-se com a produção, o segundo com a estabilização (purificação) das conexões ou alianças entre humanos e não-humanos, que permite a emergência e o posterior estabelecimento dos fatos científicos, e, ainda, da própria natureza. Como tais conexões ou alianças devem ser fortalecidas para a instauração de um fato e da própria realidade, uma boa aliança é aquela que tem a capacidade de alinhar atores. Isso é possível quando as alianças científicas que sustentam uma afirmação encontram-se, por sua vez, baseadas em toda uma rede que as legitima. Sendo que se determinado fato científico não interessar nem possibilitar traduções – traduções entendidas aqui como alianças entre interesses, que, mesmo diferentes, se unem para se tornarem mais fortes –, não será capaz de produzir qualquer efeito sobre a vida dos indivíduos, portanto, ele não será incluído na rede.

Trazendo a discussão para a práxis psicanalítica, se a Ciência, para Latour, se faz a partir de uma aliança entre os humanos e não-humanos, talvez seja possível pensar o próprio *setting* analítico como uma variante dessa aliança. Pois é pela aliança entre um ambiente, um consultório, um divã – atores não-humanos – e o paciente (aquele que fala) e seu analista – atores humanos –, que se pode ter um contato fidedigno com uma verdade, a verdade do sujeito, o Inconsciente, emergido dentro de uma situação específica. A fala do paciente constitui-se como

algo análogo às inscrições dos instrumentos dos outros cientistas, e cabe ao analista a tradução dessas inscrições para que sua Ciência seja feita.

Para Latour (2000), a natureza deixa de ser algo que sempre esteve no mundo para se tornar algo que é construído, juntamente com toda a sociedade. Resgata-se assim a historicidade dos objetos, pois se consegue traçar todos os deslocamentos, alianças e traduções que foram necessárias para que um fato se tornasse realidade e recebesse o estatuto de verdade. Deve-se considerar, portanto, em relação a qualquer objeto científico: a sua emergência, seu ponto de irrupção e a sua existência instável. Nesse sentido, a Ciência não seria uma forma privilegiada de atingir a verdade ou a realidade, tampouco pode ser reduzida às questões sociais puramente humanas, já que aspectos tecnológicos participam desse inter-jogo. Por exemplo, a noção de espacialidade, mais especificamente a distância entre as pessoas, foi modificada com a advento da internet, na medida em que a presentificação de um indivíduo não depende mais do seu corpo físico.

A partir dessa noção, concebe-se que os fatos científicos só existiriam enquanto os procedimentos são repetidos, ou – para falar de forma mais direta – enquanto os textos fazem referência a eles, enfim, enquanto ocorrem traduções em diferentes níveis. Lembrando que por tradução entende-se o estabelecimento de uniões mesmo que às custas de interesses divergentes, mas visando o fortalecimento dos fatos científicos. Ou seja, as conexões são trabalhadas e as alianças são fortificadas a fim de que se possa fechar uma caixa-preta – um fato científico tão solidamente estabilizado que se torne quase impossível questioná-lo. Isso só ocorre quando uma aliança já se encontra plenamente firmada, de forma que há uma verdade científica.

No entanto, no momento da formação dos objetos científicos e das alianças, nem os sujeitos nem os objetos podem prever as conseqüências que surgirão de tal aliança, pois há nela uma indeterminação implícita. Note-se que, para melhor compreendermos como se chega aos fatos científicos, deve-se buscar as controvérsias que ocorrem dentro das comunidades científicas, pois elas são reveladoras do momento no qual as caixas-pretas ainda não foram fechadas, e assim aspectos do processo de produção científica se revelam. Somente na medida em que os procedimentos vão sendo feitos e superados é que o objeto científico emerge: é impossível determinar *a priori* o que seja um objeto científico. Há uma

multiplicidade de tempos e espaços que devem se condensar em um ponto, em um objeto. Após as alianças, tanto os humanos quanto os não-humanos terão sua história modificada, serão transformados, traduzidos, deslocados, permitindo a emergência do fato científico no âmbito coletivo.

Portanto, não se pode diferenciar o conhecimento científico das técnicas e tecnologias que possibilitam, encarnam e sustentam os conhecimentos, ou seja, os sujeitos e objetos que ele cria e a partir daí investiga. Podemos pensar aqui, para ilustrar esse aspecto, sobre os diagnósticos construídos nas DSMs (Manual de Transtornos Mentais), que diferem drasticamente de classificações anteriores e interfere na administração de medicamentos. Surgem novos sujeitos e, portanto, novas drogas para tratá-los; e em função de alianças estabelecidas em rede, determinado diagnóstico ou medicamento se sustenta em detrimento de outros.

O papel do cientista seria, então, o de ser capaz de produzir testemunhas fidedignas que atestem a existência de algum objeto (que ele inventou). Ele é o representante das coisas, seu “porta-voz”, pois elas não falam por si. Os cientistas aliam-se com os instrumentos de forma que são produzidas inscrições, ou seja, dados relevantes para que se possa provar a existência de um objeto. Os instrumentos possibilitam a demonstração da existência de algo. Essas inscrições, por sua vez, serão interpretadas por cientistas fiéis e disciplinados. Os instrumentos produzem testemunhas das coisas e falam com o auxílio dos porta-vozes científicos. Por outro lado, os cientistas devem trabalhar também para que as alianças realizadas se tornem duradouras, e sejam traduzidas e incluídas na rede, ou seja, tornem-se um fato. Considerando a presente discussão a respeito dos debates sobre Psicanálise e Neurociência, podemos pensar que o instrumento, por exemplo, seria o aparelho de PET-scan, cujas imagens coloridas em computador representariam as inscrições. Essas imagens, por sua vez, são consideradas como dados que “comprovam” a existência de um substrato neural da atividade mental. Os cientistas fiéis e disciplinados a que se refere Latour seriam aqui representados pelos neurocientistas, que, por sua vez, usam o instrumento – aparelho de PET-scan – como testemunhas e assim são porta-vozes dessas imagens de modo a incluí-las na rede. E para falar nos termos de Hacking (2005), esses neurocientistas, através da divulgação das neuro-imagens em artigos científicos, estariam atualizando a promessa de sucesso feita pelo paradigma vigente, que nesse caso,

trata-se do paradigma do imageamento cerebral como capaz de elucidar o funcionamento mental.

Um texto científico promove o fortalecimento e tradução das alianças nas quais ele próprio se sustenta, o primeiro porta-voz dos fatos científicos. Em uma etapa inicial, a proposição científica se vincula à coerência total do texto. Ou seja, as afirmações são sustentadas por proposições já consideradas verdadeiras, isto é, apóiam-se em alianças já estabelecidas, já firmes. Uma proposição torna-se fato ou ficção por causa de outras sentenças às quais ela se alia, sendo que os próprios cientistas que se encontram em uma situação de controvérsia são responsáveis pela transformação de verdades potenciais em ficção. Esse aspecto elucidava o motivo pelo qual, ao nosso ver, o neurocientista Eric Kandel (1999) recorre a inúmeras citações de artigos neurocientíficos ao defender que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica, já que ela é melhor em formular hipóteses do que testá-las. Assim, esse autor pode se apoiar em alianças já estabelecidas, tentando fazer com que suas idéias tornem-se fatos. Pois, como vimos acima, uma proposição torna-se fato ou ficção em função de outras sentenças às quais se alia.

Contrariando a idéia de Kandel (1999) de que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica, Stengers (1989) defende, na mesma ótica de Latour (2000), que na Ciência não se trata apenas de teoria, tampouco a Ciência é garantida através do método experimental: ela se caracteriza pela capacidade de criar operadores, que definem, ao mesmo tempo, um objeto e uma prática de medida. Ou seja, um operador abrange o objeto, que legitima uma prática de medida e uma prática de medida que define seu objeto.

Segundo Latour (2000), a Ciência tem como característica mais importante o fato de ser uma prática coletiva. Portanto, não se pode afirmar ou negar fatos científicos de forma isolada. Os textos revelam-se, dessa forma, como um dos melhores e mais eficientes recursos. Assim, quanto mais os textos são citados por outros artigos, mais importantes eles se tornam. A caixa-preta, dessa forma, seria o fechamento de uma discussão e o estabelecimento de um fato através da citação contínua de um determinado texto. É o caso, por exemplo, da *Evolução das Espécies*, de Darwin. A seleção natural tornou-se um fato após inúmeras citações, deslocamentos, traduções e repetições, ainda que, do ponto de vista de alguns

epistemólogos, não possa ser considerado um fato científico, por não poder ser empiricamente comprovada. De modo semelhante à teoria da seleção natural de Darwin, a Psicanálise de Freud, apesar das críticas iniciais de não ser ciência – no máximo uma obra literária –, não se viu impedida de se expandir no campo científico, observando-se assim a proliferação da teoria, pré-requisito para que entre na rede. Nesse percurso da Psicanálise, o pensamento de Freud se desdobrou em diferentes escolas, tais como a kleiniana, bioniana, lacaniana, kohutiana, winnicottiana, etc. Portanto, desde seu surgimento, espalhou-se não só geograficamente, estando atualmente presente em todos os continentes, mas também se expandiu para campos do saber além do seu limite, estabelecendo alianças com diferentes conhecimentos e dando origem a novas práticas e discussões com outras áreas, como é caso dos debates com a Neurociência, dos quais tratamos na presente dissertação.

No entanto, a Psicanálise não tem tanta capacidade de fechar “caixas-pretas”, como as ditas ciências duras, tal qual a Química ou a Física *clássica* – e é aqui pertinente frisar que somente com a Física realizada antes de Plank, Heisenberg e Einstein, dentre outros, isso era possível, já que esses cientistas deram início à falência da Física enquanto modelo de ciência, inaugurando a Física Quântica. A Psicanálise seria considerada uma ciência *mole*, talvez por não gerar tantas inscrições passíveis de provar a existência de determinado objeto.

Latour (2000) aponta que o mais importante para que se feche uma caixa-preta, ou seja, que uma idéia permaneça, é o fato de que ela seja comentada, discutida. Ser reconhecida como previamente correta, verdadeira, é absolutamente secundário. Um conhecimento deve circular, buscar aliados para se fortalecer, e inevitavelmente, responder a críticas e objeções, também para se fortalecer. Mas o fato é que a Psicanálise está aí, desde seu princípio: ela não foi ignorada, pelo contrário. Ela faz alianças, se fortalece, encontra aliados tanto naqueles que a apóiam quanto naqueles que buscam, inutilmente, refutá-la. Pois tentar provar que uma teoria é errada, nesse ponto de vista – da antropologia da Ciência – é também fortalecê-la. Por outro lado, se o texto é esquecido, não há possibilidade de se estabelecerem novas conexões. Para Latour (2000), esse seria o pior destino para um artigo científico: não ser comentado.

A coerência interna dos textos, as conexões que são feitas, são essenciais para que estes apresentem as pesquisas como resultados de procedimentos técnicos confiáveis e inquestionáveis, consequências inevitáveis de fatos já estabelecidos. Dessa forma, é possível fixar uma aliança e ao mesmo tempo protegê-la, pois se retira a força das prováveis oposições ao texto. As afirmações recebem um estatuto de verdade de acordo com a forma com que são utilizadas. A partir do momento em que uma sentença ganha legitimidade e é usada fora dos limites do texto, ela se torna mais independente da cadeia de onde emergiu.

Já que os aliados têm o poder de garantir o caráter de verdadeiro às proposições, o lugar onde o texto é publicado é de enorme importância. Quanto mais forte for esse aliado, maior será o alcance da proposição e mais credibilidade ela terá, ou seja, maior será seu potencial de realizar novas alianças e se introduzir no coletivo. Aqui podemos pensar na publicação, em 1999, da revista *Neuro-psychoanalysis*, que nessa ótica serve para lançar na rede os pressupostos dos psicanalistas e neurocientistas que compartilham da proposta de se construir um campo híbrido, em que aqueles que publicam em tal revista tendem a citar-se entre si, ou àqueles pesquisadores cujas idéias lhes proporcionam uma fundamentação teórica. As citações utilizadas são meios de se estabelecerem vínculos e de dar visibilidade ao texto, de acordo com a importância dos autores citados tanto pelas afirmações que eles embasam, como pelo seu papel no contexto geral da Ciência. Assim os textos anteriores são traduzidos e modificados, de modo que o texto atual torna-se um ponto de referência para o texto anterior. As citações muito óbvias, porém, devem ser evitadas, afinal enfraquecem o artigo, pois não são aliados muito fortes. Como forma de aumentar as relações do texto, os inimigos do texto devem ser apresentados ao mesmo tempo em que se mostram referências que possam dar suporte ao artigo. Dessa forma, consegue-se atacar os autores e mostrar porque devem ser considerados falsos. Assim, ao mesmo tempo em que o artigo se fortalece, ele enfraquece as relações estabelecidas pelos adversários através do ataque a cada uma das suas referências.

Deve-se notar que quanto maior a controvérsia mais técnicos os textos se tornam. Dessa forma, produz-se uma diferenciação entre os níveis em que se encontram o leitor e o autor do texto. O autor está alguns patamares acima do

leitor, que está isolado, cidadão comum e, conseqüentemente, tem suas possibilidades de ação frente ao texto bastante diminuídas. Os detalhes técnicos são uma forma de proteger o autor das críticas do leitor. Como exemplo de recursos técnicos, a utilização de gráficos, tabelas e índices que se tornam estratégias, que não só garantem a credibilidade do texto, como enfraquece o leitor e fortalece o autor, protegendo assim o artigo. O autor se fortalece já que se desloca daquele que escreve o texto para aquele que é mero porta-voz do que os gráficos e tabelas dizem. Nesse sentido, entende-se na perspectiva da antropologia da Ciência proposta por Latour que os “autores dos textos científicos” não são subjetividades, e sim um emaranhado de alianças entre humanos e não-humanos capaz de dar visibilidade a determinados fatos: eles são porta-vozes desses fatos.

Latour (2003) percebe que não basta que os textos captem atenção apenas da comunidade científica. Para que os fatos sejam legitimados, é importante que se estabeleça o máximo de conexões possíveis, e os textos técnicos, devido à sua complexidade, têm uma capacidade menor de captar atenção. Portanto, os aliados mais fortes são aqueles que se encontram fora do ambiente científico, de forma que é fundamental chamar atenção e produzir interesse também no público leigo.

Sendo assim, o texto deve ser organizado de forma que mantenha o interesse dos leitores, de forma que as alianças estabelecidas sejam mais fortes. Ele deve conduzir o leitor a somente um caminho durante a leitura e, ao mesmo tempo, dar a sensação de liberdade. Assim, o leitor não poderá duvidar do que está sendo dito, fortalecendo ainda mais as conexões em direção ao fechamento da caixa-preta. Além disso, os recursos externos dos quais o texto técnico se utiliza impelem o leitor para fora do texto, para o dado. Ou seja, convencem o leitor de que o que ele está lendo não é uma ficção.

O cientista alia-se aos não-humanos e faz com que esses produzam inscrições, que, por sua vez, saem dos instrumentos. É dessas inscrições que os textos tratam, do que ocorre nos instrumentos. Há deslocamentos e traduções necessárias para que se possa publicar um artigo. Os instrumentos, assim, servem para simultaneamente dar visibilidade ao que está no texto técnico e possibilitar a existência de algo que só emergirá a partir de um procedimento específico, por mais corriqueiro que seja. Vê-se como o dispositivo se instala: as inscrições comprovam a existência de algo e o cientista se apresenta como porta-voz dessa

comprovação e das inscrições. Dito de outro modo, os procedimentos são produzidos de forma a legitimar o discurso científico. Os laboratórios, para existirem e se propagarem, devem arregimentar fortes aliados e caixas-pretas capazes de sustentar as afirmações daqueles que produzem novos objetos, novos aliados ainda indefinidos.

É que a unidade de um fenômeno só é comprovada pela unidade dos testemunhos que sobre ele se produziram. É através destes testemunhos inquestionáveis de um fato que as coisas se tornam verdadeiras. O uso posterior dos fatos lhes dará o estatuto de realidade ou ficção: se fizerem efeito no mundo, serão considerados verdades. Caso contrário serão, quando muito, literatura. Aqui podemos lembrar da obra inaugural da Psicanálise, *A interpretação dos sonhos* (1900), que apesar de reivindicada por Freud como um texto científico, como mostramos anteriormente³⁹, recebeu apenas um prêmio de literatura, tendo o seu estatuto de Ciência contestado pelo poder oficial.

Vimos que os fatos dependem das alianças para se tornarem universais, para serem estabilizados na rede e fazerem parte do coletivo, de forma que tudo o que for dito depois dessa estabilização terá que passar por esse ponto. A proliferação da teoria depende inteiramente da proliferação das emergências dos fatos, ou seja, do alcance espacial dos instrumentos, das técnicas, de cientistas fiéis e capazes de repetir e de realizar novas alianças, de buscar novos aliados. A ampliação das redes possibilita a ampliação da Ciência.

Aplicando as idéias de Latour (2000) que tratam do processo de construção científica aos debates sobre Psicanálise e Neurociência – dos quais trataremos a seguir – notamos algumas correspondências. Latour (2000) aponta que a verdade de um enunciado se estabelece na sua circulação, e por isso tenta-se aumentar as alianças entre os membros da comunidade científica. Sobre esse aspecto, note-se que um grupo de neurocientistas e psicanalistas, defensores da *hibridação*, estão promovendo a circulação, através de artigos científicos, do enunciado “verdade” de que a Psicanálise deve experimentalizar-se para tornar-se científica. E cada vez mais cientistas fiéis a esse grupo estão divulgando essa “verdade”, por intermédio, por exemplo, da apresentação de dados obtidos de experimentos laboratoriais, que Eric Kandel designou de *insights* biológicos.

³⁹ Confere supra p. 59.

Estes últimos, por serem supostamente mais válidos enquanto “enunciados verdadeiros”, têm a capacidade de “comprovar” a eficácia da Psicanálise. Entretanto, considerando que a “verdade” não depende de uma definição racional, mas envolve fundamentalmente o terreno da política, consideramos que a proposta desse grupo seria mais uma exigência sócio-política do que propriamente científica. Através desses discursos fica claro, como mostraremos no próximo capítulo, o que o antropólogo da Ciência chamou atenção em termos de jogos de poder, inerentes à construção científica. Há um segundo grupo, denominado *isolamento*, em que novamente se observa essa mesma hierarquização de modelos epistemológicos, porém no sentido inverso. Esse grupo apóia-se no discurso lacaniano, segundo o qual não seria possível o diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência, já que o discurso científico produz um saber consciente, saber que está desarticulado com a verdade do sujeito, sendo que a Psicanálise, ao incluir o sujeito, teria condições de apontar a falha da primeira, a saber, sua insuficiência quanto à verdade. Em ambos os casos – nos grupos da *hibridação* e do *isolamento* – podemos observar que as áreas tentam se fortalecer enfraquecendo as relações estabelecidas pelos supostos “adversários”. Há ainda um terceiro grupo, denominado de *interlocução* que, ao contrário dos outros dois grupos, propõe um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência, respeitando os limites epistemológicos de cada campo.

Para concluir, notamos que algumas definições de ciência têm a capacidade de rechaçar a prática psicanalítica do campo científico, enquanto outras acolhem-na totalmente. O argumento central é que a Psicanálise será ou não ciência de acordo com a concepção de ciência que se tenha, daí a importância de fazer a pergunta sobre o que é a Ciência, afinal. Dessa forma, Latour (2000), na verdade, desloca o problema da cientificidade da Psicanálise para o problema do que venha a ser “Ciência”. Com isso, o que ele faz é mostrar como essa discussão é menos baseada numa idéia de Ciência como discurso verdadeiro, mas na idéia da Ciência como um discurso, dentre outros, já que a definição da verdade não se faz apenas no plano da razão, mas também no terreno da política. Ou seja, a Ciência não evolui de acordo com uma lógica que regularia tanto as teorias quanto as seleções desta, mas através de jogos de relações sociais que se dão no interior das comunidades científicas (Kuhn, 1969).

PSICANÁLISE E NEUROCIÊNCIA: O ESTADO DA ARTE

3.1

A Neuro-psicanálise: elogio ao método experimental

Em 1999, foi publicado o 1º número da revista *Neuro-psychoanalysis*, de cujo corpo editorial fazem parte neurocientistas de renome, tais como o prêmio Nobel Eric Kandel, António Damásio, Oliver Sacks e psicanalistas célebres, tais como Charles Brenner, André Green, Otto Kernberg e Daniel Widlöcher. Pouco tempo depois, em julho de 2000, foi realizado em Londres o 1º Congresso Internacional de Neuro-psicanálise, com a participação de cerca de 300 psicanalistas e neurocientistas — ocasião na qual foi fundada a Sociedade Internacional de Neuro-psicanálise. Desde então, a cada ano, um novo congresso internacional foi realizado, congregando estudiosos de todo o mundo e consolidando as posições teóricas e metodológicas dos que entendem ser necessário estabelecer um campo híbrido entre Psicanálise e Neurociência.

O pontapé inicial para este movimento parece ter sido dado por Eric Kandel (1999), ao expressar com clareza o que acredita ter sido a grande falha da Psicanálise em seu desenvolvimento:

“Muitas áreas médicas progrediram ao incorporar metodologias e conceitos de outras disciplinas, sendo que a Psicanálise falhou nesse aspecto, já que a Psicanálise ainda não se reconhece como um ramo da biologia. Ela não incorporou para a visão psicanalítica da mente os ricos conhecimentos sobre a biologia do cérebro e seu controle do comportamento que foi identificado nos últimos 50 anos” (p. 507).

Ainda que Kandel (1999) reconheça que a Psicanálise revolucionou nossa compreensão sobre a vida mental, oferecendo *insights* notáveis sobre processos mentais inconscientes e, principalmente, a irracionalidade das motivações humanas, ele entende que o mesmo vigor não pôde ser observado nos anos posteriores, pois embora o pensamento psicanalítico continue progredindo, tem havido poucos *insights* brilhantes, com exceção nas teorias sobre o

desenvolvimento infantil⁴⁰. Kandel (1999) acredita que, embora a Psicanálise ainda represente a visão de mente mais coerente e cientificamente satisfatória dentre as que existem, ela entrou no século XXI em declínio por não ter desenvolvido métodos objetivos para testar suas idéias — o que só pode acontecer através de seu fortalecimento a partir de sua aproximação teórica, mas, sobretudo metodológica, com a Biologia em geral e com a Neurociência Cognitiva em particular.

Kandel (1999) discorda da concepção — que ele acredita existir entre os psicanalistas — de que a Psicanálise deveria se contentar com objetivos mais modestos, ou seja, empenhar-se apenas na interação com a Psicologia Cognitiva, disciplina que seria mais diretamente relevante para sua prática clínica. Seu argumento parte da idéia de que o que é mais interessante na Psicologia Cognitiva atualmente, e que será mais interessante no futuro, é a fusão da Psicologia Cognitiva e da Neurociência em uma disciplina unificada, o que chamamos atualmente de Neurociência Cognitiva. Para este autor, somente a partir da união com a Neurociência Cognitiva, a Psicanálise recuperará seu vigor intelectual, pois só assim poderá desenvolver uma nova e convincente perspectiva sobre a mente e suas perturbações. Na sequência — e como era de se esperar —, Kandel (1999) alerta que, para que sejam cientificamente significativas, as interações entre Psicanálise e Neurociência Cognitiva implicarão mudanças em dois aspectos do campo psicanalítico: sua metodologia e sua estrutura institucional.

Relativamente ao aspecto metodológico, Kandel (1999) marca sua posição ao afirmar que “a Psicanálise foi sempre melhor em gerar idéias do que testá-las⁴¹” (p.506). Embora reconheça que a privacidade da comunicação é central para a confiança básica engendrada na situação psicanalítica, considera que isto geraria um impasse, pois só temos as considerações subjetivas do analista do que ele acredita que ocorreu. Ora, reconhecer a importância do sigilo quanto ao que se passa em análise não o impede de contrariar a metodologia utilizada, quando sugere que a Psicanálise deve tomar como exemplo de um bom procedimento científico a ciência comportamental, a qual apresenta a preocupação necessária de

⁴⁰ Isenstadt L: The neurobiology of childhood emotion: anxiety. *Am Psychoanalyst* 1998; 32(3).

⁴¹ No original: “Indeed, psychoanalysis has traditionally been far better at generating ideas than at testing them” (Kandel, 1999, p. 506).

controlar a tendenciosidade do experimentador, o que está fora das preocupações usuais dos psicanalistas.

Para respaldar o seu argumento, o pesquisador nos lembra que, no momento em que Freud trabalhava em sua teoria sobre o determinismo psíquico — cuja idéia central é que todo evento psíquico tem relação de causalidade com o evento psíquico que o precedeu —, Ivan Pavlov desenvolvia na Rússia uma pesquisa empírica a partir da qual identificou um aspecto do determinismo, a aprendizagem associativa⁴². Com isso, Pavlov criou um novo paradigma, que gerou uma mudança permanente no estudo do comportamento, ao mudar a ênfase da introspecção para a análise objetiva do estímulo e da resposta. É exatamente este o tipo de mudança que Kandel (1999) acredita dever ser o objetivo da investigação psicanalítica do determinismo psíquico.

Mantendo sua linha de raciocínio, Kandel (1999) afirma que uma das grandes limitações dos estudos psicanalíticos dos processos psíquicos inconscientes foi a inexistência de um método capaz de observação direta desses processos. Nesse sentido, ele sugere que uma contribuição chave que a Biologia pode atualmente fornecer — através da neuro-imagem e do estudo de pacientes com lesões em diferentes componentes da memória procedimental — é mudar a base do estudo dos processos mentais inconscientes da inferência indireta para a observação direta.

Kandel (1999) argumenta ainda que uma aproximação entre Psicanálise e Neurociência Cognitiva geraria dois avanços para a Psicanálise, um conceitual e outro experimental. Em termos conceituais, a Neurociência Cognitiva poderia prover um novo instrumental teórico para o crescimento futuro da Psicanálise, talvez mais satisfatório que a metapsicologia, ou como sugere David Olds (1997), dever-se-ia reescrever a metapsicologia em base científica.

Deve-se notar que o que está em jogo nesta vertente é a expectativa de que se chegue, em algum momento, a uma teoria capaz de, com um só vocabulário, dar conta ao mesmo tempo dos aspectos físicos e psíquicos da vida mental, ou

⁴² Aprendizagem associativa é um tipo de aprendizagem que envolve a memória implícita, portanto independe da consciência para se consolidar. Ela ocorre quando um estímulo condicionado (EC), que é um estímulo neutro, é associado a um estímulo incondicionado (EI), normalmente um estímulo aversivo, como é o caso do condicionamento por medo. Após a aprendizagem, o sujeito passa a apresentar a resposta aversiva ao EC, que passa a ser associado ao EI.

seja, uma abordagem da experiência subjetiva que promova uma fusão entre o plano das explicações causais e o plano das significações, diluindo a diferenciação entre o plano dos fatos biológicos e o plano das interpretações lingüísticas (Bezerra Jr., 2006).

No que se refere aos aspectos experimentais com que a Neurociência poderia contribuir para a Psicanálise, Kandel (1999) defende que *insights* biológicos poderiam servir de estímulo para a pesquisa, para testar idéias específicas sobre como a mente funciona. A seguir apresentaremos alguns dos *insights biológicos* apresentados por Kandel (1999), que ele acredita poderem estimular a pesquisa em Psicanálise para validar suas hipóteses.

Com a descoberta por Brenda Milner, em 1957, de que existem diferentes sistemas de memória, surgiu a idéia de integrar esses novos conhecimentos da Neurociência Cognitiva a conceitos psicanalíticos. Kandel (1999) questiona, portanto, de que forma é possível relacionar a memória implícita procedimental – exemplo biológico da existência de processos mentais inconscientes – com o inconsciente freudiano. Ele nos lembra que Freud utilizou o conceito inconsciente (*unbewusst*) de duas formas principais. Primeiro, em 1900, referindo-se ao inconsciente dinâmico, ou seja, o que foi defensivamente excluído da consciência. O segundo sentido de inconsciente foi apresentado em *Além do Princípio do Prazer* (1920). Freud se refere aos mecanismos de defesa do *Ego*, assim como hábitos, habilidades perceptivas e motoras, que nunca estiveram acessíveis ao consciente. Tais mecanismos de defesa são observados no fenômeno da transferência (repetição de padrões precoces de relacionamento) graças ao mecanismo da compulsão à repetição. Desses dois inconscientes, apenas o inconsciente referente à parte inconsciente do ego que não é recalcada parece se adequar ao que os neurocientistas chamam de memória implícita procedimental. Nesse sentido, Kandel (1999) defende que talvez sejamos capazes de determinar que sistemas subcorticais medeiam aspectos da memória procedimental que sejam psicanaliticamente relevantes. Entretanto, nos parece que não se trata exatamente de identificar sistemas de memória psicanaliticamente relevantes, mas, ao contrário, o que está em jogo é o pressuposto de que é a metodologia experimental, através, por exemplo, da observação por neuro-imagem, que garantiria relevância à teoria psicanalítica.

É o que parece pensar Kandel quando argumenta sobre “evidências” que comprovam a importância das relações precoces bebê-cuidador na estruturação do indivíduo, que por sua vez confirmariam a relevância da relação transferencial entre analista e paciente. Nesse sentido o autor menciona que a primeira evidência sobre a importância das relações precoces pode ser encontrada nos estudos de Anna Freud relativo ao efeito traumático do desmembramento familiar durante a Segunda Guerra Mundial (Freud, A., 1944). Kandel prossegue argumentando que esse tema foi retomado posteriormente por René Spitz (1945) que comparou dois diferentes grupos de bebês que foram afastados de suas mães. Um grupo foi criado em um orfanato por enfermeiras, sendo que cada enfermeira cuidava de sete bebês; o outro grupo ficava em um lar de enfermeiras, próximo a um presídio feminino, em que os bebês eram cuidados diariamente por suas mães. No final do primeiro ano, as performances motoras e intelectuais das crianças que viviam afastadas de suas mães ficaram prejudicadas; essas crianças passaram a mostrar reduzido interesse e alegria.

Ainda no intuito de buscar fundamentos empíricos para o campo da Psicanálise, Kandel recorre ao experimento de Harlow (1965), que, por sua vez, desenvolveu um modelo animal do desenvolvimento do bebê e demonstrou que macacos recém-nascidos que foram isolados por 6 meses a 1 ano, e depois retornaram para a companhia de outros macacos, apesar de fisicamente saudáveis, apresentavam distúrbios no comportamento. Outras evidências experimentais (Levine & cols; 66-68; ader e grot, 69; Hofer, 70, 71) identificaram um sistema de apego similar nos roedores. Kandel (1999) afirma que apesar de serem mais simplificados, esses estudos com roedores têm um grande alcance, pois genes individuais de ratos podem ser removidos ou induzidos a se expressarem, o que permite relacionar genes específicos com determinados comportamentos.

Kandel aborda ainda a pesquisa de Numeroff (1998), que em seu artigo denominado *Neurobiologia da Depressão*, apresenta a “evidência” de que em pacientes deprimidos há um aumento significativo de liberação pelo hipotálamo de “Fator de Liberação de Corticotrofina” (CRF), ou seja, nesses pacientes os neurônios que liberam CRF estão hiperativos. Uma confirmação desse dado é o fato de que a infusão de CRF no SNC (Sistema Nervoso Central) de mamíferos produz sintomas de depressão, tais como diminuição do apetite, alteração da

atividade do sistema nervoso autônomo, redução da libido, e perturbação do sono. Baseado na evidência de que experiências perturbadoras na infância aumentam a chance de o indivíduo adulto apresentar depressão ou algum transtorno de ansiedade, Numeroff (1998) sugere que essa vulnerabilidade é provavelmente mediada pela hipersecreção de CRF. Essa descoberta pode ter aplicações, já que drogas que bloqueiam a ação do CRF em seus receptores podem ser úteis para certos tipos de depressão.

Aqui identificamos o grande perigo de se realizar nessas pesquisas o reducionismo explicativo e não apenas o reducionismo metodológico. Andrieu (2000) e Ehrenberg (2004) destacam existir, nas ciências experimentais, uma redução metodológica interna, necessária para a constituição de qualquer saber, mas que corre o sério risco de deslizar para uma redução explicativa e ideológica, ou seja, para uma explicação generalizada a partir de resultados parciais ou válidos somente em um campo inicial. Aqui cabe a questão: o que Eric Kandel pretende com essas inúmeras citações de pesquisas neurocientíficas? O que pretende demonstrar afinal? Não se estaria incorrendo aí em um reducionismo ontológico?

D. M. Vuckovich (2003) é um autor que identificamos como pertencente a este grupo, em função da representatividade das suas hipóteses relativamente aos pressupostos da *hibridação*. Esse autor procura compreender alguns conceitos psicanalíticos – recalque (*Verdrängung*) e negação (*disavowal*) – a partir de noções sobre comunicação inter-hemisférica⁴³ cerebral e sua assimetria. Com base na noção de que os hemisférios cerebrais, direito e esquerdo, podem ficar funcionalmente desconectados através da inibição da transmissão neuronal ao longo das comissuras, esse autor sugere que o mecanismo do recalque exerce bloqueio na passagem da informação do hemisfério direito para o hemisfério esquerdo. Já o mecanismo de negação exerce bloqueio no sentido oposto, do esquerdo para o direito, de modo que o conflito psíquico – aqui entendido como informações conflitantes nos diferentes hemisférios – poderia ser evitado a partir

⁴³ A comunicação inter-hemisférica se estabelece através do corpo caloso, de vias do cerebelo, além de comissuras hipocampais anteriores, posteriores e outras comissuras. As lateralidades cerebrais são estabelecidas no período pré-natal, sendo que as características assimétricas e as capacidades de compartilhamento são desenvolvidas ao longo da vida, sendo que a transmissão comissural (inter-hemisférica) se inicia no início da vida e tende a se acelerar, atingindo um estágio bem definido inicial aos três anos e meio, e se torna completo na adolescência (Wexler, 1980).

do aumento do fluxo de informações inter-hemisféricas, enquanto que a diminuição, ou o bloqueio, funcionaria como um aumento do conflito. Tendo em vista essas noções, o autor sugere que o trabalho da análise deve focar numa otimização da passagem de informação inter-hemisférica. De imediato identificamos nesse autor uma atitude reducionista que consiste numa expectativa de tradução da experiência subjetiva em termos biológicos.

Prosseguindo a sua argumentação, o autor sugere que tal otimização da comunicação inter-hemisférica pode ser feita através da metáfora. Esta, por sua vez, constitui um estímulo ambíguo, apelando para o hemisfério esquerdo de forma lingüística e para o direito através de significados não lingüísticos⁴⁴. Ela permite a existência de pontes neuroanatômicas funcionais, ou vias de conexão neural que nunca poderão ser vistas sob um microscópio, mas que fomentam que os hemisférios cerebrais colaborem entre si. A Psicanálise, através do uso de metáforas na interpretação, cria condições para que haja a conexão entre os dois hemisférios, conexão que é capaz de superar o recalque e a negação. Essas idéias levaram o autor a concluir que “atingir um alto grau de integração hemisférica pode estar associado a um tratamento psicanalítico bem sucedido” (p. 27), e isso se torna possível já que “em pessoas analisadas (*psychoanalyzed persons*), o hemisfério esquerdo aprende a não ignorar os sinais do hemisfério direito” (p. 24-25, nota de rodapé nº 6).

O autor relaciona esses conceitos psicanalíticos – recalque e negação – a conceitos da Neurociência Cognitiva – memória episódica e semântica⁴⁵. Segundo o autor, no recalque é a passagem da memória episódica para a semântica que fica bloqueada (bloqueio do direito para o esquerdo). A experiência pessoal não pode ser pensada ou tornada consciente. Já no mecanismo de negação (bloqueio do

⁴⁴A linguagem verbal é regulada primordialmente pelo hemisfério esquerdo – área de Broca (expressão da fala) e área de Wernicke (compreensão da fala) – enquanto a linguagem não-verbal, a prosódia (componente afetivo da fala, musicalidade, entonação e inflexões da fala, além de gesticulação) envolve uma região no lobo frontal direito e outra no lobo temporal também do hemisfério direito, homólogas às áreas de Broca e Wernicke, que estão relacionadas à expressão e a compreensão da prosódia, respectivamente (Cheniaux, 2002).

⁴⁵Trata-se de dois tipos de memória explícita, sendo que a memória episódica está relacionada ao hipocampo, e demais estruturas do complexo hipocampal, e ainda ao diencéfalo, ao giro do cíngulo, e às regiões ventromediais e dorsolaterais do córtex pré-frontal. Refere-se a experiências pessoais, e por isso é também chamada de memória autobiográfica. A memória semântica não está restrita a uma única região. O conhecimento sobre determinado objeto está armazenado em várias áreas do neocórtex ao mesmo tempo, e cada área, em função de sua especialização, está relacionada a um aspecto diferente do mesmo objeto (Cheniaux, 2002).

esquerdo para o direito), o que é apreendido de forma semântica, no nível do hemisfério esquerdo, em termos de linguagem e categorias lógicas, não pode ser traduzido para o hemisfério direito, episódico, relativo à experiência pessoal, já que o afeto fica eliminado do seu correspondente ideativo, ou representacional. Com isso conclui-se que a consciência do *self*, que chamamos de “eu”, requer que a experiência pessoal (*self experience*) do cérebro direito – a memória episódica – seja traduzida em linguagem verbal (Basch, 1983). Vuckovich (2003) defende a existência de um lócus anatômico para os conteúdos mentais inconscientes, e se apóia em Ferenczi (1926), que, por sua vez, sentia que o lado esquerdo do corpo – hemisfério direito – parecia mais em contato com o inconsciente, uma observação que está de acordo com o atual conhecimento da Neuropsiquiatria. Sobre esse aspecto, foi observado que as emoções são expressas de forma mais intensa no lado esquerdo da face, que está sob o controle do hemisfério direito (Sackheim, Gur, e Saucy, 1978).

A partir das idéias de Vuckovich (2003) podemos concluir que quando o autor pontua que seu objetivo principal é demonstrar que o trabalho da análise deve focar uma otimização da passagem de informação inter-hemisférica, ele está exercendo uma atitude *fisicalista*, que consiste na eliminação de descrições psicológicas em favor de descrições físicas, de modo que as noções de conflito intrapsíquico e fluxo inter-hemisférico se confundem. Mais ainda, fica clara uma atitude reducionista no sentido de uma expectativa de tradução exaustiva da experiência subjetiva em termos biológicos, quando o autor afirma que o hemisfério esquerdo do paciente analisado aprende a não ignorar os sinais do hemisfério direito. Aqui vale lembrar a posição de Freud, que respaldado no paralelismo psicofísico do neurologista inovador Hughlings Jackson, defende que o psíquico deve ser teorizado em seus próprios termos para que se obtenha sucesso terapêutico.

Robert Clyman foi considerado, em nossa investigação, como um componente do grupo da *hibridação*. Clyman (1991) pretende mostrar de que forma saber sobre a existência de um sistema de memória implícita, identificado pela Neurociência Cognitiva, pode ajudar o psicanalista a exercer sua “ação terapêutica”. Ele parte do pressuposto de que é no nível do registro implícito que ocorre propriamente a mudança terapêutica, sendo o domínio verbal, ou

simbólico, apenas coadjuvante no processo de mudança psíquica. O autor aborda, portanto, noções da Neurociência Cognitiva relacionadas à memória e seus diferentes sistemas (memória implícita, ou de procedimento e memória explícita, ou declarativa), e as articula com conceitos psicanalíticos tais como transferência, compulsão à repetição e *insight*. A formulação das suas hipóteses resulta, ao nosso ver, numa construção teórica híbrida.

Deve-se notar que Bezerra Jr. (2006) defende que “as pesquisas neurobiológicas sobre (...) [o] uso das memórias implícita e declarativa (...) elucidam aspectos cruciais desses fenômenos e cujos resultados não desafiam os postulados psicanalíticos (porque não pretendem substituí-los) (...) [de modo que] essa é a parte⁴⁶ do diálogo entre as disciplinas” (p. 53). Discordamos desse ponto específico, já que, como veremos a seguir, o que parece ser apenas um diálogo acaba por conduzir a uma confusão conceitual, pois epistemologicamente eles estão operando com conceitos oriundos de campos diversos. Por esse motivo inserimos o autor Robert Clyman no grupo da *hibridação*, além de Daniel Stern, que, por sua vez, oferece alguns desdobramentos às hipóteses de Clyman.

Clyman (1991) destaca o conceito neuropsicológico de *organização procedimental da emoção*⁴⁷, que designa a forma como as vivências emocionais são registradas sem a participação do registro simbólico ou da fala. Mais profundamente, tal conceito aponta para o fato de que, apesar de não poderem ser lembradas, tais vivências manifestar-se-iam de forma automatizada, tornando-se um padrão emocional repetido de forma automática.

Por exemplo, crianças pré-escolares que sofrem maus-tratos, embora não possam representar seus afetos simbolicamente, ou seja, verbalizá-los, podem expressá-los através da ação. Confirmando o que todo psicanalista de crianças sabe através de sua experiência clínica e de seu conhecimento tácito, Buchsbaum e Emde (1990 apud Clyman, 1991) e Bretherton et al. (1990 apud Clyman, 1991)

⁴⁶ A outra parte a que Bezerra Jr. (2006) se refere diz respeito à idéia de fusão entre as disciplinas, por exemplo, traduzindo fenômenos inconscientes em termos cerebrais, ou mecanismos de defesa em termos de comunicação inter-hemisférica (Vuckovich, 2003). Aqui agrupamos ambas as partes a que Bezerra Jr. (2006) se refere em um mesmo grupo, denominado de *hibridação*.

⁴⁷ Esse conceito utilizado por Clyman (1991) corresponde, aproximadamente, ao conceito de *Memória Emocional* cunhado posteriormente por LeDoux (2001), como um dos sub-tipos da memória implícita, mas que se refere ao registro de experiências emocionais. Outro sub-tipo de memória implícita seria a “memória de procedimento” que se refere à aquisição de habilidades motoras. Clyman (1991) não faz essa distinção entre os dois sub-tipos e os enquadra em um único sub-tipo, designando de *organização procedimental da emoção*.

verificaram que as crianças são capazes de repetir as situações que vivem e reproduzir as emoções inerentes a cada situação através de bonecos que representam os personagens de suas vidas. Mas, quando indagadas a respeito do seu sofrimento, não são capazes, em função da tenra idade, de traduzir essas experiências em linguagem falada.

A partir dessa diferenciação dos dois sistemas de memória, Clyman (1991) aponta duas formas de mudar o que ele chama de procedimentos emocionais⁴⁸, que podem ser alcançadas pela ação terapêutica: o *insight* e a *relação afetiva empática*; o primeiro ocorrendo em nível explícito, enquanto o segundo refere-se a registros implícitos. Nessa ótica, segundo Clyman (1991), não seria tão relevante para a mudança psíquica a aprendizagem explícita dependente da fala do analista. Ou seja, o efeito da psicanálise seria devido a processos implícitos que ocorrem concomitantemente aos verbais no correr da relação transferencial. Deve-se notar que Clyman (1991) atribui ao fenômeno do *insight* processos explícitos, já que “no *insight* ocorre a experiência emocional de uma nova informação explícita” (p. 371). Entretanto, “o *insight*, indiretamente, tem o poder de alterar procedimentos emocionais pré-existentes”, para o que o sentimento de confiança (implícito) dentro do *setting* analítico “ajuda o paciente a não rechaçar o *insight* e aceitar a interpretação do analista” (p.372). Ou seja, o que o autor sugere é que não é propriamente o *insight* o responsável pelas transformações psíquicas duradouras, mas que seu efeito torna-se possível quando há uma relação empática favorável ocorrendo concomitantemente em um nível subjacente. Clyman (1991) postula, portanto, que a evolução do processo analítico depende fundamentalmente do aprendizado implícito, o único capaz de modificar os padrões de procedimentos emocionais que estão automatizados.

Investigando a mudança psíquica a partir das noções da Neurociência Cognitiva, Clyman (1991) complementa sua argumentação como veremos a seguir. A aprendizagem de procedimento ou implícita segue duas etapas: (1) etapa dos procedimentos controlados e (2) etapa dos procedimentos automáticos. Isso pode ser exemplificado no processo de aprender a dirigir. Inicialmente os movimentos de apertar o pé na embreagem e passar marcha não têm coordenação.

⁴⁸ Os procedimentos emocionais são construídos de forma implícita e organizam as expressões das emoções através de diferentes canais, tais como gestos, entonações vocálicas etc. quando ainda não há possibilidade de expressão simbólica através da fala.

Lembramos das regras mais do que sabemos executá-las. Isso seria o procedimento controlado. Já na segunda etapa, do procedimento automático, este não requer a participação da atenção nos movimentos específicos, sendo possível realizar outra ação simultaneamente. Deve-se notar que o procedimento controlado é mais fácil de alterar, pois ainda não está tão automatizado, enquanto o procedimento automático, embora corresponda a uma maior eficiência no processo, tende a ser mais resistente à extinção.

Apoiado nestas noções das duas etapas da aprendizagem procedimental, Clyman (1991) defende que o objetivo da análise é aumentar a flexibilidade das estruturas de controle emocional, já que estas podem ser automáticas ou controladas. A flexibilização das estruturas de controle permitiria selecionar procedimentos mais ajustados às situações. A esse respeito vale indagar: Será que essas etapas elucidam de forma fidedigna a complexidade do processo analítico e suas vicissitudes na relação transferencial? Não haveria aqui uma indiscriminação conceitual?

O mesmo se observa quando Clyman (1991) defende que as defesas do ego, identificadas por Freud (1920) como mecanismos que constituem sua parte inconsciente, podem ser entendidas como procedimentos afetivos (formas automatizadas do sujeito agir emocionalmente e de se relacionar constituídas como registros implícitos), já que a definição de Freud está de acordo com o entendimento cognitivista. Ora, Clyman afirma que Freud está de acordo com o entendimento cognitivista. Não seria o contrário? Vale lembrar que quando Freud afirma que “devemos saber mais sobre o ego, pois grande parte pode ser inconsciente” (Freud, 1920, p. 33), ele identifica mecanismos de defesa do ego que jamais chegam à consciência senão através da sua manifestação na transferência. Mais ainda, esses padrões do *Ego* obedecem a tal resistência à mudança que a simples interpretação do recalcado não é suficiente. Nesse mesmo artigo (1920), Freud identifica o motivo da permanência dos sintomas e passa a conceder ao *Ego* a importância nas psicopatologias e no tratamento antes atribuída ao *Id* e ao conteúdo recalcado, e percebe que, somente através da repetição (e de sua interpretação), seria possível transformar padrões do *Ego*. Portanto, de modo semelhante a Freud, e não o contrário, a Neurociência Cognitiva afirma ser a repetição necessária para haver aprendizagem procedimental. Nesse ponto,

entretanto, questionamos a tentativa de Clyman de traduzir a idéia de “defesas inconscientes do *Ego*”, da Psicanálise, em “procedimentos emocionais” da Neurociência Cognitiva, pois fica evidente que o autor está exercendo uma tradução dos conceitos, típica do grupo da *hibridação*, e não uma articulação dos mesmos. Lembremos que Clyman (1991) tem como objetivo *explicar como ocorre a mudança durante o tratamento psicanalítico* (algo concernente ao campo da Psicanálise), sendo que essa *explicação* se daria *a partir de conceitos e comprovações da Neurociência Cognitiva*, noções que foram construídas a partir de outra metodologia, como a aplicação de testes de memória em pacientes amnésicos. Note-se que não necessariamente se observa um acréscimo à teoria psicanalítica, mas fenômenos da clínica psicanalítica sendo explicados a partir de noções de outra área, que não da Psicanálise.

Daniel Stern (1998) deu seguimento à contribuição de Clyman (1991), baseando-se também na distinção entre aprendizagem implícita e explícita, e levantou a seguinte questão, semelhante a de Clyman (1991): como é possível atingir a mudança terapêutica na terapia psicanalítica? Stern (1998) sugere que a mudança ocorre nesses dois domínios: no domínio explícito, através da interpretação capaz de gerar *insights* no paciente ao tornar consciente o inconsciente, e no domínio implícito procedimental, através do que o autor chama de momento de encontro (*moment of meeting*), que se refere a momentos específicos na relação analista-paciente, capazes de gerar mudanças no conhecimento relacional implícito (*implicit relational knowing*) do paciente. De acordo com esta teoria, quando uma mudança ocorre no ambiente intersubjetivo, um momento de encontro terá precipitado esta mudança. Ações mentais subseqüentes são formadas nesse novo contexto e eventos passados são reorganizados. Esse autor salienta que nenhum destes dois domínios de ação terapêutica tem papel privilegiado sobre o outro: eles permanecem como fenômenos separados que podem agir juntos, reforçando-se mutuamente. O que pretende frisar é que o reconhecimento de que existe “algo mais” (*something more*) do que a interpretação — um processo implícito relativo ao relacionamento da dupla, ocorrendo concomitantemente com o que é falado na análise — pode ser de grande auxílio para o analista na escolha do momento adequado para intervir. Ou seja, o analista deve poder recorrer ao seu próprio conhecimento implícito da

relação e investigar se o contexto é propício para o paciente processar a informação e atingir um *insight* esperado. Portanto, poder-se-ia presumir que, se o analista sentir que o contexto relacional implícito não é propício, ele deverá esperar até que um novo “momento de encontro” ocorra, modificando assim o contexto atual e abrindo caminho para que novas informações possam ser recebidas e processadas, gerando o *insight*. Stern (1998) defende que o que se observa como efeito terapêutico duradouro em pacientes analisados resulta fundamentalmente de mudanças no domínio implícito, sendo que muitas terapias falham ou são terminadas não por causa de interpretações incorretas ou intoleráveis, mas por se perder a oportunidade de se valorizar momentos significativos da interação.

Para fundamentar sua teoria sobre o “momento de encontro”, o autor recorre ao *princípio da teoria geral dos sistemas* e argumenta que um elemento (momento de encontro) pode reorganizar o sistema (relação intersubjetiva), de forma que uma nova configuração será observada e não apenas a soma de um elemento isolado, de modo que há uma modificação no contexto anterior da relação analista-paciente. E afirma que uma aplicação do mesmo princípio (da teoria geral dos sistemas) foi demonstrada no campo da Neurociência referente à organização da fisiologia neural em cérebros de coelhos. Freeman (1994 apud Stern, 1998) demonstra que no cérebro de um coelho a descarga neural ativada por diferentes odores cria um diferente padrão espacial. Quando um novo odor é apresentado, não apenas este estabelece um padrão próprio, mas os padrões de odores previamente estabelecidos são alterados. Passa-se a observar um novo contexto olfativo, e cada elemento pré-existente sofre alteração em termos de sua organização neurofisiológica espacial. Observamos aqui que a comparação de Stern (1998) entre a organização dos padrões de relacionamento analista/paciente e a organização dos padrões neurais do cérebro de coelhos reforça nossa visão de que este autor pertence ao grupo da *hibridação*, na medida em que se baseia nos resultados parciais de uma pesquisa da Biologia – parciais em função da redução metodológica interna, inerente a este campo –, e desliza para uma redução explicativa e ideológica, a partir da extrapolação da explicação biológica para o fenômeno da relação terapêutica.

No Brasil, Yusaku Soussumi⁴⁹ (2003) é um dos pioneiros da Neuro-psicanálise. De forma aparentemente contraditória aos objetivos epistemológicos da Neuro-psicanálise, ele defende inicialmente que Psicanálise e Neurociência sejam ciências com objetos e métodos próprios de investigação, não sendo possível reduzir uma à outra. Ele afirma que um dos aspectos fascinantes dos estudos das duas ciências é o fato de serem manifestações de uma única realidade: a Neurociência lida com a faceta desta realidade envolvendo as estruturas celulares, cerebrais, biomoleculares, enquanto a Psicanálise aborda a faceta referente aos fenômenos mentais propriamente ditos, ou seja, a subjetividade, a condição extrema que define o humano. Não haveria, portanto, qualquer metodologia capaz de unificar os dois campos em um só. Como exemplo, Soussumi (2003) salienta não haver o risco de interpretar uma situação transferencial em termos neurocientíficos, dizendo ao paciente que ele está funcionando com as energias derivadas do seu sistema dopaminérgico meso límbico circulando nas sinapses responsáveis pelas memórias das situações vividas com seu pai, que estão localizadas nos núcleos basais do prosencéfalo. E esclarece que as interpretações das situações edipianas devem ser interpretadas dentro dos moldes psicanalíticos.

Soussumi (2003) alerta ainda que se deve evitar confundir Neuro-psicanálise com Neuropsiquiatria, já que esta última é, de fato, uma modalidade da Psiquiatria em que os aspectos orgânicos, cerebrais, são prevalentes sobre os aspectos mentais, na avaliação diagnóstica e no tratamento. Portanto, parte do temor que muitos psicanalistas demonstram se deve a essa analogia. Soussumi (2003) sugere que este também é o pensamento presente dos neurocientistas que buscam a correlação entre essas duas áreas. De acordo com Soussumi (2003), contudo, a Neuro-psicanálise, em seu trabalho de investigação em duas vias, deve pretender consolidar cientificamente os conceitos metapsicológicos resultantes de observação acurada em anos de testagem na prática psicanalítica. À Neurociência caberia auxiliar no reconhecimento e na correção dos erros, na afinação e na apuração dos dados imperfeitos e na correlação dos fenômenos psíquicos com os

⁴⁹ Yusaku Soussumi é membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, membro da Sociedade Internacional de Neuro-psicanálise, membro do Centro de Estudos e Investigação em Neuro-psicanálise de São Paulo.

fenômenos neurais concomitantes ao nível dos órgãos, das células e das moléculas.

É interessante notar a contradição de Soussumi (2003) quando, apesar de afirmar que Psicanálise e Neurociência são duas ciências que possuem objetos e métodos próprios de investigação, defende que a Neurociência poderá consolidar cientificamente conceitos metapsicológicos e apurar dados imperfeitos. Ou seja, a partir de sua primeira afirmação, poder-se-ia supor que, ao se tratar de metodologias diferentes, seria através do próprio método psicanalítico que se tentaria apurar os dados imperfeitos, e não com outra metodologia, como sugere sua segunda afirmação. Mais ainda, embora afirme que cada área tem a sua especificidade teórica e metodológica, o próprio autor, mais adiante, parece enxertar conceitos da Neurociência Cognitiva para formular hipóteses sobre a teoria da técnica psicanalítica.

Nesse sentido, com base em noções neurocientíficas sobre atenção, percepção e memória implícita, Soussumi (2004) sugere uma nova forma de se trabalhar a técnica psicanalítica. Ele introduz esse tema admitindo que não notava nos seminários clínicos dos institutos de Psicanálise a preocupação dos analistas se os pacientes estavam em condições de localizarem em si o que era interpretado, e afirma que na medida em que na Psicanálise estamos lidando com questões do aprisionamento do Homem às suas raízes filogenéticas e ontogenéticas, as formas de funcionamento que os pacientes apresentam no *setting*, na relação com o analista, seriam formas automáticas. Portanto, ele alerta que mostrar de uma forma global o que se passa com o paciente, ou seja, fazer uma interpretação – por mais corretas que sejam as apreensões do analista – pode deixar o paciente confuso e perseguido, pois na verdade não tem a percepção dos registros de memória que estão em funcionamento. Isto que ele considera uma falha da técnica o levou a utilizar um recurso de dirigir a atenção do paciente para si, em termos do que lhe ocorria na sua consciência, seus pensamentos, afetos, emoção e postura, fazendo com que o paciente tivesse percepção de seus procedimentos emocionais automáticos. E acrescenta que uma vez que a memória procedimental ou implícita, por funcionar automaticamente, dispensa a atenção e o exercício da percepção, a partir do momento em que a atenção se faz presente (atenção

voluntariamente seletiva), surgiria, uma modificação no nível de consciência do paciente.

Assim como Clyman (1991) e Stern (1998) com suas teorias sobre “organização procedimental da emoção” e “momento de encontro”, respectivamente, Soussumi (2004) sugere que se dê “atenção ao registro de memória implícita”, o que significa introduzir na técnica psicanalítica conceitos da Neurociência Cognitiva. Esse autor introduz ainda, ao falar da técnica psicanalítica, o conceito de memória de trabalho⁵⁰, e afirma que, ao exercitar essa atenção focal, passa a entrar em cena a memória de trabalho e, dessa forma, além da memória implícita que se manifesta na transferência, a memória de trabalho também entraria em ação, permitindo assim um tempo para possibilitar a percepção da memória implícita.

Soussumi (2004) acrescenta que a percepção, por se tratar de uma função executiva, tem como contraparte biológica a região do pré-frontal. A função da atenção envolve núcleos lateral, dorsolateral do lobo pré-frontal, e do cíngulo anterior, de modo que a ligação entre esses núcleos responsáveis pela atenção e esse tipo de percepção – e o fato de estarem ligadas com a linguagem –, conduzem à possibilidade de uma função conjugada situada no hemisfério esquerdo, onde residem as funções cognitivas conscientes, o que corresponderia à instância secundária, que se distingue da instância primária, que por sua vez é baseada no automatismo e nos registros básicos de memória. O fortalecimento dessa instância secundária resultaria em modificações nas conexões neurais. Ao longo do tempo, onde antes havia a repetição irrefreável das ações, e das experiências emocionais, passa a existir uma resposta nova, pensada, optada. Constitui-se uma nova conexão neuronal que antes não existia. Ocorrem modificações que se processavam no nível das respostas orgânicas, emocionais e cognitivas. Aqui podemos observar que o autor explica a mudança terapêutica do

⁵⁰ A memória de trabalho é um tipo de memória de curto prazo, que consiste na habilidade de manter informações em um nível consciente por um período relativamente curto de tempo a fim de realizar alguma tarefa cognitiva. Está organizada de forma que informações visuoespaciais e auditivas são captadas pelos órgãos receptores dos sentidos e são transmitidas para uma central executiva, e em seguida comparadas com as memórias preexistentes de longo prazo. Portanto a memória de trabalho é uma interface entre percepção, atenção e memória de longo prazo, em que essas diferentes funções se articulam a fim de aprimorar a realização de determinada tarefa (Cheniaux, 2002).

paciente em análise fazendo referência aos substratos neurobiológicos, o que, pelo fato de gerar uma tradução de conceitos, ou seja, uma substituição dos mesmos, não poderia receber outra designação senão a de uma postura de *hibridação*. O autor então conclui suas supostas elucidações sobre a técnica psicanalítica afirmando que, com seu trabalho enfocando na atenção e na percepção (autopercepção), ele abria a porta de acesso da consciência aos fenômenos mais primitivos situados nos núcleos subcorticais, onde *residem* em realidade o inconsciente freudiano e todos os registros somáticos. Ora, não seria uma falácia afirmar que o inconsciente freudiano *reside* nos núcleos subcorticais? Lembremos que Freud (1900), ao elaborar a 1ª tópica do aparato psíquico – cujas instâncias psíquicas eram o inconsciente, pré-consciente e consciente – afirma que não pretende determinar a localização psíquica por qualquer modo anatômico. Ele permanece no campo psicológico e propõe representar o instrumento que executa as funções mentais. Parece haver aqui, portanto, uma atualização do localizacionismo, quando se pensava que as idéias estariam localizadas em áreas específicas do córtex cerebral.

Soussumi (2004) admite que refletia sobre o que ocorria na intimidade das estruturas neurobiológicas que *resultava* em modificações psíquicas. O autor afirma que encontrou *confirmações* em alguns pesquisadores. Ele cita as pesquisas de Luria (1973, 1980), M-Marsel Mesulan (1990) e Derryberry & Tucker (1992) que identificaram conectividades que se formam de forma ascendente e descendente das regiões subcorticais para as corticais e vice-versa, envolvendo estruturas como a ínsula e o cíngulo anterior. Além de outras evidências que apontam para um aumento do funcionamento do cíngulo anterior nos indivíduos com grande *insight* social, e que mostram maturidade nas situações de vida. Nos casos em que há perda de autocontrole freqüente, existe um baixo nível de funcionamento do cíngulo anterior (Posner e Rothbart, 2001). Allman (2001) aponta que exames de EEG, PET, fMRI e estudos de lesões indicam que o cíngulo anterior tem um importante papel no auto-controle emocional, e nas respostas adaptativas às situações de mudança. Para Albright (2001), a área dorsal do cíngulo anterior está envolvida na seleção de estímulo em um conflito entre dimensões racionais, e a área ventral serve à função similar para os conflitos emocionais. Aqui alguns pontos nos intrigam. Questionamos qual seria o

propósito desse autor ao buscar *confirmações* para os achados da clínica psicanalítica. Será que ele considera ser mais acurada a explicação de que *a perda de auto-controle envolve o córtex cingulado anterior*? Não haveria aí um reducionismo explicativo ao tentar extrapolar essa noção para a compreensão subjetiva de tal fenômeno? Em que isso pode ajudar quando o psicanalista for tratar de seu paciente que apresente dificuldades de autocontrole? Em psicanálise as dificuldades e potencialidades do paciente são investigadas em termos dinâmicos, na relação tranferencial, de modo a contextualizá-las à sua história de vida, à qualidade de seus relacionamentos, e a uma gama de fatores não reduzíveis ao lócus anatômico ou ao fluxo neurofisiológico. O que esses experimentos estão confirmando exatamente? Nos parece que são apenas diferentes metodologias que investigam tais fenômenos a partir de um enfoque diferente.

Com base nessas evidências experimentais, que julga serem *confirmações* aos achados da clínica psicanalítica, Soussumi (2004) defende que o fortalecimento – no nível da consciência – das funções de atenção, percepção e volição, aliado ao fortalecimento das funções executivas ligadas à simbolização e à linguagem, podem ser atribuídos à Instância Secundária. Estas funções seriam capazes de se opor às imposições que surgem da Instância Primária constituída pelos registros de memória. Segundo o autor, tais funções secundárias deveriam estar localizadas nos núcleos executivos pré-frontais do hemisfério esquerdo, e os registros de memória estariam situados no hemisfério direito, encontrando respaldo nos trabalhos de Passingham (1998). As conexões que se estabelecem quando Instância Secundária age sobre as situações impostas pelas memórias, alterando os rumos de sua ação, se fazem entre estes núcleos executivos pré-frontais (dorso lateral) do hemisfério esquerdo, e o núcleo órbito-frontal situado no lobo pré-frontal do hemisfério direito. Aquilo que seria esse caminho evolutivo ascendente de controles mais desenvolvidos até chegar no órbito-frontal raramente acontece, no entanto, de forma integral e harmônica. As circunstâncias adversas e traumáticas que ocorrem no decorrer da evolução ontogenética interrompem esse circuito evolutivo, criando núcleos dissociados de estruturas que mantêm no registro as formas de funcionamento que acometeram, naqueles momentos evolutivos, os seres. Esses núcleos escapam desse esquema elaborativo, integrativo e evolutivo. Persistem como núcleos de funcionamento não integrados,

que poderão ficar aparentemente quiescentes por um tempo. Quando despertam, porém, afetam as formas de funcionamento do indivíduo, sem que este tenha consciência, ou irrompem de forma brutal na consciência como um elemento estranho, provocando desordem e sofrimento. Dependendo do momento crítico, da intensidade e da duração, estas situações traumáticas chegam a impedir que outros níveis de integração sejam alcançados, como os casos de psicose infantil e situações *borderline*.

Soussumi (2004) defende que só interpretações psicanalíticas clássicas são insuficientes. Ao enfatizar, durante a sessão de análise, a atenção e percepção – em detrimento da primazia da interpretação –, novas situações emergem. Estas são identificadas e compreendidas pelas conexões estabelecidas entre os núcleos das centrais executivas da atenção e percepção, que envolvem o núcleo orbitofrontal. Tais conexões restauram a possibilidade do paciente conectar as experiências dissociadas, ocorridas nos níveis subcorticais, que outrora escaparam da ação elaborativa e integrativa. Depois de um tempo, os pacientes adquirem a condição de interferir nos estados que emergem, com o fim de abrandarem as intensidades das reverberações dos circuitos neuronais que provocam os sintomas psíquicos. A conquista evolutiva da cognição vai permitir que o sistema de auto-regulação esteja subordinado à função executiva da consciência e do pensar, o que significa que os seres humanos ganham controle sobre as emoções, sobre as ações, sobre si e sobre o meio. Portanto, o homem se abre para as possibilidades que a conquista do lobo pré-frontal, pela evolução biológica, lhe permitiu (Soussumi, 2005).

Outro ponto que Soussumi (2004) discute refere-se ao sucesso do trabalho analítico como dependente de uma aproximação entre o modelo da relação analista/paciente e o modelo da relação mãe/bebê. Ele baseia-se em noções neurocientíficas de que a comunicação mãe/bebê e as funções maternas se situam no hemisfério cerebral direito, uma área ontogeneticamente mais antiga do cérebro. Caracterizada como prosódia, nesta comunicação o significado das palavras não é considerado, mas sim a entonação, a modulação, a melodia, ou ainda, o significado afetivo emocional, incluindo as comunicações que não envolvem a fala, como a postura, movimentos, gestos corporais, as expressões faciais. Segundo o autor, *torna-se cada vez mais evidente pelas verificações*

*neurocientíficas*⁵¹ (Fleming e cols., 1999; Schore, 1994) que a regulação materna infantil que ocorre desde os momentos iniciais do pós-natal do bebê, fundamental para as formas de regulação somatopsíquica do ser para toda a vida, se faz reciprocamente através dos hemisférios cerebrais direitos da mãe e do bebê. Ele conclui, portanto, que uma comunicação analista/paciente que alcança tal estado de prosódia tem o potencial de possibilitar o trabalho elaborativo das situações que emergem na relação psicanalítica. O trabalho de identificação pela percepção dos fenômenos afetivo-emocionais, junto à elaboração simbólica dentro deste clima de comunicação proporcionado pelos hemisférios cerebrais direitos do analista e do paciente, certamente vai possibilitar a integração, que até então não foi possível, dos núcleos dissociados em funcionamento.

Gostaríamos de alertar sobre o risco em se tentar comparar a comunicação mãe/bebê ou analista/paciente com a comunicação dos seus hemisférios direitos. A diferença fundamental que Yusaku Soussumi não está considerando, apesar de ser psicanalista, é que nas comunicações entre hemisférios o que ocorre é um mecanismo fisiológico, algo material e concreto. Já na comunicação inconsciente se está lidando com o imponderável. Trata-se de uma comunicação que não pode ser objetivada, sendo apenas sentida na experiência emocional dos integrantes, à qual é possível, através do trabalho analítico, atribuir significado. Mesmo que tenha como substrato fisiológico a ativação dos hemisférios direitos – segundo pesquisas de neuro-imagem recentes –, não é possível reduzir a dimensão dessas interações humanas a dois hemisférios cerebrais direitos se comunicando. Estes achados devem ser mantidos apenas como um conhecimento das bases neurológicas, uma vez que não podem substituir o entendimento da complexa comunicação afetiva inconsciente mãe/bebê, ou ainda da sua reprodução no *setting*, que a compreensão psicanalítica pode oferecer através da análise da transferência. Tampouco, ao nosso ver, esses achados neurocientíficos devem ser utilizados para conferir um estatuto de verdade àquilo que a clínica psicanalítica vem demonstrando há mais de cem anos. Em suma, através das argumentações de Yusaku Soussumi, a *hibridação* levada ao extremo se nos revela.

Victor Manuel Andrade, um psicanalista que discursa a favor do movimento neuropsicanalítico, afirma que na Neuro-psicanálise não há uma

⁵¹ Grifo nosso.

sobreposição de saberes, já que técnicas psicanalíticas transcendem a compreensão dos circuitos neurais. Nesse sentido, Andrade (2003a) afirma que análogo a essa interface seria a Bioquímica em relação à Biologia, que se limita a estudar reações químicas em nível fisiológico. E argumenta ainda que, a partir desse diálogo, para a Neurociência seria acrescentada a compreensão de como as relações afetivas são atuantes na modificação de circuitos neurais, referindo-se às recentes descobertas sobre a regulação bioquímica que envolve a relação mãe/bebê, e à contribuição da Psicanálise a esse respeito. Pensamos ser ingênua, entretanto, a posição desse autor quanto à manutenção da especificidade epistemológica. Se aprofundarmos a analogia feita pelo autor comparando Neuro-psicanálise com Bioquímica, podemos pensar o seguinte: Bioquímica é Biologia + Química, e não implicam em modelos distintos de pesquisa, como no caso da Neurociência e da Psicanálise, cujas epistemologias não se comparam. No caso da Neuro-psicanálise a questão é mais profunda, e envolve o problema da cientificidade da Psicanálise. Se não, porque fundar uma Neuro-psicanálise? Não bastaria conversar com os neurocientistas, ouvir suas idéias? Quando se pensa em compor um campo híbrido, parece estar implícito a tentativa de tornar a Psicanálise uma ciência, uma vez que, para esses pesquisadores, mesmo que não admitam explicitamente, a Psicanálise não é reconhecida como tal.

Tendo em vista os pressupostos a partir dos quais a Neuro-psicanálise opera, pensamos ser contraditória a posição de Mark Solms a respeito do próprio método de pesquisa quando afirma que “através desse método, as funções psicológicas ainda são compreendidas em seus próprios termos psicológicos; sua estrutura essencial, dinâmica, é respeitada e resguardada; elas não são reduzidas à anatomia e à fisiologia (...)” (Solms & Kaplan-Solms, 2000, p. 64). O que, na verdade, observamos através da análise dos casos clínicos atendidos por esses pesquisadores é uma fusão da “compreensão” psicanalítica com a “descrição” neuropsicológica, o que indicaria, ao nosso ver, uma tentativa de tornar a Psicanálise “científica” e “mais aceita” por outras áreas do saber, que, por sua vez, poderiam conferir credibilidade às hipóteses psicanalíticas.

Solms & Kaplan-Solms (2004) realizaram uma pesquisa, em que pacientes com lesão cerebral no hemisfério direito obtiveram tratamento psicanalítico, de duas a cinco vezes por semana, durante alguns meses, tornando-

se possível, de acordo com esses pesquisadores, correlacionar diretamente as observações psicanalíticas com as concepções neurocientíficas. Esses pacientes com lesão no hemisfério direito, e conseqüente paralisia em membros do lado esquerdo do corpo, apresentavam sintomas de anosognosia, ou seja, tinham dificuldade ou impossibilidade de perceber o membro paralisado. As descobertas psicanalíticas de Solms & Kaplan-Solms (2004) revelaram que esses pacientes tendem, na verdade, a evitar o conhecimento inconsciente referente ao estado paralisado, pois é fonte de sofrimento insuportável. Este processo se traduziria como um mecanismo de *recalque*⁵². Portanto, segundo esses pesquisadores, a função do *recalque* desempenha um papel proeminente na neuropsicologia da anosognosia. Ao contrário do que sugerem esses termos, esses pacientes estão continuamente registrando informações sobre seus corpos deficientes. O que lhes falta é capacidade ou inclinação para dar atenção a esse conhecimento para permitir que ele entre na esfera do conhecimento consciente.

Esses autores refutam a teoria de Antônio Damásio de que faltariam informações perceptuais sobre o estado atual de seus corpos. Assim como não aceitam as teorias de Heilman e Mesulam de que esses pacientes seriam incapazes de dirigir atenção para o lado esquerdo do corpo. Essas teorias, neurocomportamentais, se aplicam apenas ao aspecto consciente das funções perceptuais, pois inconscientemente eles percebem o membro paralisado, considerando que atualmente é aceito que percepção e memória são, em grande parte, inconscientes. Nesse primeiro caso discordamos de Solms & Kaplan-Solms (2004) quando afirmam que *a função do recalque desempenha um papel proeminente na neuropsicologia da anosognosia*. De forma diferente, pensamos que *a função do recalque desempenha um papel proeminente na análise do paciente com anosognosia*, ou seja, o recalque não pode ser relacionado à neuropsicologia do quadro clínico, mas sim à análise deste. Portanto, introduzir o conceito de *recalque* no campo da Neuropsicologia implica na fusão dos dois campos. Veremos a seguir que o que esses pesquisadores fazem em última análise é citar o diagnóstico nos termos da neuropsicologia, e em seguida, oferecer uma

⁵²Recalque (*Verdrängung*) refere-se à operação psíquica cujo destino é deslocar representações (pensamentos, imagens, recordações) insuportáveis ou ameaçadoras para o inconsciente (Laplanche & Pontalis, 1967).

compreensão psicanalítica, que apesar de demonstrar a grande sensibilidade analítica dos autores, não tem relação direta com o diagnóstico neuropsicológico; aliás, diferem em aspectos fundamentais, quais sejam, os seus pressupostos epistemológicos.

Em outro caso, eles demonstram que apesar da anosognosia, a paciente estava clinicamente deprimida, sendo que nunca havia sofrido de depressão pré-mórbida. Isso é raro, pois normalmente os pacientes com lesão no hemisfério direito não tendem a apresentar depressão. Nesse caso foi possível demonstrar que pacientes com essa lesão são capazes de vivenciar emoções negativas, o que contradiz a explicação simplista de que hemisfério direito é especializado em emoções negativas, e por isso estas ficariam extintas pela lesão em tal área. Esses pesquisadores afirmam que a perda, resultante da paralisia, era vivenciada indiretamente, como perdas menores, dos óculos, cigarro etc., o que foi constatado em função da profunda resposta emocional a estas perdas menores. Os pesquisadores concluíram que essas perdas menores eram representantes deslocadas da perda recalcada, ou seja, da perda do membro sadio. Mais ainda, na medida em que a perda foi recalcada, haveria uma impossibilidade de se fazer o luto de uma forma sadia. No mecanismo de introjeção como defesa, observado nesse caso, o objeto perdido foi introjetado e retido dentro de si. Nesse caso, a paciente ignorava o braço esquerdo paralisado, pois o braço original intacto ainda estava preservado dentro de si, de modo que a anosognosia derivou da negação de uma perda por meio do recalque e introjeção.

Ao examinar analiticamente os aspectos emocionais da síndrome do hemisfério direito, Solms & Kaplan-Solms (2004) apontam que a anosognosia refletia a crença inconsciente de como a imagem corporal pré-mórbida ainda estava preservada. Os casos discutidos nessa pesquisa geraram uma hipótese: por detrás das manifestações clínicas da anosognosia subjaz uma *defesa contra o reconhecimento da perda e dos afetos depressivos associados a ela*. Parece haver aqui uma discordância entre as disciplinas, pois enquanto a avaliação neuropsicológica aponta para a incapacidade de percepção do membro paralisado, a visão psicanalítica identifica uma defesa inconsciente contra o reconhecimento da perda. Mais adiante na análise desses pacientes, os pesquisadores afirmam que *as perdas se davam em função da hemianopia e amnésia topográfica*, uma

explicação da Neuropsicologia, o que gera uma contradição, pois se confunde com a explicação psicanalítica de que *as perdas consistiam em representantes deslocadas da perda recalcada*. Pensamos que a contradição resulta da tentativa de se formar um campo híbrido a partir de dois campos cujos pressupostos se distanciam. Não cabe à Neuropsicologia, por exemplo, considerar o inconsciente dinâmico e a sua participação na formação de sintomas.

Outros casos com pacientes afásicos merecem uma breve exposição, em que novamente se observa uma tentativa de fusão entre a descrição neuropsicológica e a psicanalítica. Um exemplo é o caso da Sra. K⁵³, que apresentava afasia de Wernicke. A avaliação neuropsicológica diagnosticou a presença da Síndrome de Cotard, que é comum em casos semelhantes e se refere a uma ilusão de estar morto. Solms (2000), com o intuito de ampliar essa descrição neuropsicológica, afirma que quando a consciência é perdida subitamente por um longo período, e a continuidade de ser do paciente é interrompida tão dramaticamente, o senso de identidade pessoal pode ficar prejudicado. Essa perturbação – Síndrome de Cotard – é sem dúvida reforçada pelo fato de que o mundo desses pacientes parece radicalmente modificado, em virtude do fato de que seus cérebros não mais trabalham normalmente e por isso não mais representam a realidade de forma que costumavam fazê-lo. No caso da Sra. K, devido a sua afasia de Wernicke, essa ilusão de estar morta se expressou da seguinte forma: “Pensei que estava no céu, e como eu não podia entender o que as pessoas estavam dizendo, pensei que deviam falar outro idioma no céu”(p. 120). De acordo com Solms (2000), a fantasia de ter morrido deve ser compreendida como uma forma inicial de dar sentido ao que lhe acontecera, sendo que esta explicação foi rapidamente abandonada, à medida que ela começou a juntar os pedaços das evidências que emergiam racionalmente. Solms & Kaplan-Solms (2000) defendem que no caso apresentado acima não há contradição entre a avaliação neuropsicológica e a psicanalítica, ao contrário, ambas se complementam. De fato não há contradição, e sim uma concordância em termos de que o paciente sente que está morto, o que pode ser observado a partir do seu próprio relato. Pensamos, entretanto, que em vez de se complementarem, ambas as avaliações se confundem. A neuropsicologia apenas oferece um status bem

⁵³Solms, M & Kaplan-Solms, K. (2000, p. 120).

definido à “fantasia de estar morto” ao denominá-la de Síndrome de Cotard, oferecendo uma simples descrição de tal fenômeno. Já a Psicanálise, calcada na investigação do mundo interno e suas fantasias, permite que se amplie a compreensão de tal “Síndrome”, contextualizando-a na história de vida do indivíduo. Mas nos parece que o autor faz uso dessa denominação apenas para conferir credibilidade à avaliação psicanalítica, ou seja, mostrando estar familiarizado com o léxico neuropsicológico.

Recentes contribuições de Solms (2007) reforçam a nossa visão de que este autor obedece aos pressupostos do grupo da *hibridação*. Esse autor afirma que a visão geral do “aparelho psíquico” humano operante, que está emanando da Neurociência moderna, é assombrosamente compatível com a que Freud esboçou primeiro, há cem anos atrás, usando métodos puramente psicológicos. O autor alerta, entretanto, que isto não se aplica a todos os detalhes de sua descrição. Muitos aspectos específicos do modelo clássico de Freud devem ser ampliados e corrigidos. E alguns eram simplesmente errados.

Solms (2007) compara a *libido* – conceito metapsicológico que se refere à energia sexual que gera a força mental – com o *sistema de recompensa* – conceito neurocientífico relacionado com o prazer e comportamentos de adicção, mediado pelo agente químico dopamina. Ele defende que estes conceitos funcionam quase exatamente do mesmo modo, impulsionando todas as nossas interações positivas com o mundo. Referindo-se ao conceito neurocientífico, ele afirma que todos os nossos apetites – nossos desejos múltiplos – de alimento, sexo, bebida, calor, e qualquer outra coisa que nos possa atrair, operam através desse sistema. Esse sistema os trata igualmente de modo intercambiável, ou seja, nada além de fontes para obtenção de prazer no mundo. O poder motivador desse sistema é assustador, de modo que quando é dada a animais de laboratório a oportunidade de se estimularem diretamente, através de eletrodos implantados no cérebro, esses animais o fazem constantemente, com exclusão de outros comportamentos, até o umbral da morte por inanição. É através desse sistema cerebral que todas as formas de adicção adquirem o domínio compulsivo em nossas mentes.

Solms (2007) afirma existir uma semelhança entre a concepção freudiana sobre o desenvolvimento de estruturas reguladoras superiores durante a infância, que nos capacita para controlar e sublimar insaciáveis forças que buscam prazer –

o *Ego* –, e o conhecimento neurocientífico contemporâneo, que considera que a distinção entre os humanos e mamíferos inferiores não deve ser atribuída à natureza menos animal, mas ao desenvolvimento, em regiões frontais do cérebro, de mecanismos executivos de controle inibitório. Esse autor recorre a uma afirmação de Freud, quando este último se refere à ocasião em que o equilíbrio entre nossa conduta civilizada e nossas propensões animais se perde. Isto, segundo Solms (2007), corresponderia a um dano traumático nessa região do cérebro. Para evitarmos a redundância de nossos juízos críticos, pretendemos apenas enfatizar que aqui a redução explicativa fica evidente.

Outro autor que gostaríamos de apresentar como pertencente ao grupo da *hibridação* é Otto Kernberg, psicanalista e integrante do corpo editorial da revista *Neuro-psychoanalysis*. Kernberg (2006) propõe o fomento da pesquisa empírica em Psicanálise, que poderia auxiliar no fortalecimento da consistência dos conceitos psicanalíticos, servindo de um complemento do método comumente utilizado, qual seja, a formulação de teorias a partir da investigação do material clínico.

O objetivo, em última análise, é “avançar o conhecimento” e reassegurar o público a respeito dos efeitos benéficos da Psicanálise, além de fortalecer o seu lugar entre as ciências. Segundo essa linha de pensamento, a falta de esforços na comunidade psicanalítica em desenvolver pesquisas sistemáticas sobre sua eficácia acabou por abrir espaços para terapias cognitivo-comportamentais, que realizam pesquisas empíricas constantes sobre suas modalidades de tratamento. A pesquisa aqui é entendida como observações sistemáticas sob condições controladas que possam levar a novos conhecimentos (Kernberg, 2006).

Kernberg (2006) ressalta, entretanto, que pesquisas empíricas que não considerarem totalmente a complexidade dos conceitos centrais da Psicanálise correm o risco, no momento da definição operacional das variáveis, de se equivocar quanto à natureza do que está sendo investigado, falhando em fazer justiça ao escopo e à profundidade dos conceitos psicanalíticos que estejam sob investigação. Por outro lado, a pesquisa conceitual – focada no desenvolvimento histórico, nas controvérsias e no uso predominante de certos conceitos – pode revelar-se estéril se não for baseada em evidências empíricas. Daí sua insistência na adoção do método clínico vinculado a uma investigação experimental. As

questões teóricas e clínicas devem ser relacionadas aos achados empíricos para que tenham pertinência científica.

Kernberg (2006) sugere, por exemplo, que na situação da supervisão, em que casos são discutidos individualmente, a exploração sistemática dos aspectos psicodinâmicos, tal como a atualização do que é transferido da sessão analítica individual para a situação da supervisão, favorece a possibilidade de pesquisa empírica, de tal forma que a cristalização de formulações conceituais, contrastantes com a observação sistemática das diferentes conseqüências de seus respectivos empregos de determinado conceito, constitui um primeiro passo na direção da pesquisa empírica.

A sua crítica principal em relação ao campo psicanalítico refere-se à assunção de que a pesquisa empírica não chegou a acrescentar algo efetivo à prática psicanalítica, e que os avanços significativos na teoria e técnica psicanalítica vieram dos trabalhos inspiradores de teóricos e clínicos. Sendo que ele mesmo admite que Melanie Klein, Edith Jacobson, Winnicott, Bion, André Green e outros foram muito mais importantes em suas contribuições do que qualquer pesquisa empírica em Psicanálise. Apesar de reconhecer que a sutileza, a riqueza e a complexidade do processo psicanalítico não podem ser apreendidos em projetos de pesquisa que têm necessariamente uma ação restrita, ele defende que o efeito cumulativo de pesquisas bem dirigidas caminhará nesta direção.

Kernberg (2006) sugere ainda que a presença de cientistas de áreas que estão na fronteira, como a Neurobiologia, as Ciências Sociais, Filosofia, e a Teoria do Desenvolvimento, deveria facilitar a confrontação de diferentes pontos de vista do mesmo fenômeno, e estimular a formulação de questões que levem a visões alternativas. Em relação à Neurobiologia, a Psicanálise poderia se beneficiar do conhecimento das bases biológicas do funcionamento psíquico. Os achados neurobiológicos devem ser relacionados às questões teóricas e clínicas referentes ao conceito de afetos, pulsões e funções do ego. A neurobiologia da consciência, de estados mentais dissociados, e alterações de consciência sob condições traumáticas agudas poderiam enriquecer o estudo psicanalítico dos mecanismos de defesa primitivos centrados no *splitting*.

A preocupação com a falta de verificação empírica, que os autores do grupo da *hibridação* acreditam ameaçar a Psicanálise, levou à criação, nos EUA,

de uma Sociedade para o Avanço da Pesquisa Quantitativa (SAQRP), em 1989. O objetivo é fazer com que a Psicanálise se atualize constantemente e possa se encaixar e se alinhar mais estreitamente ao conhecimento que a ciência empírica permite (Lo Bianco, 2003).

Para concluir, gostaríamos de frisar que através dos argumentos do grupo da *hibridação*, ao se defender que a Psicanálise deve *adotar o método das ciências naturais*, no sentido de *se experimentalizar*, e, além de importar o seu modelo, importar também os conceitos, observamos a ameaça que sofre a Psicanálise de ser distorcida. Se existe um problema de falta de homogeneidade institucional, metodológica ou teórica na Psicanálise, pensamos que esse problema deve ser resolvido dentro do próprio campo, como sugere, por exemplo, o psicanalista Lo Bianco (2003). Esse autor, que também aborda a questão da legitimidade científica da Psicanálise, defende que ao invés de se insistir em uma perspectiva experimental e quantitativa, dever-se-ia investir na valorização da produção de um sistema de conceitos teóricos coerentes e consistentes com uma técnica de investigação apropriada, desenvolvida tendo em vista o objeto da Psicanálise – o inconsciente. O que está em pauta aqui são as questões de rigor e da precisão das conceituações teóricas.

Note-se que nem sempre é possível para a Ciência utilizar-se do método experimental, o que inviabilizaria, por exemplo, a Arqueologia e Astronomia, dentre outras. Assim o progresso científico deve contar não só com dados obtidos a partir de experimentos clássicos, mas também com o desenvolvimento de conceitos, como é o caso do conceito de seleção natural elaborado por Darwin, tido com uma das grandes conquistas científicas da Biologia. E é exatamente devido aos conceitos clínicos freudianos como transferência, resistência e interpretação que a Psicanálise pode se desenvolver no que é hoje (Dreher, 2002). Dialogar, portanto, consiste em compartilhar as construções teóricas de cada campo, privilegiando o respeito mútuo entre os profissionais de cada área, sem atribuir a determinado campo um estatuto de ciência hierarquicamente superior a outro. Portanto não deve implicar numa fusão dos campos, apesar de os autores aqui não parecerem se dar conta, o que, em última instância, seria inviável, em função das barreiras epistemológicas intransponíveis. Concordamos com Edelson (1984) quando afirma que esforços para amarrar a teoria psicanalítica a

fundamentos neurobiológicos, ou unir hipóteses sobre o cérebro e sobre a mente em uma única teoria, devem ser evitados por serem uma expressão de uma confusão lógica.

3.2

O lacanismo: a recusa ao diálogo

Embora o estudo dos fenômenos mentais seja algo compartilhado pela Psicanálise e pela Neurociência, a idéia de uma aproximação entre essas disciplinas é repudiada pela maior parte tanto dos psicanalistas como dos neurocientistas. As relações entre elas têm sido marcadas por uma reciprocidade de descrédito, desvalorização, desprezo e “evitação” (Cheniaux, 2002b). Durante a segunda metade do século XX, Psicanálise e Neurociência colocaram-se praticamente em lados opostos, como se fossem adversárias (Schore, 1997).

A posição distinta aqui como o segundo grupo dos debates está mais tipicamente presente no campo lacaniano, e é refratária à empreitada de qualquer possibilidade de articulação entre Psicanálise e Neurociência. Recusa de modo aberto o que considera ser uma diluição da herança psicanalítica e uma submissão epistemológica e ética aos ditames da cultura cientificista e biotecnológica atual. Para estes, o enfrentamento das críticas à Psicanálise deveria ser feito pela reafirmação de sua singularidade discursiva e prática, e pela renovação criativa de seus próprios vocabulários e dispositivos clínicos (Bezerra Jr., 2006).

Deve-se notar que a posição lacaniana apenas reconhece que a Psicanálise nasceu da Ciência, porém a primeira introduziu nesta última algo novo, que assume um valor de subversão. Quando se discute sobre a cientificidade da Psicanálise, o discurso lacaniano orienta-se, em sua maioria, a partir do raciocínio de que “a psicanálise introduziu na ciência *aquilo* mesmo que, tendo-o inventado e sendo por ele sustentado, a ciência exclui: *o sujeito*” (Elia, 1999, p. 43). Ou seja, mesmo sendo derivada da Ciência, a Psicanálise realiza um furo na Ciência, por ter como objeto – o sujeito – exatamente uma parte que deve ser excluída da Ciência para que ela possa funcionar, eliminando a apreensão subjetiva, em detrimento de um dado objetivo mais acurado. Dessa forma, o sujeito da Ciência e o sujeito da Psicanálise seriam o mesmo, portanto o sujeito da Psicanálise não pode ser considerado um objeto de estudo da mesma forma que os referentes

científicos. O diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência não seria, pois, possível, na medida em que se trata de empreendimentos que nada tem em comum, diferente do argumento apresentado no grupo da *interlocução* por Andrade (2003), quando afirma que o diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência deve permitir visões diferentes do objeto comum de estudo.

Um importante aspecto a ser ressaltado sobre o discurso lacaniano é o fato de que ele versa sobre um discurso diferente daquele de onde fala Freud, e das duas outras posições aqui apresentadas – *hibridação* e *interlocução*. Enquanto o campo de Freud e das opiniões não-lacanianas é científico-técnico, os argumentos de Lacan definem-se por um desvio, uma mudança desse campo para outra área, o “registro antropológico-ético” (Stengers, 1990, p. 134). A Psicanálise estaria situada “em um âmbito bastante resistente à captação conceitual da ciência” (Miller, 2002, p. 47). Ela seria um lugar de resistência às práticas tecnocientíficas. Para Lacan, trata-se do “sujeito” da Psicanálise, e não da técnica psicanalítica.

Esse deslocamento operado pelo discurso lacaniano permite que ele emita julgamentos de valor sobre a produção científica, pois se o sujeito do inconsciente é o sujeito da Ciência, a Psicanálise estaria a um passo *além* da Ciência. Por considerar o sujeito e dar-lhe uma escuta, o discurso analítico situaria o saber no lugar da verdade (saber inconsciente). E eis porque não seria possível o diálogo entre esse discurso da Psicanálise e a Neurociência, já que o discurso científico, por sua vez, produz apenas um saber consciente, saber que está desarticulado com a verdade do sujeito. Logo, ao se situar em oposição à Ciência, e ao incluir o sujeito, a Psicanálise teria condições de apontar a falha da primeira, a saber, sua insuficiência quanto à verdade.

Aqui podemos notar que o efeito que a concepção lacaniana gera é similar àquele observado pelo discurso da *hibridação* em termos de hierarquização de modelos e de saberes, sendo que, nesse caso, ocorre o inverso. É a Psicanálise que é colocada em uma posição hierarquicamente superior, a grande detentora da verdade em detrimento do pensamento científico que é falho e que não “enxerga além”, como faz a Psicanálise. Novamente podemos pensar que essa postura impede o avanço do conhecimento sobre o Homem por descartar a possibilidade do benefício da multidisciplinaridade. Sendo que, em vez de gerar um campo

híbrido, em que um campo é inferior ao outro, e, portanto, deve importar modelos hierarquicamente superiores, nesse caso um campo é tão superior que não pode sequer dialogar. Daí ser designado como grupo do *isolamento*, pois pensamos ser este o resultado de suas prerrogativas.

Deve-se notar que Lacan utiliza-se da concepção de Ciência de Koyré para contrapor-la à Psicanálise. Para Koyré (1982), a Ciência Moderna é inventada a partir do momento em que se compreende o mundo através dos números e da geometria, ou seja, pelo que é quantificável. Exatamente por isso ela pode prescindir da experiência, pois se o cálculo matemático for bem realizado não há necessidade de se verificá-lo no mundo. O número e a geometria são a natureza. Ora, a Psicanálise realmente não se aproxima de seu objeto pela via da quantidade, dos cálculos e da geometria, e sim pela qualidade, pelo que cada sujeito pode falar de seus sentimentos e impressões. Mas será que já não superamos essa visão restrita de ciência sugerida por Koyré? É utilizando-se dessa visão que Lacan pode fundamentar sua posição sobre a Psicanálise e a Ciência, afirmando que a segunda trata o imaginário pelo simbólico e que exclui o sujeito para funcionar, sujeito esse re-inserido pela Psicanálise. Daí ela não ter a possibilidade de se enquadrar, segundo a perspectiva lacaniana, em uma produção científica.

Amélia Imbriano (2008)⁵⁴, apoiando-se nas idéias de Lacan, sugere que Freud (1915), quando define a pulsão (*Trieb*) – conceito central na Psicanálise –, em que um de seus elementos é a *fonte* (no organismo), deparou-se com um impasse para o desenvolvimento de sua teoria sobre o psiquismo. Segundo essa autora, o impasse foi superado a partir dos ensinamentos de Jacques Lacan (1964), que por sua vez – no *Seminário XI: Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise* – reformulou o conceito de pulsão, além de apresentar outro modo de conceituar o inconsciente, que passa a ser estruturado como linguagem, como efeito de discurso.

Imbriano (2008) chama atenção para o fato de que na concepção freudiana de pulsão há uma assimilação da pulsão a algo natural, já que o modelo de ciência utilizado por Freud é o das ciências naturais, de forma que Freud apela para o

⁵⁴ Dra. Amélia Imbriano é psicanalista. Decana do departamento de psicanálise da Universidade Kennedy, Buenos Aires.

modelo fisiológico, que lhe serve para pensar a teoria do aparato psíquico, sobretudo no que se refere às aplicações da Física e da Fisiologia, em particular as leis do arco reflexo e da termodinâmica. É por esse motivo que Freud, para definir o conceito de pulsão, faria uma primeira comparação entre o estímulo pulsional – que vem do interior do organismo – e o estímulo do arco reflexo – resposta a estímulos externos. Nesse sentido, diferente do estímulo externo que atua como uma força momentânea e abrupta, a pulsão seria um estímulo contínuo, pois o organismo, enquanto vivo, não cessa o funcionamento, e o mesmo ocorre com a pulsão, que não cessa de estimular o psiquismo (Freud, 1915). Lacan (1964), por sua vez, propõe um outro entendimento para o conceito de pulsão, oferecendo uma nova definição para os seus quatro elementos, e salienta que o modelo da fisiologia que serviu como base para Freud definir a pulsão tornou-se um obstáculo para o desenvolvimento do conceito. Ora, parece que Imbriano não se apercebeu do trecho onde Freud (1914) deixa claro, em *Pulsão e destinos da pulsão*, que um dos quatro elementos da pulsão, a *fonte* – que é orgânica – é de interesse da Biologia, e, portanto, não é da alçada da Psicanálise, donde se conclui que não há, em Freud, uma assimilação da pulsão a algo natural. Entretanto, isto não o impede de admitir o organismo como fonte, já que, para dizê-lo utilizando uma expressão popular: “pulsão não dá em poste”.

Outro ponto que foi questionado sobre a concepção freudiana de pulsão refere-se à satisfação da mesma. Freud (1920) utiliza o modelo do sistema nervoso em que há uma tendência a cessar o estímulo externo através do arco-reflexo. No caso da pulsão, a eliminação do estímulo nunca ocorre totalmente, mas se dá a alteração da fonte pulsional: inicialmente a ação específica deve ser feita por um outro sujeito, que modifique o meio externo a fim de satisfazer aquela fonte pulsional. Imbriano (2008) discorda desse ponto, afirmando que “a clínica psicanalítica nos mostra a impossibilidade do encontro da pulsão com algo que esteja de acordo com os fins da satisfação. Essa ação específica não se pode determinar previamente e por isso sempre se trata de algo em discordância que tem o caráter de misterioso e escondido” (p. 182). Ainda a respeito da questão da satisfação da pulsão, Lacan (1964) salienta que o único alcance da função da pulsão é “pôr em pensamento a questão da satisfação” (p. 173). Ele exemplifica com a idéia de que “mesmo que a boca esteja cheia, não se satisfaz com comida,

mas com o prazer na boca (...). Na experiência analítica a pulsão oral se encontra em uma situação em que tudo o que faz é ordenar o cardápio” (p. 175).

Nesse sentido, enquanto Freud estaria regido pelos conhecimentos e pressupostos das ciências naturais, Imbriano (2008) aponta que Lacan se orienta no marco epistêmico das ciências conjecturais e encontra nelas a possibilidade de resolver as interrogações e obstáculos que a fisiologia gerou na concepção de Freud. Lacan apresenta outro modelo: a incidência do significante, e é o que lhe permitirá mostrar que a pulsão é uma montagem em que seus elementos são separados. Ou seja, o psicanalista francês se refere à pulsão como uma “colagem surrealista”, ou como uma montagem com a particularidade de uma colagem, o que implica na mistura de partes diferentes, em que é impossível a continuidade e a co-naturalidade entre as partes misturadas. Esse é o ponto diferencial entre Freud e Lacan. Nesse sentido, Lacan traduz⁵⁵ o título *Triebe und Tribschicksale* (*Pulsão e destinos da pulsão*, 1914) por aventura, vicissitude. Pensar a pulsão como aventura, o impulso identificado como uma simples tendência à descarga, não é tão simples, pois, para se descarregar, aventura-se (Imbriano, 2008). Essa tendência é o produto de um estímulo interno. Se trata da transmissão da parte admitida, ao nível do estímulo, do suplemento de energia, a famosa quantidade $Q\eta$. Ou seja, o que é descarregado é um suplemento de energia que foi admitido no aparato psíquico, no qual se inscreve como estímulo (Lacan, 1964). A partir dessas idéias, Lacan inicia uma revisão dos quatro elementos que definem a pulsão.

Tomemos como exemplo o elemento *Drang* – pressão (ou, em espanhol, traduzido pelo termo “*impulso*”) para elucidar as diferentes concepções de Freud e Lacan. Para Freud, *Drang* – pressão – se refere ao fator motor da pulsão, a quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa. Deve-se notar que Freud concebe que os estímulos pulsionais se originam no sistema nervoso, e exigem um trabalho de eliminação. É este trabalho exigido pela pulsão que vai conduzir às representações psíquicas. Para Lacan (1960)⁵⁶, o *Drang*, ou pressão, já não é uma soma de forças, mas uma excitação produzida pela incidência do significante. No seminário XI, Lacan (1964), contrariando

⁵⁵ Nova conceituação de 1964 (seminário XI). (Lacan, 1964).

⁵⁶ Lacan (1960) – *A subversão do sujeito e a dialética do inconsciente freudiano*.

Freud, argumenta que “a constância do impulso impede qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual sempre tem um ritmo” (p. 172). Dito de outro modo, a pulsão não é natural, não se trata de um metabolismo, nem de ritmos biológicos, não é uma função homeostática (Imbriano, 2008). Consideramos, a partir da ênfase que essa autora dá a determinados pontos da teoria lacaniana, o risco do *isolamento* que a Psicanálise corre, não apenas em relação à Neurociência, mas por observar-se o *distanciamento* da Psicanálise em relação ao próprio Freud, promovido pelo discurso lacaniano.

Sonia Alberti (2003)⁵⁷, outra autora que parece compartilhar dos pressupostos do *isolamento*, afirma que pretende melhor situar as contribuições que a Psicanálise pode dar a questões que advirão com os progressos das pesquisas neurocientíficas, e alerta que seu texto “se inscreve no contexto das conexões da Psicanálise, mesmo sabendo que tanto Freud, quanto Lacan, partiram de uma tomada de posição frente ao organicismo” (p. 1). O que apreendemos da sua afirmação é que, apesar de falar sobre as possíveis conexões da Psicanálise com a Neurociência, também toma uma “posição *frente ao organicismo*”, já que Freud e Lacan tomaram. Então cabe a indagação: será que isso significa se opor ao organicismo, no sentido de negar suas contribuições, e, assim, isolar-se?

Alberti (2003) faz referência a Lacan (1961)⁵⁸, quando este afirma que o organismo é aspirado pelos efeitos do “isso fala”, o que não permite confundir a função da pulsão com a “iminência vital”, portanto o modelo mais próximo da pulsão já não é biológico, mas lógico. Ou seja, Lacan prossegue no campo da lógica nesse seminário, negando seu aspecto biológico. Alberti (2003), fazendo referência à proposta de Lacan, tenta comparar a pulsão a um computador, quando faz a seguinte afirmação: “terei que ir direto ao ponto que me faz evocar essas passagens do seminário IX: até que ponto essas séries, essas cadeias significantes (...) não poderiam ser associadas à lógica binária que compõe, por exemplo, a memória de nossos computadores?” (p. 2). Ora, apesar da autora defender que a pulsão, algo psíquico, não pode ter qualquer referência ao orgânico, ao mesmo tempo tenta equipará-la ao funcionamento de um computador. Então

⁵⁷ Este texto baseia-se no trabalho apresentado em 2001, durante a Odisséia Lacaniana, e publicado depois, em *Heteridade* – Revista da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano, nº 2.

⁵⁸ Lacan. Seminário IX, lição de 20 de dezembro de 1961.

questionamos: é incompatível com o orgânico, mas pode ser uma máquina, em que a cadeia de significantes é equiparada à lógica binária?

Retomando as idéias dessa autora, e deixando de lado a “*pulsão computador*”, Alberti (2003) afirma que, no mesmo seminário, Lacan “distingue definitivamente a memória orgânica da memória que interessa a nós, analistas” (p. 5). Dito isto, pensamos que quando ela afirma que a memória que “interessa a nós analistas” é outra, ela deve tomar o cuidado de não ignorar o fato de que a “memória que interessa”, subjetiva, simbólica, consciente e inconsciente não pode funcionar, caso o seu substrato orgânico esteja comprometido. Ou seja, a memória orgânica, em todos os seus níveis atualmente descritos pela Neurociência – nível molecular com a LTP, nível de estruturas cerebrais, com a amígdala, o hipocampo etc., ou no nível dos sistemas, implícito, explícito e seus sub-sistemas – naturalmente interessa aos psicanalistas, pois é imprescindível para que o psiquismo possa funcionar satisfatoriamente. O próprio fundador da Psicanálise reconheceu a dependência entre esses dois processos, através da premissa oriunda de Hughlings Jackson da relação entre cérebro e psiquismo de “dependência concomitante”. É evidente que cada memória deve ser investigada de forma independente, cada qual com seu próprio método, sem supor que determinado modelo seja superior e que um campo deveria importar o método e a nomenclatura de outro, como pretendem os *hibridadores*. Tampouco significa supor que nada tenham em comum, de acordo com os *isoladores*. Ou seja, *isolar* a memória subjetiva de seu componente orgânico deve ser feito apenas em termos metodológicos, de forma relativa, pois não se trata de uma diferença absoluta, como parecem supor Lacan e seus seguidores. Aqui também se observa uma redução, mas no sentido inverso da Neurociência, através da exaltação do psíquico em detrimento do orgânico.

Lacan⁵⁹, portanto, distingue os dois tipos de memória afirmando que a memória orgânica responde sempre da mesma forma à mesma “sucção do real”, independente do organismo estar se defendendo ou mantendo a homeostase. Pois o organismo não reconhece o mesmo que se renova enquanto diferente. Nossa memória é outra coisa: ela intervém em função do traço unário que marca a vez

⁵⁹ Lição de Lacan de 16 de maio de 1962.

única e tem por sustentação a inscrição. De um lado a série em que 0 e 1 se equivalem; de outro, o que está fora de série. Eis o que singulariza a clínica da esquizo, característica da abordagem do sujeito pela Psicanálise, e que é a referência a um sujeito cujas inscrições significantes fazem série, deixando de fora dessa série o que não pode encontrar equivalências – sempre simbólicas. Podemos observar aqui, a partir dessa afirmação, a forma complexa, chegando a ser pouco clara, encontrada nos textos de Lacan.

Alberti (2003) procura examinar a função da Medicina para o nascimento dos discursos de psicologia, pois é nela que surgem as novas tendências dos discursos sobre o organismo – em detrimento dos discursos sobre a alma. Para reforçar seu ponto sobre a ameaça que a Medicina exerce sobre a Psicanálise, Alberti (2003) recorre a Freud quando afirma que podemos inferir, do texto que Freud⁶⁰ introduz como apêndice em 1927, que é para se proteger da Medicina que a Psicanálise é uma psicologia. Porque, segundo ele, desde o início houve uma importante reação negativa em relação à Psicanálise, de forma que Freud chegou a se perguntar se as tentativas dos médicos de se apoderarem dela em 1926 – ou seja, quando já não havia mais a possibilidade de negar a sua importância – não levaria ao risco de a Psicanálise ser destruída pela Medicina.

Pensamos que a autora recorre a Freud para se defender do que chamamos de *hibridação*, assim como Freud, em nossa opinião, estaria fazendo. Mas não nos parece que Freud quer se proteger da Medicina, como campo de conhecimento, e assim manter a Psicanálise *isolada*. Em relação à reação negativa por parte da Medicina, pensamos se referir a um grupo que também é considerado a favor do *isolamento*, porém da perspectiva dos neurocientistas, que, por sua vez, não legitimam a Psicanálise como um campo de conhecimento digno de ser considerado científico.

Alberti (2003), abordando questões da atualidade, faz polêmicas considerações, o que reforça, em nossa opinião, a sua conexão com os princípios do *isolamento*. A autora dá ênfase a discursos que aniquilam a Psicanálise, o que sugere, em última instância, o *isolamento* da Psicanálise (por parte da autora) a fim de protegê-la e preservá-la, o que está expresso na frase a seguir: “Por absurdo que isso possa parecer, ao longo do século XX a própria Psicanálise conheceu

⁶⁰ FREUD, S. (1927). Nachwort zur frage der laienanalyse. In: *Studienausgabe*. Ergzbd.

destinos que, como temia Freud em 1927, quiseram esvaziar seu fundamento” (p. 8). Ela exemplifica com críticas de neurocientistas contra a Psicanálise: “Karl Pribram é um neurocientista, como vários outros, que, aliás, se interessaram em ir até o *Projeto* e estudá-lo. Os *Anais da Academia de Ciências de New York*, organizados por Bilder e LeFever (maio de 1998), por exemplo, versam inteiros sobre este texto freudiano (...)” (Alberti, 2003, p. 9). Essa autora nos informa que Bilder, no prefácio dos *Anais* (1998), afirma que há aqueles que crêm que o próprio *Projeto* representa o melhor de Freud, e que ele descarrilhou quando o abandonou. Ele perdeu seus objetivos iniciais que o teriam levado a uma psicologia fisiológica mais verdadeira. Bilder (1998) afirma, ainda, que há aqueles que sugerem que a carreira pós-neurológica de Freud é o fundamento da maior doença que assolou a sociedade americana moderna (Torrey, 1992), e há finalmente aqueles cuja crítica se centra na crença de que as construções neurofisiológicas que Freud evocava eram já demasiado psicologizadas.

Nosso ponto aqui é pensar de que forma a psicanalista lacaniana Sonia Alberti, ao citar esses neurocientistas, mantém a psicanálise *isolada*. É evidente que esses neurocientistas aos quais ela se refere não poderiam aceitar uma articulação entre Psicanálise e Neurociência já que tampouco legitimam a Psicanálise como um campo de saber “verdadeiro”. Entretanto, ao ressaltar essas críticas à Psicanálise sem propor uma alternativa, apontando apenas a presença de uma Torre de Babel – como ela afirma a seguir – pensamos que essa autora fomenta uma relação de desavenças entre Psicanálise e Neurociência, resultando no *isolamento* da primeira. E não uma possibilidade de diálogo – como veremos no tópico seguinte – proposta pelos adeptos da *interlocução*.

Alberti (2003) discorda de Soussumi (2001) quando este fala sobre a admiração que os textos de Freud provocam entre os neurocientistas, e declara que infelizmente não pôde ainda confirmar essa admiração com suas leituras nos textos destes. E defende que, na grande discussão que pôde até agora acompanhar, ainda nos encontramos numa grande Torre de Babel.

Por fim, Alberti (2003) se questiona sobre qual a postura que hoje se observa nos textos dos neurocientistas. Ela defende que as pessoas crêm que já estejamos no futuro apontado por Freud (1940), quando afirma que o futuro poderá nos ensinar a influenciar diretamente com substâncias químicas as

quantidades de energia e suas distribuições no aparelho psíquico; e que já saibamos exatamente quais as afecções psíquicas que efetivamente se beneficiariam das influências “eletroquímicas”, ou seja, que já não existe qualquer indefinição nem desconhecimento quanto às modificações nervosas impetradas pelos estímulos e, em consequência desse grande engano, continuamos a fazer a mesma coisa que Freud denunciava em 1891: a frase elíptica segundo a qual, se podemos localizar uma idéia na cadeia associativa, correlativamente podemos localizá-la numa célula nervosa. E afirma que se referiu a uma Babel, considerando que se está diante da confusão de línguas.

Em seguida, Alberti (2003) conclui que se não há concomitância, se não há relação biunívoca entre o fisiológico e o psicológico, se a “idéia” é para a Psicologia algo muito específico e definível somente na associação com outras idéias, tendo ela própria um caráter elementar, até que ponto a associação de ambas essas línguas, ou seja, a associação de ambos os corpos conceituais e teóricos vela um não saber que Freud já denunciava desculpabilizando os erros grotescos de tais estudos científicos.

Aqui novamente encontramos um posicionamento extremista, em que o fato de a especificidade psíquica não poder ser associada à biológica no sentido de uma tradução de conceitos – pois evidentemente se configuraria numa Torre de Babel – não significa que cada especificidade não possa compartilhar o conhecimento, para, assim, se enriquecerem mutuamente, como defenderemos a seguir.

3.3

Psicanálise e Neurociência: a manutenção dos limites epistemológicos

Considerando as discussões apresentadas nos grupos anteriores, parece haver uma polarização entre extremos em que de um lado há a expectativa de encontrar fundamentos biológicos para proposições psicanalíticas, e, de outro, a recusa da importância das dimensões biológicas da vida psíquica. Entre um extremo e outro, boa parte da comunidade psicanalítica se move num campo intermediário que procura elaborar as questões suscitadas pelo novo quadro a partir de algumas premissas, nas quais identificamos este terceiro grupo, o da

interlocução. São elas: a aceitação do *naturalismo* (posição teórica que implica a crítica da dicotomia ontológica entre *soma* e *psique*) e a recusa do *fisicalismo* (eliminação de descrições psicológicas em favor de descrições materiais); a adoção de uma posição *anti-reducionista* (abandono da expectativa de tradução exaustiva da experiência subjetiva em termos biológicos, ou vice-versa); a defesa do *pluralismo teórico* no lugar da busca por uma teoria unificada da mente; o reconhecimento e a exploração do papel da *corporeidade* na vida psíquica, que se refere não à imagem ou às representações inconscientes do corpo – o plano das significações psíquicas –, mas também à intencionalidade corporal e aos conflitos neste terreno engendrados pelas exigências da cultura somática atual (Bezerra Jr., 2006).

Consideramos como o principal representante desse grupo o próprio Freud, o que podemos observar a partir da sua posição apresentada no primeiro capítulo, em que, adotando a concepção Jacksoniana da relação cérebro/mente de “dependência concomitante”, se mostra a favor da articulação sem que isso implique em igualar os métodos de investigação do aspecto objetivo e do subjetivo. Freud mantém o paralelismo psico-físico, ao defender que o psíquico deve ser investigado e compreendido nos seus próprios termos, enquanto o aspecto físico deve ser descrito em termos físicos (Freud, 1891). Posição esta que vai lhe permitir, em última análise, construir a Psicanálise e seus diferentes modelos de aparato psíquico. Outros representantes desse grupo são Benilton Bezerra Jr., Monah Winograd e Flávia Sollero-de-Campos, e, em alguns aspectos, Victor Manoel Andrade.

Um dos pressupostos fundamentais desse segundo grupo, da *interlocução*, pode ser identificado na afirmação de Victor Manoel Andrade (2003 b), que, embora tenha sido considerado pertencente ao grupo da *hibridação*, argumenta que o diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência não deve ocorrer de forma que abram mão de sua identidade, implicando em fusão das áreas, mas permitir visões diferentes do objeto comum de estudo. Ele salienta que é possível investigar o fenômeno duplamente: objetivamente, atuando em sua essência material por métodos bio-físico-químicos, ou subjetivamente, exercendo influência de natureza afetivo-cognitiva, o que está de acordo com os interesses da *interlocução*.

Entretanto, quando esse psicanalista afirma que a *Neurociência não faz senão confirmar* o que observadores psicanalíticos vêm descrevendo há muito tempo, especialmente em fenômenos como o hospitalismo e as manifestações psicossomáticas, desconfiamos se os pressupostos da *hibridação* estariam implícitos em seu discurso. Será que a Neurociência deve ser colocada nesse lugar de confirmar alguma coisa? Em seguida esse autor complementa sua argumentação, afirmando que um fato notável, que por si justifica o diálogo com a Neurociência, é a demonstração laboratorial de que a relação afetiva é o método natural de desenvolvimento físico e mental, não só do ser humano, mas de todos os mamíferos. Ora, será que é preciso tal demonstração laboratorial para se descobrir isso, ou é apenas uma outra forma de investigar o mesmo fenômeno?

Novamente, tendo a Neurociência em alta conta, ele prossegue afirmando que a Psicanálise é um método natural de desenvolvimento psíquico, pois revive em cenário virtual as primitivas relações afetivas significativas. Por repetir no *setting* analítico a relação mãe/bebê criada pela natureza como método natural de desenvolvimento, a Psicanálise é uma espécie de *psicofarmacoterapia natural* (Andrade, 2003 a, b). Um ponto desta afirmação que nos intriga se refere à designação da Psicanálise como *psicofarmacoterapia natural*. Mesmo que esta promova alterações neuroquímicas, questionamos se tal denominação não levaria a uma confusão conceitual. Qual será, de fato, o intuito de tal denominação? Será que é para mostrar erudição em função de uma submissão a um campo que seria hierarquicamente superior? Afinal, mesmo que tenha sido dito de forma metafórica, a Psicanálise nada tem a ver com farmácia, ao menos do ponto de vista teórico e técnico.

O que podemos apreender das contribuições de Andrade (2003 a, b) é que apesar de defender que se preserve a especificidade de cada campo – o que está de acordo com os princípios da *interlocução* –, ao prosseguir sua argumentação notamos que está implícito em seu discurso que somente a Neurociência, através do método experimental, é capaz de *validar* ou *confirmar* as teorias psicanalíticas. Logo, o que qualquer um concluiria é que o método psicanalítico, por si só, não seria capaz de validar suas próprias teorias, daí a necessidade, observada nos autores da *hibridação*, de fazer inúmeras citações de pesquisas neurocientíficas. Percebemos, portanto, que a intenção é boa, mas se não nos ativermos ao risco de

se exercer uma hierarquização entre os diferentes modelos epistemológicos, as consequências podem ser desastrosas. Portanto, embora esse autor seja de suma importância para a proposta de aproximar os dois campos – o que se observa na sua célebre obra *O diálogo entre a psicanálise e a neurociência* (2003a) –, não se pode ignorar a ambigüidade implícita em algumas partes de seu discurso, quando, por exemplo, ao longo de seu livro, apresenta inúmeras pesquisas neurocientíficas que justificariam, ou, em seus próprios termos, *confirmariam* a eficácia do tratamento psicanalítico.

Nesse sentido, deve-se notar que os pressupostos da *interlocução* se diferenciam daqueles da *hibridação*, que supõem, como defende Kandel (1999), que a Psicanálise é melhor em formular hipóteses do que testá-las, sendo necessário um outro tipo de pesquisa pra testar e comprovar suas hipóteses. E já que a Psicanálise “não testa” suas hipóteses, seus conceitos não seriam tão confiáveis. Logo, os conceitos da Neurociência Cognitiva, por exemplo, objetivamente testados com o método experimental, poderiam substituir os frágeis conceitos psicanalíticos. Similar ao exemplo acima em que a Psicanálise é batizada de *psicofarmacoterapia natural*.

Já em relação aos *interlocutores*, a Psicanálise não perde seu lugar, se mantém onde está, de forma que não se admite aqui que o subjetivo do psiquismo seja reduzido ao objetivo do cérebro, seja por teorias baseadas nas interpretações das neuro-imagens, seja a partir de teorias baseadas em resultados de testes cognitivos. As diferenças epistemológicas, entretanto, não impedem que as áreas possam dialogar. Mais do que uma atividade interdisciplinar, o grupo da *interlocução* fomenta uma abordagem transdisciplinar, no sentido de se construírem hipóteses inovadoras, o que não seria possível caso as disciplinas se mantivessem em uma posição de *isolamento*.

A conduta *interlocutora* é observada através da pesquisa da psicanalista Monah Winograd⁶¹ e da psicóloga clínica Flavia Sollero-de-Campos⁶², com a

⁶¹ Monah Winograd é psicanalista. Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Professora Assistente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio.

⁶² Flávia Sollero-de-Campos é Psicóloga Clínica. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio, é Professora Assistente do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

colaboração da neuropsicóloga Claudia Drummond⁶³, que, por sua vez, encaminha os pacientes neurológicos para o atendimento psicanalítico. Deve-se notar, em defesa da *interlocução*, que a clínica de pacientes neurológicos com problemas cognitivos faz com que a psicopatologia psicanalítica tenha relação, entre outras coisas, com o problema da cognição. Isto porque os distúrbios cognitivos atingem o sujeito em suas sensações de identidade e de existência sustentadas pela memória, pela imagem do corpo, pelo esquema corporal, pela relação com o espaço e a temporalidade, bem como pela continuidade da relação com o outro e pelos processos de reconhecimento de si e do outro. Em outras palavras, a cognição parece ter uma função de apoio interno para o sujeito, permitindo-lhe integrar em seu espaço psíquico as representações de si e do mundo (Sollero-De-Campos & Winograd, 2005).

Essas idéias encontram suporte no pensamento de Donald Winnicott, cujas obras representam uma das maiores contribuições à Psicanálise depois de Freud. Winnicott (1988) postula que os distúrbios cognitivos põem o "*self*" em perigo, uma vez que o sentimento de integridade se apoiaria no desenvolvimento de um "eu integrado", abalado, por exemplo, por distúrbios neurológicos envolvendo a memória ou a noção de tempo do sujeito.

É importante salientar que as abordagens psicanalítica e neuropsicológica não são comparáveis, pois são totalmente diferentes, do ponto de vista epistemológico. Se a Psicanálise é uma prática centrada na transferência e na causalidade psíquica inconsciente, a Neurociência Cognitiva situa-se do lado de uma causalidade científica apoiada no método experimental. Em torno de um mesmo objeto de reflexão (no caso, a cognição) e no acompanhamento dos pacientes, ambas têm o seu lugar. Ou seja, se a Neuropsicologia Cognitiva descreve os mecanismos da cognição e suas ligações com as estruturas cerebrais, a Psicanálise se debruça sobre o dano cognitivo na história pessoal inconsciente.

Portanto, de um lado não se pode negar as relações entre os mecanismos cerebrais, os processos biológicos e os processos psíquicos. De outro, as teorias neurobiológicas não dão conta do aspecto subjetivo da vida psíquica: é aqui que a Psicanálise pode e deve ocupar seu lugar, ou seja, as pesquisas em Psicanálise são

⁶³ Claudia Drummond é Fonoaudióloga. Mestre em Lingüística pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, é professora e Chefe do Serviço de Fonoaudiologia do Instituto de Neurologia Deolindo Couto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

necessárias para que se avance na compreensão da clínica dos pacientes neurológicos.

Para o psicanalista, não se trata de criar uma clínica específica ligada ao fato “dano cognitivo”, o que apagaria a história individual e fantasmática de cada. Trata-se, por um lado, de compreender, no quadro de uma relação transferencial, a experiência psíquica que os pacientes neurológicos atravessam, o que implica um afrouxamento das regras que regulam o *setting*. De outro lado, trata-se de descrever os modos de organização dos fenômenos psíquicos e dos conjuntos significativos conscientes e inconscientes, intra e intersubjetivos, destes pacientes.

Deve-se notar que essas pesquisas são realizadas nos moldes de estudos de caso de tipo “caso único”, em que além da história pessoal e fantasmática única para cada um, é possível, a partir destes estudos de caso, descrever fenômenos psíquicos que ultrapassam a singularidade de cada caso — é o que pretendem essas pesquisadoras ao estudar os conjuntos significativos. Com isso, pretende-se tornar estes estudos mais generalizáveis, multiplicando o número de casos estudados e destacando configurações similares para além das similitudes e diferenças aparentes.

Um dos objetivos iniciais do atendimento é promover a elaboração psíquica dos efeitos da lesão cerebral e de suas conseqüências para o sujeito, ou seja, permitir a expressão da experiência subjetiva, das relações entre psiquismo, experiência da doença e suas conseqüências motoras, cognitivas e perceptivas. Trata-se, fundamentalmente, de circunscrever como elas se integram na vida fantasmática do sujeito a fim de aumentar-lhe a potência de pensar e de agir.

Aquilo a que nos referimos como efeito transdisciplinar, gerado por pontos de convergência originados da clínica psicanalítica de pacientes neurológicos, pode ser observado através das seguintes questões, elaboradas graças ao trabalho da *interlocução*: danos à cognição facilitariam a atenuação dos processos de censura e de recalque? Processos cognitivos seriam necessários ao funcionamento dos processos secundários? Por meio de quais mecanismos? Ao pensar a respeito dessa interconexão entre mecanismos cognitivos, postulados pela Neurociência Cognitiva, e mecanismos de defesa inconscientes, postulados pela Psicanálise, devemos reconhecer que a resposta a estas perguntas merece ser desdobrada internamente ao campo psicanalítico e, também, em um confronto com a

Neurociência por meio de um trabalho de pesquisa interdisciplinar que permita entender melhor as relações entre os mecanismos cerebrais, os processos cognitivos e a emergência do inconsciente (Winograd, 2004).

Essas pesquisadoras (Winograd, Sollero-de-Campos & Drummond, 2008) identificaram que, no atendimento psicanalítico com pacientes neurológicos, diferentes fatores convergem, dentre os quais destacam-se (a) as lesões cerebrais e sua tradução neuropsicológica, (b) a história familiar e pessoal consciente e inconsciente que assumiu toda a sua agudeza no momento da doença, (c) a ressonância dos problemas cognitivos e perceptivos sobre a vivência do paciente e sobre sua economia psíquica e (d) os efeitos da violência da doença que engendram um sofrimento pessoal e familiar extremo.

Esses fatores participam, cada um a seu modo, do que as pesquisadoras designaram de “conjuntos significativos”, que por sua vez abrangem: 1) feridas na identidade subjetiva, 2) a re-socialização, 3) regressão e construção de mitos: o confronto com a morte e com a dependência extrema, 4) a dúvida, 5) outras linguagens, 6) doença como passagem ao ato ou ato de origem, e por último, 7) vergonha e culpabilidade (Winograd, Sollero-de-Campos & Drummond, 2008). A seguir apresentaremos brevemente cada conjunto significativo, para que se possa apreciar concretamente o que chamamos de efeito transdisciplinar:

1) Feridas na identidade subjetiva:

Em relação a este primeiro conjunto significativo, poder-se-ia pensar na ocorrência de um abalo do narcisismo primordial para o qual a imagem inconsciente do corpo seria o suporte. Mais ainda, observa-se também um abalo no que se refere ao sentimento de identidade social a partir, por exemplo, da perda de papéis profissionais e familiares. Esses abalos conduzem a questões relacionadas a se assumir a identidade de deficiente, ou seja, como lidar com os traços visíveis da deficiência. São marcas de pertencimento a um grupo ou são também testemunhas da experiência subjetiva do acidente e de suas seqüelas? Não se trata, para o paciente, de “aceitar sua deficiência”, mas de confrontar-se com ela sem perder a confiança em si mesmo e nos outros. Frequentemente confundidos com a depressão, os problemas na consciência de si reduzem a capacidade do sujeito de se projetar no futuro e de ter iniciativa, como é descrito nas síndromes frontais.

2) A re-socialização:

A esse respeito, o trabalho da Psicanálise estaria focado, em função das complicações do conjunto significativo (1), em estabelecer novas referências identitárias, o que seria viabilizado através do sentimento de segurança, que permitiria um aprimoramento na relação com o outro e a construção de espaços nos quais o paciente possa ser ator para si mesmo e para os outros, e onde esteja numa relação de troca social recíproca (e não assimétrica), apesar de suas deficiências.

3) Regressão e construção de mitos: o confronto com a morte e com a dependência extrema:

Observa-se um processo de regressão nesses pacientes, sendo que as características dependerão das fixações de cada um nas diferentes fases do desenvolvimento psicosssexual. Isto pois os prejuízos cognitivos favorecem movimentos regressivos na medida em que enfraquecem a estrutura do eu. Assim, moções pulsionais primitivas e egoístas, mais ou menos agressivas, podem ganhar expressão e merecem elaboração.

4) A dúvida:

Este conjunto significativo, como o nome sugere, refere-se a inúmeras dúvidas que surgem por parte de todas as pessoas envolvidas no tratamento de pacientes neurológicos, sejam fisioterapeutas, neurologistas, psicanalistas, fonoaudiólogos, familiares ou o próprio paciente, por se tratar de um campo de investigação que apresenta incertezas quanto ao prognóstico, em função das diferenças individuais na recuperação. Essa situação se complexifica ao se considerar que o que se entende por recuperação, nesses casos, não se refere necessariamente à recuperação específica de um sintoma em particular, mas da recuperação em termos globais, que pode ocorrer mesmo que determinada deficiência permaneça, à medida que o paciente possa aprender a conviver com a mesma.

5) Outras linguagens:

Alguns fenômenos concernentes à fala dos pacientes neurológicos podem enriquecer algumas hipóteses psicanalíticas, promovendo, quiçá, uma alteração na técnica. Por exemplo, acontece, segundo essas pesquisadoras, de o paciente exprimir o antônimo do que pretendia dizer (por exemplo: sair ao invés de entrar,

abaixo ao invés de acima), sem que se possa afirmar tratar-se definitivamente de ato falho. Na medida em que os déficits da linguagem provocados pela afasia resultam em danos cognitivos que acentuam o mal-entendido inerente a todo diálogo, verifica-se a importância de aspectos não-verbais da linguagem, a prosódia, a expressão facial e corporal, o toque e os gestos. Estes se tornam tão ou mais significantes do que as palavras mal pronunciadas ou mal compreendidas. Com isso, cada paciente desenvolve toda uma forma própria de exercício da linguagem na qual os aspectos não-verbais se tornam mais significativos do que as palavras. Ao analista, eventualmente, cabe abrir mão da apreensão dos detalhes da fala, concentrando-se no conjunto do discurso verbal e não-verbal.

6) Doença como passagem ao ato ou ato de origem:

O termo “passagem ao ato” designa a maneira como um sujeito traduz processos psíquicos inconscientes em atos impulsivos mais ou menos violentos. Ou seja: é um agir inconsciente. Note-se que em casos de traumatismo craniano a passagem ao ato se daria a partir de passagens ao ato (do paciente ou de um outro), enquanto em casos de acidente vascular cerebral a própria doença pode fazer a função de passagem ao ato. O trabalho do psicanalista, portanto, deve se dar na direção da implicação do sujeito relativamente ao que lhe aconteceu, permitindo a elaboração dos processos psíquicos inconscientes atuados direta ou indiretamente no adoecimento.

7) Vergonha e culpabilidade:

No que se refere à culpabilidade, identificou-se que sentimentos de culpa permitem dar um sentido à doença ou ao acidente, já que muitos pacientes têm o sentimento de estarem sendo punidos. Deve-se notar que, na teoria psicanalítica, a culpa é relativa ao *Superego*, e se constrói em torno da idéia de uma transgressão dos interditos. É nesse sentido que cabe a crença da doença como sendo uma punição. Em relação ao sentimento de vergonha, este pode surgir em função da perda do estatuto social ou familiar por causa da lesão cerebral, na medida em que o sujeito não pode mais encontrar em seu meio e em sua relação ao outro o que sustenta o seu *Ego* ideal.

Após apresentarmos as contribuições inéditas dessas pesquisadoras, deve-se notar um aspecto importante que elucida a idéia da manutenção dos limites epistemológicos presente no grupo da *interlocução*, que se refere à noção de que

enquanto as outras ciências aplicam um método sobre um objeto já delimitado, o objeto psicanalítico se faz presente junto a quem fala. A pesquisa é dependente da transferência, que permite a emergência do Inconsciente. Ou seja, o momento da constituição do objeto se dá no mesmo momento da concepção do modo de pesquisá-lo, o que marca a originalidade da produção psicanalítica em relação às pesquisas desenvolvidas em outros campos.

A pesquisa em Psicanálise, portanto, tem seu principal ponto de apoio na clínica, uma clínica de investigação, um espaço no qual tratamento, cura e pesquisa ocorrem simultaneamente. Tanto na pesquisa conceitual quanto na clínica espera-se a emergência de novos conteúdos, que seriam por sua vez articulados a uma teoria. A situação analítica poderia funcionar, ainda, como mediadora que estruturaria os dados surgidos, preparando-os para uma interpretação orientada por uma teoria de referência, dando origem a um novo conhecimento.

Tendo em vista esses aspectos referentes à particularidade da pesquisa psicanalítica, deve-se notar que a pesquisa nessa área deve ter sempre um contato com a clínica, com a singularidade de cada caso. A aplicação desse pressuposto é encontrada na pesquisa apresentada aqui, em que se aplica o “estudo de caso único”. O analista encontra-se, então, implicado no material que surge em cada sessão, não sendo apenas uma variável a ser controlada. Essa clínica exige, portanto, uma escuta específica, técnica, na qual o juízo do analista deve ser minimamente influenciado por suas aversões e preconceitos. Além disso, há um trabalho do analista a ser feito sobre as questões que sustentam a relação com o paciente, que implica a busca de formulações teóricas mais claras e precisas. É num movimento constante de ida e vinda da teoria para a realidade surgida na clínica que irão delimitando-se, circunscrevendo-se os conceitos que, articulados, aperfeiçoarão a teoria. A teoria é entendida, então, como idéias abstratas cuja aplicação à observação do material bruto confere a ele inteligibilidade. Ela é uma forma de enquadrar os dados observados.

Considerando-se a particularidade do objeto de estudo introduzido pela Psicanálise, percebe-se que não se trata de torná-lo apreensível pelas técnicas e métodos de investigação de outras áreas do saber. O Inconsciente opera como um corte epistemológico ou uma ruptura paradigmática com as outras ciências, ou

seja, dá início a um movimento fundador de uma nova ciência. Diferente de impedir uma produção científica psicanalítica, como supõem os *hibridadores*, o que esse novo objeto revela é que se faz necessário outro entendimento da pesquisa e do conhecimento igualmente legítimo em termos de cientificidade. Nesse sentido, a Psicanálise é uma ciência exatamente por apresentar um objeto de estudo definido e ter uma técnica de pesquisa que origina uma teoria coerente e sólida.

Observamos, portanto, que a idéia central do grupo da *interlocução* refere-se à noção de que é imprescindível que se estabeleça uma relação de respeito mútuo entre os profissionais de cada campo a partir do entendimento de que não pode haver uma hierarquização dos modelos em jogo. É justamente o que não ocorre no grupo da *hibridação*, quando percebemos que o que os autores pretendem é defender que o método experimental das ciências naturais é hierarquicamente superior ao método psicanalítico baseado na investigação do material clínico. No presente grupo surge a possibilidade de se articularem saberes sem que qualquer campo de saber corra o risco de ser reduzido, substituído, ou até mesmo eliminado. O diálogo só é interessante se cada disciplina definir seu campo de ação e de reflexão. Deve-se notar que essa tarefa não é tão simples para a maioria dos profissionais, pela dificuldade de se reconhecer a presença de vieses na compreensão dos fenômenos observados. Portanto, aqui o *diálogo* entre a Psicanálise e a Neurociência é estimulado, assim como com a Literatura, com a Sociologia, Antropologia, Arte etc. o que não significa que um campo fornecerá a outro um estatuto de ciência ou a confirmação de suas hipóteses. Note-se que quando é possível realizar pesquisa interdisciplinar como a apresentada aqui, em que se respeitam os limites epistemológicos, o resultado é a formulação de hipóteses inéditas cujo maior beneficiado é aquele que, em última análise, deveria ser o principal foco dos profissionais da área de saúde mental: o paciente.

CONCLUSÃO

Propusemos-nos a investigar, na presente dissertação, as diferentes visões a respeito da possibilidade ou inviabilidade de se articular Psicanálise e Neurociência. Elaborarmos um mapa dos debates que abrangem essa problemática, onde foi possível distinguir três grupos, cada um com seus próprios pressupostos, em função dos quais lhes atribuímos diferentes designações: *hibridação*, *isolamento* e *interlocução*. Faremos agora uma síntese de cada grupo com o intuito de acrescentar algumas críticas, oriundas da investigação sobre a cientificidade da Psicanálise, em particular, e sobre Ciência em geral. Em seguida pretendemos mostrar como as críticas que formulamos relativamente aos pressupostos do grupo da *hibridação* – referente à tentativa de se formar um campo híbrido – não se restringem ao campo psicanalítico, pois podem ser extrapoladas a outras áreas do conhecimento, e assim ratificamos nossa principal crítica a esse grupo quanto ao risco de exercerem uma atitude reducionista. Pretendemos, em última análise, deixar claro o nosso posicionamento contrário a se exercer uma *hibridação* ou o *isolamento*, e favorável à idéia de se promover uma *interlocução*, o que, nesse caso, implica em obedecer a certas restrições, que serão discutidas mais adiante.

O primeiro grupo, o qual chamamos de *hibridação*, especifica-se pela concepção de que a Psicanálise não evoluiu cientificamente por não ter desenvolvido métodos objetivos para testar suas hipóteses, o que fez com que esse campo se tornasse obsoleto e devesse se revigorar. Para atingir esse objetivo, a Psicanálise deveria importar o modelo de ciência adotado nas ciências físicas e naturais, o que implica em se experimentalizar, a fim de tornar-se “científica”. Mais ainda, considera-se aqui que a Neurociência poderia fornecer à Psicanálise fundamentos empíricos e conceituais mais sólidos sobre o funcionamento psíquico, dentre os quais se destacam aqueles oriundos das neuro-imagens, graças aos avanços tecnológicos, além dos achados da Neuropsicologia. Esta ousada e, ao nosso ver, arriscada proposta vem sendo aplicada através de neuropsicanalistas que visam, em última análise, formar um campo híbrido. Aqui fica evidente a presença de uma hierarquização de modelos epistemológicos, em que é conferido

à Neurociência um lugar de privilégio em relação à Psicanálise. Entretanto, esse estatuto hierarquicamente superior atribuído atualmente à Neurociência não se situa unicamente em relação à Psicanálise, mas a diversas áreas do saber que buscam uma compreensão do ser humano. Ou seja, não apenas o aspecto psíquico, mas também o comportamental e social correm o risco de sofrerem um reducionismo. Abordaremos esse tema após a exposição da síntese dos grupos.

O segundo grupo, denominado *isolamento*, apresenta uma visão oposta à anterior. Baseando-se no pensamento de Lacan, os representantes desse grupo discordam de uma articulação entre Psicanálise e Neurociência, alegando ser uma proposta inviável já que tampouco a Psicanálise poderia ser considerada uma ciência. O argumento principal é que por ter como referência o sujeito do inconsciente, a Psicanálise subverteria o conceito de ciência, que por definição deveria isolar o sujeito a ser observado. Apontam-se aqui as falhas do conhecimento científico e concebe-se que somente a Psicanálise é realmente capaz de atingir a verdade (do sujeito). Ou seja, o discurso científico produz um saber consciente, saber que está desarticulado com a verdade do sujeito. Já a Psicanálise, ao incluir o sujeito, teria condições de apontar a falha da primeira, a saber, sua insuficiência quanto à verdade.

Consideramos que os pressupostos do presente grupo refletem uma postura arrogante em que se exerce uma atitude de hierarquização em relação ao próprio modelo epistemológico, similar ao grupo anterior, porém no sentido inverso. Ou seja, aqui é a Psicanálise que é vista como soberana. Pensamos que esse discurso conduz a Psicanálise a uma posição de *isolamento* frente às demais ciências. Não se trata de afirmar que a Psicanálise necessita de outras áreas da Ciência para se constituir e se desenvolver. Mas afirmar que a Psicanálise pode apontar a insuficiência da Ciência quanto à verdade, e considerar-se o único campo capaz de atingir a verdade, nos parece ser uma atitude ingênua. Contra este argumento da Psicanálise como a única detentora da “verdade”, Calazans (2006) salienta que tanto o pensamento científico quanto o pensamento psicanalítico recusam o realismo, de modo que só o pensamento é capaz de estabelecer relações entre os dados para constituir os fatos. Logo, um fato é obra do pensamento. Por essa razão, pode-se afirmar que não é possível encontrar o dado puro, pois não há como abrir mão do pensamento para atingi-lo. Um dado só é um dado em um

sistema específico de pensamento que o considera como tal. O pensamento, por sua vez, não pode ser uma realidade objetiva, pois esta é justamente o resultado da operação do pensamento. Logo, o pensamento é a condição de produção de um real, e dessa forma deve-se abandonar a concepção de um registro de uma realidade que exista por si só. Talvez seja desta noção que careça o pensamento lacaniano, para conseguir reconhecer os limites de sua práxis.

Para ratificar nossa crítica à postura *isoladora*, remetemo-nos às contribuições da Antropologia da Ciência, que nos mostra que as leis universais, por mais imutáveis que possam parecer, só são universais em rede, ou seja, qualquer universal só se torna universal em função da rede na qual e em relação a qual ele se constitui como tal. Nesse sentido, o surgimento de objetos científicos não pode estar desvinculado da rede que lhe dá sentido (Latour, 2000). Para transpor essa idéia à nossa crítica ao discurso lacaniano, note-se que o sentido inconsciente – uma “verdade” do sujeito –, apontado em uma dada interpretação, não pode estar desvinculado do campo de saber que o legitima, ou seja, é um saber construído a partir da edificação da teoria psicanalítica, sem a qual a interpretação do material recalcado não seria possível.

O terceiro grupo mapeado, o da *interlocução*, se posiciona a favor do *diálogo* entre a Psicanálise e a Neurociência, pois aqui se rejeita a dicotomia ontológica entre *soma* e *psique* e por esse motivo é suscitado o interesse em explorar o papel da *corporeidade* na vida psíquica, não só da imagem ou das representações inconscientes do corpo – o plano das significações psíquicas –, mas também da intencionalidade corporal e dos conflitos neste terreno engendrados pelas exigências da cultura somática atual.

Esse grupo critica arduamente a premissa *fisicalista* encontrada no grupo da *hibridação* – tradução exaustiva da experiência subjetiva em termos biológicos –, que, por sua vez, visa eliminar descrições psicológicas em favor de descrições materiais. Note-se que tal atitude *fisicalista* pode receber um novo entendimento a partir da visão antropológica da Ciência, em que estão implícitos jogos de poder que visam, em última análise, valorizar o próprio campo em detrimento do outro, e tem como efeito uma ação muito mais predatória e competitiva do que integradora e enriquecedora, como pretendem os adeptos da *interlocução*.

O ponto principal apontado por este terceiro grupo é que as diferenças epistemológicas não impedem que as áreas possam dialogar. Mais do que uma atividade interdisciplinar, o grupo da *interlocução* fomenta uma abordagem transdisciplinar, no sentido de se construírem hipóteses inovadoras geradas por pontos de convergência originados pela interlocução dos diferentes campos. Exemplos do efeito transdisciplinar podem ser encontrados através da pesquisa das professoras Monah Winograd e Flávia Soller-de-Campos, em que, na clínica psicanalítica de pacientes neurológicos, as seguintes questões foram suscitadas: danos à cognição facilitariam a atenuação dos processos de censura e de recalque? Processos cognitivos seriam necessários ao funcionamento dos processos secundários? Por meio de quais mecanismos? Ao pensar a respeito dessa interconexão entre mecanismos cognitivos, postulados pela Neurociência Cognitiva, e mecanismos de defesa inconscientes, postulados pela Psicanálise, devemos reconhecer que a resposta a estas perguntas merece ser desdobrada internamente ao campo psicanalítico e, também, em um confronto com a Neurociência por meio de um trabalho de pesquisa interdisciplinar que permita entender melhor as relações entre os mecanismos cerebrais, os processos cognitivos e a emergência do inconsciente (Winograd, 2004).

Entretanto, embora seja relevante o diálogo, para que se possa enriquecer o conhecimento sobre o ser humano a partir das suas diferentes facetas, é imprescindível que se estabeleça uma relação de respeito mútuo entre os profissionais de cada campo a partir do entendimento de que não pode haver uma hierarquização dos modelos em jogo. O diálogo só é interessante se cada disciplina definir seu campo de ação e de reflexão. A ameaça se apresenta quando essa premissa não é obedecida, em que se observam as possíveis consequências danosas que os pressupostos da *hibridação* podem provocar. Aqui devemos lembrar que os estudos do cérebro e a nova biologia da mente deixaram de lado os limites do neurológico e do neuroquímico para se transformarem explicitamente em ciências da vida social e da cultura. Como nos indica Bezerra Jr. (2006), diferentes dimensões humanas – que abrangem decisões econômicas, julgamentos morais e políticos, crenças religiosas, preferências sexuais, emoções, amor e motivações inconscientes – parecem encontrar sua chave de elucidação no

vocabulário biológico. Tal vocabulário transforma-se em vocabulário final, e para ele todos os demais devem ser vertidos.

Essa colocação de Bezerra Jr. (2006) parece estar de acordo com a nossa crítica em relação a um dos pressupostos fundamentais do grupo da *hibridação*, em que se sugere que a Psicanálise faça uma revisão dos conceitos metapsicológicos, ou até mesmo uma substituição dos mesmos, já que os conceitos do psiquismo construídos pela Neurociência (especificamente a Neurociência Cognitiva) seriam mais confiáveis por terem sido construídos a partir da metodologia experimental. Ainda a respeito dessa proposta de *hibridação* dos conceitos, em que se observa a balança pendendo mais para o lado “neuro” da equação Neuro-psicanálise, note-se que termos como Neuroteologia, Neuroeducação, Neurofilosofia, Neuroeconomia, Neuroética e Neuropolítica entram rapidamente na linguagem cotidiana, testemunhando a força do paradigma biológico na descrição e na elucidação da dinâmica da vida em sociedade.

Para estarmos cientes do atual estado da arte, já não podemos mais ignorar que existem projetos para a investigação do cérebro humano, segundo o mesmo modelo do genoma, com vistas a estabelecer vários atlas do cérebro (Beaulieu, 2001). São anunciados regularmente resultados sobre os circuitos neuronais da simpatia e do luto, da decisão de compra, da crença em Deus, da violência, do amor, etc (Gündel *et. al.*, 2003). Um relatório da Academia de Ciências sublinha a que ponto apreender o cérebro é indispensável a fim de compreendermos a nós mesmos (Korn, 2003). Esta idéia é igualmente comum entre os psicólogos cognitivistas que “redescobrem” o cérebro como objeto da Psicologia. Note-se que, nesse quadro, há o pressuposto de que o conhecimento sobre o cérebro é soberano para se compreender o ser humano, por ser um saber mais “científico”, comparado, por exemplo, ao saber obtido na clínica psicanalítica. Entretanto, Ehrenberg (2004) faz uma importante ressalva ao alertar que pensar que o homem é neuronal (Changeux), ou que se pode explicar o social a partir do cérebro (Edelman), seriam teses eminentemente filosóficas, mais do que hipóteses científicas.

Deve-se notar que o avanço das concepções biológicas da mente encontrou um terreno particularmente fértil caracterizado por uma atmosfera social marcada pelo prestígio de um determinado discurso, que seria o “científico” ante os demais

campos discursivos, que não seriam considerados “científicos”. Esse contexto pode ser entendido pelo aparecimento de uma cultura somática em que o corpo ocupa lugar central em detrimento da interioridade psicológica. Mais ainda, pela revolução no campo das informações que possibilitou um intenso processo de popularização pela mídia de imagens e informações oriundas das descobertas neurocientíficas associando a atividade cerebral a praticamente todos os aspectos da vida, e tendendo a transformar qualquer *correlato neural* em *causa* ou *natureza* real de eventos subjetivos (Costa, 2004; Rabinow, 2002).

Neste quadro, como afirma Ehrenberg (2004), o impacto das neurociências se dá em diferentes planos que se articulam: no plano *teórico*, o fortalecimento de concepções fisicalistas de intenso colorido reducionista que fazem do cérebro a base explicativa da experiência subjetiva; no plano *clínico*, a aproximação da Psiquiatria e da Psicopatologia ao campo da Neurologia, com o surgimento de uma perspectiva na qual as duas se fundiriam numa só disciplina; e, no plano *social*, a emergência dessa nova figura antropológica, o *sujeito cerebral* – ou seja, a crescente percepção do cérebro como detentor de propriedades e funções antes atribuídas à pessoa, ao indivíduo ou ao sujeito.

Desdobrando a problemática do *sujeito cerebral*, apresentada acima, note-se que, atualmente, o cérebro já não se reduz mais a um objeto de estudo, mas se observa uma tendência a promover esse órgão à categoria de ator social. Com isso, adota-se a idéia de que as dificuldades relacionais e psicológicas não seriam pessoais, mas neuroquímicas. Devemos pensar, como propõe Ehrenberg (2004), em que medida a referência ao cérebro para descrever comportamentos sociais é suscetível de transformar o cérebro em agente social, o que conduziria a seguinte proposição: “Não sou eu. É o meu cérebro que me faz agir assim”. Nesse quadro atual, em que constantemente surge um novo artigo científico com interpretações de neurocientistas sobre a relação entre o funcionamento cerebral e o mental, observa-se uma crescente abstenção do sujeito frente ao seu estado mental. O que difere drasticamente do que o psicanalista pretende engendrar junto ao seu paciente, ou seja, que o mesmo se responsabilize por seu funcionamento mental, pré-condição para que possa haver a mudança psíquica.

Considerando o atual contexto social que leva a considerar o cérebro como um indivíduo – em outras palavras, a se pensar a si próprio como um cérebro são ou enfermo –, devemos notar que há uma tendência da Neurociência a “fetichisar” o cérebro. Nesse sentido, enquanto Nancy Andreasen afirma ter o objetivo de achar uma penicilina da doença mental, Gerald Edelman, eminente neurocientista contemporâneo, defende que é possível explicar o social a partir do cérebro. Já Ehrenberg (2004), apoiando a manutenção dos limites epistemológicos a fim de evitar o reducionismo explicativo, nos brinda com o seguinte esclarecimento: os biólogos, em função de seu ofício, devem trabalhar sobre os seres humanos abordando-os a partir de seus corpos, ou, em Neurobiologia, a partir de seu cérebro. Em Biologia, o humano é um ser *segundo o corpo*, um ser que deve *metodologicamente* ser reduzido ao seu corpo (genes, aminoácidos, enzimas, áreas cerebrais, redes neuronais, neurotransmissores, sinapses etc.). Os biólogos devem neutralizar, por rigor metodológico, o social, uma vez que, na falta de uma tal neutralização, não é possível testar experimentalmente as hipóteses ou estabelecer correlações estatísticas. O impasse se faz presente quando observamos a realização de numerosas especulações biológicas sobre o espírito, o que leva à cegueira conceitual. O ser abordado segundo o corpo é frequentemente assimilado, implícita ou explicitamente, ao ser considerado em sua totalidade. Essa conduta se configura como um erro, ao mesmo tempo lógico e antropológico, que remete à questão das relações entre o sujeito humano e seu corpo, entre o todo e a parte.

O problema conceitual que a Biologia promove, que faz dos complexos mecanismos cerebrais o sujeito da pessoa, é a confusão entre duas espécies de fenômenos – o físico e o psíquico –, o que pode levar a afirmações como a de François Jacob (que não é neurobiólogo), de que somos uma perigosa mistura de ácidos nucleicos e de lembranças, de desejos e de proteínas (Jacob, 2000). Ora, aqui cabe uma questão: será que somos compostos *no mesmo sentido* de proteínas e de desejos? Se não é esse o caso, não seria necessário distinguir as duas espécies de fenômenos? Lembremos que o próprio Freud (1891), considerado integrante do grupo da *interlocução*, concebe que o físico e o psíquico, por se constituírem em fenômenos distintos, devem ser apreendidos a partir de conceitos próprios.

Um dos efeitos da articulação desses vários fenômenos sobre o campo *psi* foi, portanto, a criação da Neuro-psicanálise – considerada aqui uma área adepta à *hibridação* –, de forma que a pesquisa neuropsicanalítica pretende estabelecer correlações diretas entre mudanças de estados mentais e alterações ou lesões neurológicas focais. Está implícita, nesse movimento, a idéia de oferecer à Psicanálise a cientificidade, a base empírica e a eficácia terapêutica que seus críticos sempre a acusam de não possuir (Bezerra Jr., 2006).

Nesse sentido, observa-se um reaparecimento das teorias de localização cerebral das propriedades mentais, que haviam caído em desuso desde o descrédito que sepultou o movimento frenológico⁶⁴ no século XIX. Uma nova frenologia, agora científica, passou a reivindicar seu espaço (Uttal, 2001). É curioso notar que a comprovação laboratorial da plasticidade cerebral e da importância da experiência e dos fatores ambientais na constituição de redes e conexões sinápticas não foi suficiente para nuançar e corrigir a convicção crescente de que a vida mental nada mais é que a expressão do funcionamento cerebral. Dito de outro modo, o próprio estudo do cérebro, a partir da descoberta da neuroplasticidade, evidencia a importância do ambiente e das relações precoces no desenvolvimento da circuitaria neural. Mas a ênfase neste órgão para se compreender a subjetividade parece, em grande parte, estar sendo alimentada pelo extraordinário poder de persuasão e fascínio das imagens coloridas e em movimento do funcionamento cerebral (Dumit, 2004; Ortega, 2006).

É válido lembrar, como dito acima, que o que Freud fez ao fundar a Psicanálise, e, assim, superar a teoria da localização cerebral, foi permitir a emergência do psiquismo como algo que deveria ser investigado e teorizado a partir de seus próprios termos, dando origem a uma maneira singular de tratamento. Ele fornece um certo conteúdo a esta noção de psíquico que está emergindo, ou seja, toma por objeto a subjetividade. Como vimos em nossa exaustiva investigação da monografia sobre a afasia de 1891, o problema de Freud é distinguir a afasia neurológica da afasia histérica. Enquanto se trata de histeria, ele mostra que certamente algo se passa no corpo, como na afasia neurológica, mas *não é* um fenômeno do corpo. A razão do sintoma (corporal) é um sistema de pensamento, de palavras do paciente, sistema *que lhe é próprio*: as palavras são

⁶⁴ Confere supra p. 18.

mal colocadas, por isso o sintoma é uma linguagem e não o efeito de uma disfunção do sistema nervoso. Pensando em termos metapsicológicos, o sintoma é uma expressão de tensões entre idéias, das quais o paciente não se dá conta, que funcionam como um sistema de forças e contra-forças. Freud não pensa em termos biológicos: a vida psíquica não repousa sobre uma matéria; ela parece antes com um campo de forças. Lembremos que Freud elaborou duas tópicas, dois sistemas de forças, no curso de sua vida inconsciente/pré-consciente/consciente e depois *id/ego/superego*. A tensão entre as idéias (as forças) é a própria operação do desejo, que é uma entidade conflituosa. Isto o conduziu a fazer do animal humano o sujeito de seu desejo, um ser tomado pelo conflito do desejo. Mostrando que se pode estar doente do próprio desejo, Freud descobre assim “uma chave técnica” para tratar um problema – a histeria – que estava posto para toda a medicina (Bezerra Jr., 2006).

Podemos dizer, como defende Bezerra Jr. (2006), que o impacto da Biologia e das biotecnologias por meio das neurociências, embora afete de várias maneiras o campo psicanalítico, não chega a abalar suas bases teóricas e seus dispositivos clínicos; na verdade ele precipitou um re-ordenamento no campo que tem fertilizado embates teóricos e discussões clínicas que acabaram por enriquecê-lo.

Portanto, nesse contexto, são grandes as dificuldades encontradas ao se tentar articular contribuições da Neurociência com problemáticas propriamente psicanalíticas. Em consequência, são feitas justaposições até superficiais de aspectos teóricos, os quais remetem não apenas aos diferentes pressupostos como também aos diferentes propósitos das respectivas teorias. Caberia, portanto, realizarmos uma discussão das principais contribuições da Neurociência que seriam relevantes para a Psicanálise. Por exemplo, a questão da cisão e da fragmentação do sujeito, definidas como múltiplos sub-sistemas que se inter-relacionam através de inúmeras vias e formas de conexão, sendo este processo praticamente inconsciente; a questão da percepção e da memória consideradas como contínuos processos de construção e reconstrução; a questão da dimensão valorativa inerente a todo esse funcionamento, em seus vários níveis de complexidade, sendo que tais valores refletem não apenas a programação genética

e as predisposições, mas também toda a trajetória idiossincrática de vida do indivíduo (Sollero-de-Campos, 2002).

Gostaríamos de salientar, por fim, a nossa defesa, na presente dissertação, que reside em fomentar a interlocução entre a Psicanálise e a Neurociência, objetivo que se sustenta a partir da premissa da rejeição da dicotomia ontológica entre *soma* e *psique*. Pensamos que a interdisciplinaridade se revela fértil, na medida em que os mecanismos cerebrais, os processos cognitivos e a emergência do inconsciente estão intrinsecamente interligados, tornando-se relevante investigar as vicissitudes dessas interconexões. O outro ponto que defendemos, intrínseco ao primeiro, é que não se deve admitir a tradução de conceitos ou adaptação da metodologia psicanalítica à outra que seria supostamente mais “científica”. Trata-se apenas de dialogar para que os campos possam enriquecer-se mutuamente, estabelecendo-se um processo de *inter-locução*. Aqui o radical *inter* supondo uma atitude de compartilhar o conhecimento entre as diferentes áreas; e *locução* no sentido de cada área manter o seu lugar. A partir desta *interlocução* entre a Psicanálise e a Neurociência, o que pretendemos, em última instância, é atingir o efeito transdisciplinar, como é o caso dos conjuntos significativos⁶⁵ identificadas a partir do atendimento psicanalítico de pacientes neurológicos realizado pelas pesquisadoras Monah Winograd e Flávia Sollero-de-Campos, em que se transcende o conhecimento específico de cada campo. Fica aqui, portanto, o objetivo não apenas de aprofundar tais conjuntos significativos já construídos pelas pesquisadoras a partir do método do “estudo de caso único”, mas, ainda, de elaborar novos conjuntos, o que se configura num desejo para o futuro.

Porém – e é aqui que se revela a relevância da presente dissertação, a partir da análise dos diferentes posicionamentos que identificamos nela –, nossa posição frente a todo esse estado da arte se torna mais definida, e, portanto, mais consistente, evitando que a *interlocução* siga rumos indesejados: dialogar não deve implicar numa fusão, ou para usar o nosso próprio jargão, numa *hibridação*. Tampouco o *isolamento* beneficiaria, ao nosso ver, o maior interessado – o paciente – já que impediria o efeito transdisciplinar. Defendemos, portanto, a proposta de uma *interlocução*, que não despreza a noção de que a confrontação das diferentes perspectivas, em uma postura de companheirismo e mútuo respeito,

⁶⁵ Confere supra p. 155.

conduziria a uma maior compreensão do ser humano, com suas diferentes dimensões biológica, psíquica, social, política, econômica e cultural. Isto para, desse modo, podermos conquistar o objetivo final do grupo da *interlocução* – a saber, o *pluralismo teórico* –, objetivo este que somente se torna possível se cada área do saber obtiver uma definição clara dos limites e fronteiras do seu campo de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, S. (2003). Primeiras questões sobre psicanálise e neurociências. Estados Gerais da psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro. Texto baseado no trabalho apresentado em 2001, durante a Odisséia Lacaniana, e publicado depois, em *Heteridade – Revista da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano*, nº 2.

ANDRADE, V.M. (2003a). *Um diálogo entre psicanálise e neurociência*. São Paulo. Casa do Psicólogo.

———. (2003b). O ego corporal e o continuum cérebro-mente. O modo de ação clínica da psicanálise na perspectiva da interface com a neurociência. *Rev. Bras. Psicanál.*, vol 37 (4):1051-1065. Rio de Janeiro.

ANDREASEN, N. (2005). *Admirável cérebro novo: Vencendo a doença mental na era do genoma*. Porto Alegre: ArtMed.

ASSOUN, P-L. (1981). *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro. Imago.

BEZERRA, B.J. (2006). O impacto das biotecnologias: um ponto de vista. *Ide: psicanálise e cultura*. (p. 50-56). São Paulo.

BIEBEL, D. (1999). Psicoanálisis y ciência. *Revista de psicoanalysis Aperturas psicoanalíticas*.

BINSWANGER, L. (1936). Freud und die verfassung der klinischen psychiatric. *Schweizer Archiv Neurol. Psychiatrie*, 37, p. 177-199.

BOWLBY, J. (1960). Ethology and the development of object relations. *Int. J. Psychoanal.* 41: 313-17.

CALAZANS, R. (2006). *Psicanálise e ciência*. vol. 9 no. 2. Rio de Janeiro: Agora (Julho-dezembro).

CHALMERS, A.F. (1993). *O que é a ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense. (cap. 8 - Kuhn).

CHAVARELLI, M. (2003). Psicanálise e ciência. De que ciência estamos falando? In: *Psicanálise ontem e hoje*. São Paulo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, p. 1035.

CHENIAUX J.E. (2002a). *Manual de Psicopatologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan ed.

- . (2002b). *Psicanálise e neurociência: um dialogo possível?* *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, v.96, n.82-83, p.21-28.
- CLYMAN, R. (1991) The procedural organization of emotions: a contribution from cognitive science to the psychoanalytic theory of therapeutic action. *J Amer Psychoanal Assn*; 39 suppl: 349-382.
- COSTA, J.F. (2004). *O vestígio e a aura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- DAMÁSIO, A. (1994). *O Erro de Descartes*. São Paulo. Companhia das Letras.
- DILTHEY, W. (1883). *Introduccion a las ciencias del espiritu*. Fondo de cultura econômica, México.
- DREHER, A.U. (2002). *Foundations for conceptual research in psychoanalysis*. London: Karnac Books.
- DUMIT, J. (2003). *Is it me or my brain? Depression and neuroscientific facts*. In: *Journal of Medical Humanities*, Vol. 24. Human Sciences Press.
- . (2004). *Picturing personhood: brain scans and biomedical identity*. Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- ELIA, L. (1999). Uma ciência sem coração. Em: *Revista Agora*, vol. II, nº 1, Rio de Janeiro, Jan/Jun.
- FREUD, S. (1891). A interpretação das afasias: um estudo crítico. Lisboa (1977).
- . (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB), vol. I. Rio de Janeiro. Imago. (1967).
- . (1900). *Interpretação dos Sonhos*. ESB, vol. IV. Rio de Janeiro. Imago.
- . (1908). *Escritores criativos e devaneio*. ESB, vol. IX. Rio de Janeiro. Imago.
- . (1910). *Cinco Lições de Psicanálise – Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. ESB, vol. XI. Rio de Janeiro. Imago (1970).
- . (1913). *Interesse científico da psicanálise*. ESB, vol. III. Rio de Janeiro. Imago.
- . (1914b). *A história do movimento psicanalítico*. ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro. Imago.
- . (1915). *Os instintos e suas vicissitudes*. ESB, vol. XIV. Rio de Janeiro. Imago.

———. (1917). *O estado neurótico comum*. ESB, vol. XVI. Rio de Janeiro. Imago.

———. (1924). *Uma breve descrição da psicanálise*. ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro. Imago.

———. (1925). *Um estudo autobiográfico*. ESB, vol. XX. Rio de Janeiro. Imago.

FREUD, S. (1932). *Über eine Weltanschauung*. 35ª Conferência. Frankfurt, Fischer Verlag, 1969.

GARCIA-ROZA, L.A. (1991) *Introdução à metapsicologia Freudiana*. Vol 1: Sobre as Afasias (1891). O Projeto de 1895. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. (2004).

———. (1993). *Introdução à metapsicologia Freudiana*. Vol 2: A interpretação do sonho. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. (2004).

GAZZANIGA, M.S. & HEATHERTON, T.F. (2003). *Ciencia Psicológica: Mente, Cérebro e Comportamento*. Porto Alegre. Artmed, 2005.

GILL, M. (1976). Metapsychologie is not psychology. In *Psychology versus metapsychology: Psychoanalytic Essays in memory of George S. Klein*. Psychological issues, 9 (4), p. 71-105. (Monograph 36).

GRÜNBAUM, A. (1984). *The foundations of psychoanalysis, a philosophical critique*. Berkeley, University of California Press.

HAKING, I. (2005). *Representing and intervening. Introductory topics in the philosophy of natural science*, New York: Cambridge University Press.

HORGAN, J. (2002). *A mente desconhecida*. São Paulo: Cia. das Letras.

IMBRIANO, A. (2008). El *Drang* más allá del modelo neurofisiológico. *Psicoanálisis e el Hospital*. Publicación semestral de practicantes em Instituciones Hospitalarias. Ano 17. Nº 33, p. 181-185. Junho de 2008, Buenos Aires.

JONES, E. (1953). *Vida y obra de Sigmund Freud*. Nova ed. Buenos Aires.

KANDEL, ER. (1999). Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry. *Am J Psychiatry*.;156, p. 505-24.

KLIMOVSKY, G. (1987). Aspectos epistemológicos da interpretação psicanalítica. In *fundamentos da técnica psicanalítica*, Etchegoyen, H., Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

KOYRÉ, A. (1982). *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

KRIS, E. (1950). The significance of Freud's earliest discoveries. *Int. J. Psychoanal.*, 31, p. 108-116.

KUHN, T.S. (1998) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

———. (2006) *O Caminho desde a estrutura*. São Paulo: Editora UNESP. (Cap. 10 – As ciências naturais e as ciências humanas).

LACAN, J. (1960). Subversión del sujeto y la dialéctica del inconsciente freudiano. In: *Escritos I*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1981, p. 312.

———. (1961-2). *O Seminário, livre IX, L'identification*. (Lição de 20 de dezembro de 1961).

———. (1963-4). *O Seminário, livro 11, Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LAGE, S.F. (2003). *Dilthey e Freud: a psicanálise frente à epistemologia das ciências do espírito*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio. Orientador: Prof. Dr. Octavio Almeida de Souza. Rio de Janeiro.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1967). *Vocabulário da Psicanálise*. Santos: Martins Fontes.

LATOUR, B. (2000). *Ciência em Ação: como seguir cientistas engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Unesp editora.

LEDOUX, J. (2001). *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro. Objetiva.

LENT, R. (2004). *Cem Bilhões de Neurônios: conceitos fundamentais da neurociência*. São Paulo. Atheneu.

LO BIANCO, A.C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, v. 8, n. 2, Jul./Dez. 115-123. Itatiba, SP.

LÖWY, I. (1994) Fleck e a historiografia recente da pesquisa biomédica. Em V. Portocarrero (org.) *Filosofia, sociologia e história das ciências. Abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

LURIA, A. (1970). *Traumatic Aphasia. Its Syndromes, Psychology and Treatment*, The Hague: Mouton.

———. (1973). *The Working Brain. An Introduction to Neuropsychology*. Londres, Penguin.

MARCONDES, D. (1997) *Iniciação à história da filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MARINHO, N.C. (2003). *Discussão da racionalidade da teoria psicanalítica a partir da epistemologia de Karl Popper: avaliações - impasses - alternativas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. Orientador: Prof. Carlos Alberto Gomes dos Santos. Rio de Janeiro.

MEZAN, R. (2007). Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise? *Natureza Humana. Revista de filosofia e psicanálise*. DWW editorial. 9 (2) 319-359.

MILLER, J.-A. (2002). Elementos de epistemologia. Em: Miller, J.-A., *Percurso de Lacan: uma introdução*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MILNER, B. & SCOVILLE, W.B. (1957): Loss of recent memory after bilateral hippocampal lesions. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*; 20, p. 11–21.

OLDS, D., COOPER, A.M. (1997). Dialogue with other sciences: opportunities for mutual gain. *Int J Psycho-Anal*; 78, p. 219-225.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1998). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde da CID-10*. São Paulo. Edusp.

ORTEGA, F. (2006). O corpo transparente: Visualização médica e cultura popular no século XX. *Histórias, ciências, saúde-Manguinhos*, 13, 89-108.

PALLY, R. (1998). Emotional Processing: the mind-body connection. *Int. J. Psychoanal.* Londres. 79: 349-62.

PANHUYSEN, G. (1998). The relationship between somatic and psychic processes: Lessons from Freud's Project. *Annals New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 20-42.

PETERFREUND, E. (1971). *Information Systems and Psychoanalysis: An evolutionary Biological Approach to Psychoanalytic Theory*. *Psychological issues*, 7 (1 e 2). (Monograph 25/26).

POPPER, K.R. (1963). *Ciência: Conjecturas e refutações*. As origens do conhecimento e da ignorância. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília.

———. (1975). *Conhecimento objetivo*. BH: Itatiaia; SP: EDUSP (O balde e o holofote: Duas teorias do conhecimento científico – p. 313-332).

PRIBRAM, K.H. (1998). A century of progress?. *Annals New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 11-19.

RAMACHANDRAN, V. (1994) Phantom limbs, neglect syndromes, repressed memories, and Freudian psychology. *Int. Rev. Neurobiol.*, 37, p. 291-334.

RAPAPORT, D. (1958). *The structure of psychoanalytic theory (a Systematizing attempt)*, in *Psychology, A Study of a Science*, ed. S. Koch, New York, vol. 3.

RICOEUR, P. (1965). *Da Interpretação: Ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro. Imago.

RIZZUTO, A.-M. (1989). A Hypothesis about Freud's motive for writing the monograph 'On Aphasia'. *Int. Rev. Psycho-Anal.* (1989) 16, 111. Brookline, MA.

———. (1993). Freud's speech apparatus and spontaneous speech. 74, 113. Brookline. *Int. J. Psycho-Anal.*

RODRIGUES, G.V. (2003) *Psicanálise e ciência: Uma articulação possível*. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial. TEMA: As subjetividades contemporâneas. Sub-tema: As novas formas de sofrimento. Rio de Janeiro.

ROSENFELD, I. (1988). *A invenção da memória: uma nova visão do cérebro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

SCHORE, A.N. (1997) A century after Freud's Project: is a rapprochement between psychoanalysis and neurobiology at hand?. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 45/3, p. 807-840.

SOLLERO-de-CAMPOS (2002). Psicanálise e neurociência: uma relação tão delicada. *Psicanalítica*. Rio de Janeiro, vol. 3, n.1, p. 9-23.

SOLMS, M. & SALING, M. (1986). On Psychoanalysis and neuroscience: freud's attitude to the localizationist tradition. *Int. J. Psycho-Anal.* (1986) 67, 397. Johannesburg.

——— & KAPLAN-SOLMS, K. (2004). *O que é a Neuro-Psicanálise: A real e difícil articulação entre a Neurociência e a Psicanálise*. São Paulo. Terceira Margem Editora.

———. (2005). *Estudos Clínicos em Neuro-Psicanálise*. São Paulo. Lemos Editora. SOUSSUMI, Y. (2003). Uma experiência psicanalítica de psicanálise fundamentada pela neuro-psicanálise. *Rev. Brás. Psicanál.* Vol. 37 (2/3): 573-596.

———. (2004). Uma experiência psicanalítica e possíveis embasamentos neurocientíficos. Simpósio Psicanálise e Neurociências Hoje. *Boletim Científico*. SBPRJ, p. 4-23.

———. (2005). Afetos, sobrevivência e desenvolvimento na neuro-psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*. Volume 39, nº 3, 129-134.

STAR, S.L. (1989). *Regions of the mind: brain research and the quest for scientific certainty*. Stanford, California. Stanford University Press.

STENGERS, I. (1990). *Quem tem medo da ciência?: Ciências e poderes*. São Paulo. Siciliano.

STERN, D. & cols. (1998) Non-Interpretative Mechanism in Psychoanalytic Therapy: The 'Something More' than interpretation. *Int. J. Psycho-Anal.*, 79:903-921.

STRACHEY, J. (1966). Introdução à obra de Freud (1895): *Projeto para uma psicologia científica*, ESB, vol. I.

UTTAL, W.R. (2001). *The new phrenology: the limits of localizing cognitive processes of the brain*. Cambridge, MA: MIT press.

VUCKOVICH, D.M. (2003). Psychoanalysis and the two cerebral hemispheres. In: Levin, F. M. *Mapping the mind: The intersection of psychoanalysis and neuroscience* (p. 17-42). London: Karnac.

WATT, D. (2000). The dialogue between psychoanalysis and neuroscience: alienation and reparation. *Neuro-psychoanalysis*; 2(2):183-192.

WINOGRAD, M. (2004). Matéria pensante – a fertilidade do encontro entre psicanálise e neurociência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 56 (1-2): 24-38.

———. (2005). Psicanálise e neurociência: condições para o debate. Trabalho apresentado no IV CONPSI, Salvador.

WINOGRAD, M.; CAMPOS, Flavia Sollero de Campos; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. (2007) Psicanálise e Neurociência: Condições, Experimentações e Clínica. In: J. Landeira-Fernandez; M. T. A. Silva. (Org.). *Interseções entre Neurociência e Psicologia*. São Paulo. MedBook, p. 25-42.